



**Universidade  
Federal de Viçosa**

**IPPDS**

Instituto de  
Políticas Públicas e  
Desenvolvimento  
Sustentável



Contrato de Prestação de Serviços 13/2014 - ABDI-UFV  
Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial - PEDET

# Produto VI: Plano Estratégico de Desenvolvimento Local

Viçosa - MG  
Janeiro - 2015



**Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**  
Ministro Dr. Mauro Borges Lemos

**Universidade Federal de Viçosa**  
Reitora Prof. Dra. Nilda de Fátima Ferreira Soares  
Vice-Reitor Prof. Dr. Demétrius David da Silva

**Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial**  
Dr. Otávio Silva Camargo

**Articuladores Políticos:**

Prefeito de Ponte Nova, Dr. Paulo Augusto Malta Moreira  
Deputado Estadual, Dr. Paulo Lamac

**Entidades:**

Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Piranga de Minas Gerais - AMAPI  
Associação dos Municípios da Zona da Mata Norte de Minas Gerais - AMMAN

**Equipe Executora:**

Profa. Dra. Suely de F. Ramos Silveira <i>Diretora do IPPDS e Coord. Geral do PEDET</i>	Profa. Dra. Elaine Aparecida Fernandes <i>Grupo de Estudos de Realidade Urbana Municipal</i>
Prof. Dr. Marco Aurélio Marques Ferreira <i>Coord. dos Estudos de Realidade Urbana Municipal</i>	Prof. Dr. Luiz Antônio Abrantes <i>Grupo de Estudos de Realidade Urbana Municipal</i>
Prof. Dr. Marcelo José Braga <i>Coord. dos Estudos de Realidade Rural Municipal</i>	Profa. Dra. Rita de Cássia Pereira Farias <i>Grupo de Estudos de Realidade Rural Municipal</i>
Profa. Dra. Sílvia Harumi Toyoshima <i>Coord. Estudos Prospectivos</i>	Prof. Dr. Evandro Camargos Teixeira <i>Grupo de Estudos de Realidade Rural Municipal</i>
Prof. Dr. Bruno Tavares <i>Coord. dos estudos sobre Governança Local (Oficinas) e Mapeamento Iniciativas Locais</i>	Prof. Dr. Ronaldo Perez <i>Grupo de Estudos de Realidade Rural Municipal</i>
Prof. Dr. Erly Cardoso Teixeira <i>Coord. da Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial</i>	Profa. M.S. Gislaíne A. Santana Sediya <i>Grupo de Estudos dos estudos sobre Governança Local (Oficinas) e Mapeamento Iniciativas Locais</i>
Profa. Dra. Karla Maria Damiano Teixeira <i>Grupo de Estudos de Realidade Urbana Municipal</i>	Dra. Ana Paula Teixeira de Campos <i>Grupo de Estudos de Realidade Urbana Municipal</i>

**Estagiários:**

Alice Rosado de Andrade <i>Mestranda em Administração pela UFV</i>	Marjorie Angélica Sabioni Ferreira <i>Mestranda em Administração pela UFV</i>
Anderson de Oliveira Reis <i>Mestrando em Administração pela UFV</i>	Pedro Eni Lourenço Rodrigues <i>Mestrando em Administração pela UFV</i>
Cícero Zanetti de Lima <i>Doutorando em Economia Aplicada pela UFV</i>	Rafael Jr. dos Santos Figueiredo Salgado <i>Mestrando em Administração pela UFV</i>
Jéssica Natália da Silva <i>Graduanda em Administração pela UFV</i>	Tamires Mascarenhas de Vilhena <i>Mestranda em Economia Aplicada pela UFV</i>
Maria Cristina Cupertino <i>Mestra em Extensão Rural pela UFV</i>	

**Equipe de Apoio:**

Adilson Ferreira Faria	Júnior Henrique Valadares
Álvaro Jose Altamirano Montoya	Kamila Gabriela Jacob
Ana Laura da Costa	Leonardo Bueno Negreiros
André Ferreira Martins	Luana Ferreira dos Santos
Antônio Márcio Coutinho Oliveira Júnior	Lucas Pazolini Dias Rodrigues
Arthur Medeiros Moreira Loures	Luis Henrique Turci Oliveira
Cynthia Gonçalves	Natália Resende Silva
Débora Gonzaga Martin	Rômulo José Soares Miranda
Edimar Emiliano Soares Ramalho	Thiago Teixeira Sant'Ana e Castro
Gustavo Fonseca Oliveira	Vinicius de Souza Moreira
Joyce Santana Bernardo	Vitória Vivian de Barros da Silva

# Sumário

---

<i>Apresentação</i> .....	5
<i>Capítulo 1 - O território e as razões para a elaboração do plano.</i> ....	7
1. O território .....	7
1.1. <i>Relação dos municípios.</i> .....	7
2. <b>Contextualização e razões para a elaboração do plano estratégico</b> .....	7
2.1. <i>Primórdios do Território.</i> .....	7
2.2. <i>A era do Café.</i> .....	8
2.3. <i>O crack da Bolsa de Nova Iorque</i> .....	9
2.4. <i>As consequências da crise do café no Território estudado.</i> .....	10
2.5. <i>A situação atual dos municípios do Território estudado</i> .....	11
2.6. <i>Panorama geral da região e a necessidade de uma ação conjunta estratégica.</i> ..	12
Notas: .....	13
<i>Capítulo 2 - Capital Humano</i> .....	15
1. <b>Educação</b> .....	15
1.1. <i>Desafios</i> .....	15
1.2. <i>Potencialidades e Oportunidades</i> .....	17
1.3. <i>Objetivos, metas, ações e indicadores</i> .....	21
2. <b>Saúde e Saneamento</b> .....	24
2.1. <i>Desafios</i> .....	24
2.2. <i>Potencialidade e Oportunidades</i> .....	24
2.3. <i>Objetivos, metas, ações e indicadores</i> .....	25
Notas: .....	27
<i>Capítulo 3 - Infraestrutura Urbana e Rural</i> .....	29
1. <b>Infraestrutura de transportes.</b> .....	29
1.1. <i>Desafios</i> .....	29
1.2. <i>Potencialidades e Oportunidades</i> .....	30
1.3. <i>Objetivos, ações e resultados.</i> .....	31
Notas: .....	32
<i>Capítulo 4 - Ações propositivas para as cadeias produtivas.</i> .....	33
1. <b>Bovinocultura de Leite</b> .....	33
2. <b>Cana-de-açúcar</b> .....	35
3. <b>Bovinocultura de Corte.</b> .....	40

4. Cafeicultura.....	43
5. Madeira .....	46
6. Fruticultura .....	52
7. Suinocultura .....	56
8. Avicultura de Corte.....	59
9. Cadeia do Artesanato .....	62
10. Cadeia do Turismo .....	66
Notas:.....	72
<b>Capítulo 5 - Associações de municípios AMAPI e AMMAN .....</b>	<b>73</b>
1. Caracterização das associações dos municípios e suas atribuições .....	73
2. Governança para viabilizar a gestão participativa .....	75
3. Ações propostas para a AMMAN e AMAPI para o desenvolvimento regional.....	76
3.1. Investimento em infraestrutura .....	76
3.2. Formação de competências profissionais.....	77
3.3. Inovação, investimento e marketing .....	78
3.4. Política tributária .....	79
3.5. Incentivo à implantação de indústrias e agroindústrias.....	80
3.6. Cooperativismo, associativismo e Arranjo Produtivo Local.....	82
3.7. Legislação ambiental.....	84
3.8. Artesanato e turismo .....	84
4. Considerações finais .....	87
Notas .....	88
<b>Capítulo 6 - Políticas públicas disponíveis .....</b>	<b>89</b>
<b>Capítulo 7 - Avaliação de situação – Oficinas de governança local. . .</b>	<b>91</b>
1. Mapeamento da governança estrutural.....	92
1.1. Poder Público .....	93
1.2. Setor Privado .....	93
1.3. Entidade sem fins lucrativos .....	93
2. Análise situacional .....	93
2.1. Quadrante 1 – Pontos fortes que podemos explorar.....	94
2.2. Quadrante 2 – Construções necessárias .....	95
2.3. Quadrante 3 – Resistência e Monitoramento .....	96
2.4. Quadrante 4 – Pontos Fracos que precisamos superar.....	97
3. Construção da visão do futuro .....	98
3.1. Imagem coletiva da Visão do Futuro: “Meu território em 2025” .....	98
Notas:.....	99
<b>Anexos .....</b>	<b>100</b>



# Apresentação

O Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (IPPDS) da Universidade Federal de Viçosa, sob patrocínio da ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, elaborou um **Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial** (PEDET) para 33 municípios pertencentes à Microrregião do Vale do Piranga e Microrregião da Zona da Mata Norte do Estado de Minas Gerais. O estudo abrangeu os municípios de Abre Campo, Acaiaca, Alvinópolis, Amparo do Serra, Araponga, Barra Longa, Cajuri, Canaã, Coimbra, Diogo de Vasconcelos, Dom Silvério, Ervália, Guaraciaba, Jequeri, Mariana, Oratórios, Paula Cândido, Pedra do Anta, Piedade de Ponte Nova, Ponte Nova, Porto Firme, Raul Soares, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santo Antônio do Gramma, São Miguel do Anta, São Pedro dos Ferros, Sem-Peixe, Sericita, Teixeira, Urucânia e Viçosa.

É importante lembrar que esses municípios, como em geral a Zona da Mata Mineira, já experimentaram um período de relativa prosperidade no passado recente, proporcionado pelo boom cafeeiro, quando então firmava-se como a região mais rica de Minas Gerais. No entanto, as sucessivas crises do café levaram à erradicação dessa cultura, que foi substituída por pastagens, alternativa que acabou não se revelando suficiente para criar um eixo econômico de mesma importância. O resultado foi o enfraquecimento da economia regional, com os municípios enfrentando persistente declínio econômico, daí decorrendo forte processo de êxodo rural, empobrecimento e aumento das desigualdades sociais.

Dado pois que, em geral, a conformação econômica em que está assentada a região não está sendo suficiente para promover a prosperidade social e econômica; esses municípios, considerados em seu conjunto, vêm sofrendo nas últimas décadas um preocupante processo de despovoamento.

Para ilustração, enquanto no período de 1970-2010 o Estado de Minas Gerais contou com um crescimento populacional de cerca de 70%, os municípios desse Território, no mesmo período, sofreram um decréscimo populacional de 10%. Isso significa que se os municípios apenas mantivessem o crescimento populacional vegetativo, sua população no ano de 2010 somaria 611.274 habitantes e não 302.926 como o ocorrido.

E a situação de despovoamento que aí se destaca é efeito direto da pobreza desse conjunto de municípios, devido à baixa densidade econômica, o que os coloca, em termos de desenvolvimento social, mais próximos das regiões mais pobres, do que das mais prósperas do Estado de Minas Gerais. Para uma região que em boa parte do Século XX foi a mais rica do Estado, essa é uma situação desoladora.

E tal como os municípios das regiões mais pobres do Estado, esses municípios já estariam não só imersos em crises sociais, dada a piora dos níveis de pobreza, como também teriam, em maioria, a própria sustentabilidade econômica municipal comprometida, não fossem os recursos advindos dos programas de transferências de renda do governo federal, nas suas diversas modalidades.

E tal como os municípios das regiões mais pobres do Estado, esses municípios já estariam não só imersos em crises sociais, dada a piora dos níveis de pobreza, como também teriam, em maioria, a própria sustentabilidade econômica municipal comprometida, não fossem os recursos advindos dos programas de transferências de renda do governo federal, nas suas diversas modalidades.

*O Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (IPPDS) da Universidade Federal de Viçosa, sob patrocínio da ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, elaborou um Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial (PEDET) para 33 municípios pertencentes à Microrregião do Vale do Piranga e Microrregião da Zona da Mata Norte do Estado de Minas Gerais.*

E esses são indícios claros de que os resultados econômicos da exploração agropecuária local não estão sendo suficientes para dinamizar a economia como seria necessário.

Em suma, a região abarca um conjunto de municípios de uma mesma origem e que viveu uma prosperidade temporária advinda da cultura do café, para a qual contribuíram condições históricas específicas. Atualmente encontra-se ainda à procura de uma vocação econômica que lhe permita um surto de progresso que traga soluções para a melhoria das condições de vida da sua população e que reverta uma persistente tendência ao declínio econômico.

A questão que se coloca, então, é como esses municípios poderão enfrentar essa situação de forma prática e consistente, considerando as suas limitações de diversas ordens.

Essa é, pois, a oportunidade do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial que poderá se constituir no primeiro passo para uma reação efetiva na medida em que pretende constituir um instrumento de política pública especialmente formulado, com o esforço intelectual e engajamento político suficientes.

As fases do Plano tiveram como foco o desenvolvimento econômico. Embora sejam muitas as necessidades dos municípios citados, em setores como a saúde, a educação, a habitação, entre outros, priorizamos a produção, a geração de emprego e renda, ou seja, o foco do Plano é estritamente econômico.

Foram elaborados cinco relatórios que subsidiaram o Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial: 1) O Território e as Razões para a Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico; 2) Estudo

da Realidade Urbana municipal; 3) Estudo da Realidade Rural municipal; 4) Estudos diagnósticos prospectivos; 5) Estudos e análise sobre viabilidades de implantação de indústrias e de agroindústrias.

O Plano Estratégico visou consolidar ideias, a partir das visões de todos os municípios, considerando os empresários, os produtores rurais, as organizações governamentais e não governamentais, enfim, todos os atores que se interessaram e contribuíram para sua construção.

Naturalmente, o Plano por si só não irá produzir resultado algum se essas ideias não forem transformadas em programas e projetos para serem implementados na região. A devida ação política deve, também, ocorrer para levar a cabo as propostas apresentadas.

É importante lembrar que estamos buscando uma solução conjunta, que transcenda os limites do município. Estamos pensando numa solução para uma região. Sugerindo a adoção de novas posturas, pensando e agindo coletivamente para o benefício comum. Também existem soluções particulares, voltadas para vocações específicas de um ou outro município, que podem gerar transbordamentos para toda região.

Esperamos que a partir do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial sejam gerados planos e programas para serem implementados no curto, médio e longo prazos. Só assim conseguiremos atingir o objetivo da proposta que é de avançar rumo à superação do estágio de declínio econômico da região, com a retomada do crescimento.

*Equipe do IPPDS*

*Essa é, pois, a oportunidade do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial que poderá se constituir no primeiro passo para uma reação efetiva na medida em que pretende constituir um instrumento de política pública especialmente formulado, com o esforço intelectual e engajamento político suficientes.*

# O território e as razões para a elaboração do plano

## Capítulo

# 1

*Neste capítulo faz-se uma breve apresentação dos 33 municípios, denominados Território em seu conjunto, para os quais foram realizados os estudos para elaboração Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial (PEDET). Busca-se trazer, na perspectiva histórica, evidências que levaram o Território ao cenário atual de baixo crescimento econômico e ao despovoamento. Os estudos buscaram identificar problemas e potencialidades para a formulação e implementação de políticas públicas que estimulem o investimento público e privado de maneira a recolocar os municípios novamente nos trilhos do desenvolvimento.*

## 1. O território

O Território tem localização geográfica a sudeste do Estado de Minas Gerais, ocupando uma área de 9.689,48 Km<sup>2</sup> e somando 33 municípios (Figura 1). Destes, 30 integram a sub-região norte da Mesorregião Zona da Mata e são polarizados por Ponte Nova e Viçosa. E três, Mariana, Diogo de Vasconcelos e Alvinópolis, pertencem à Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte e são ligados aos primeiros por identidade cultural, social e econômica<sup>1</sup>.

### 1.1. Relação dos municípios

Os municípios para os quais foi elaborado o Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial estão relacionados com suas respectivas áreas e população no Quadro 1.

Apenas os municípios de Mariana, Ponte Nova e Viçosa possuem populações acima de 50.000 habitantes o que os classifica como municípios de porte médio<sup>2</sup>; já o Município de Raul Soares, com 23.818 habitantes, é considerado como de Pequeno Porte 2. Os 29 municípios restantes são classificados como de pequeno porte 1. Predominam, pois, no Território estudado, municípios de pequeno porte.

## 2. Contextualização e razões para a elaboração do plano estratégico

### 2.1. Primórdios do Território

O Território faz parte de uma região que foi colonizada por fluxo migratório derivado princi-

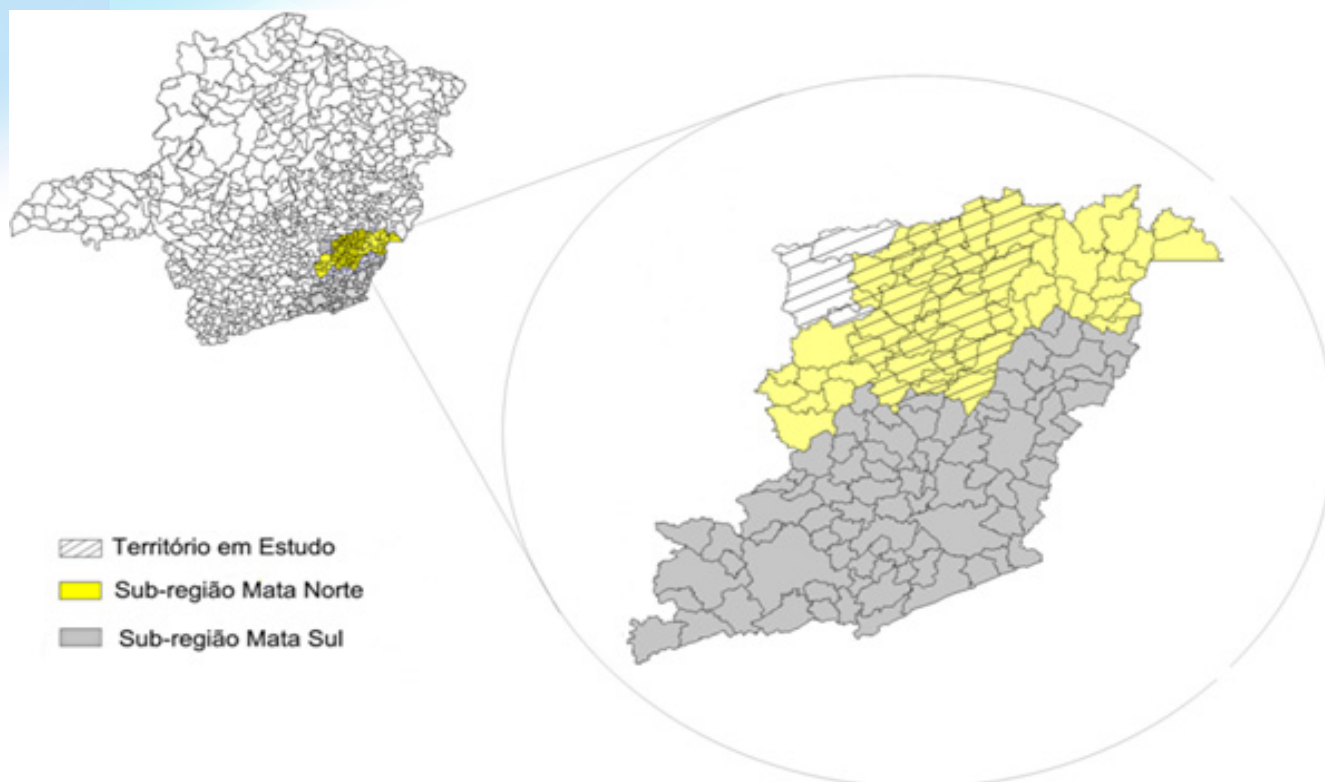
palmente do declínio das zonas auríferas provinciais a partir de meados do Século XVIII.

A ocupação do Território se deu paulatinamente por fazendas que obtinham a concessão das terras por cartas de sesmarias. Na medida em que as minas de ouro iam se exaurindo, o fluxo migratório se intensificava, com mais desbravamento de terras; as fazendas iam se constituindo e se dedicavam às culturas de cereais, cana de açúcar, café, fumo e à criação de gado, sob o regime de escravidão.

Essa ocupação ocorreu tendo como núcleo principal o atual Município de Ponte Nova, que originalmente era um povoado estabelecido às margens do Rio Piranga.

O cultivo da cana de açúcar foi favorecido pela aptidão das terras, estrutura fundiária e pelo regime de escravidão. Foram formadas grandes lavouras dessa cultura, desde o início dos anos 1800, viabilizando a implantação de engenhos, tornando a região produtora de derivados da cana, como o açúcar mascavo, rapadura e cachaça.

Mais adiante, o plantio da cana acabou adquirindo corpo e importância econômica chave, sendo que, já em 1886, foi inaugurado o primeiro engenho central pontenovense, ou usina de açúcar, que se tornaria a primeira indústria açucareira de Minas Gerais. O sucesso dessa usina incentivou a implantação de outras usinas de grande porte, o que levou esse município a viver um "ciclo do açúcar", no qual se tornou o principal produtor de açúcar do estado, até os anos 1970, quando veio a entrar em declínio.



**Figura 1 - Municípios do Território em estudo**

Fonte: Elaboração própria.

**Quadro 1 - Relação dos Municípios do Território em estudo, área e população**

Município	Área (Km <sup>2</sup> )	População	Município	Área (Km <sup>2</sup> )	População
1 Abre Campo	470,55	13.311	18 Pedra do Anta	163,45	3.365
2 Acaiaca	101,89	3.920	19 Pied. De Ponte Nova	83,73	4.062
3 Alvinópolis	599,44	15.261	20 Ponte Nova	470,64	57.390
4 Amparo do Serra	145,91	5.053	21 Porto Firme	284,78	10.417
5 Araponga	303,79	8.152	22 Raul Soares	763,36	23.818
6 Barra Longa	383,63	6.143	23 Rio Casca	384,36	14.201
7 Cajuri	83,04	4.047	24 Rio Doce	112,09	2.465
8 Canaã	174,90	4.628	25 Santa C. do Escalvado	258,73	4.992
9 Coimbra	106,88	7.054	26 Santo Ant. do Grama	130,21	4.085
10 Diogo de Vasconcelos	165,09	3.848	27 São Miguel do Anta	152,11	6.760
11 Dom Silvério	194,97	5.196	28 São Pedro dos Ferros	402,76	8.356
12 Ervália	357,49	17.946	29 Sem-Peixe	176,63	2.847
13 Guaraciaba	348,60	10.223	30 Sericita	166,01	7.128
14 Jequeri	547,90	12.848	31 Teixeira	166,74	11.355
15 Mariana	1.194,21	54.219	32 Urucânia	138,79	10.291
16 Oratórios	89,07	4.493	33 Viçosa	299,42	72.220
17 Paula Cândido	268,33	9.271			
<b>Total</b>				<b>9.689,48</b>	<b>429.365</b>

Fonte: Elaboração própria.

## 2.2. A era do Café

Mas, foi a partir das décadas finais do Século XIX, com a chegada da estrada de ferro, coincidindo com a abolição da escravatura, que veio a ocorrer a transformação social, cultural e econômica que moldaria a identidade da região.

A estrada de ferro rompeu o seu isolamento e promoveu a sua integração ao ambiente cultural da Zona da Mata Sul; a informação vinha agora pelo telégrafo e pelo correio; as viagens ao Rio de Janeiro passaram a ser viáveis, facilitando o contato com o progresso litorâneo e o comércio



se intensificou, levando a região a experimentar um novo estilo de vida.

Sobretudo, a estrada de ferro, ao permitir a expansão da cultura cafeeira, tornou a região agroexportadora, tal qual o era o restante da Zona da Mata. A forte demanda por mão de obra provocada por essa cultura, incentivou outro fluxo migratório, desta vez vindo pelo sul, que incluía estrangeiros, principalmente italianos e portugueses. A prosperidade do café trouxe uma riqueza que a região jamais conhecera; os povoados ficaram compactos, dinâmicos e contínuos, e logo se transformavam em cidades, crescidas com casario e jardins, calçamento de ruas, água encanada e serviços de esgoto, como relata o historiador Paulo Mercadante<sup>3</sup>.

Em termos regionais, no início do Século XX, a Zona da Mata, considerada pelos seus atuais limites territoriais, era polarizada por Juiz de Fora, então o maior centro industrial do estado, e tendo vários municípios como centros regionais, como Cataguases, Muriaé e Ubá, na porção sul; Ponte Nova e Viçosa na porção norte; e Manhuaçu na porção nordeste. Toda região experimentava, nesse período, graças ao café, um surto de desenvolvimento econômico que a tornava a região mais rica e próspera de Minas Gerais. Foram com os recursos proporcionados pelo café dessa época, por exemplo, que o Estado de Minas Gerais conseguiu construir a sua nova capital, Belo Horizonte, já nos anos finais do Século XIX.

Todavia, essa prosperidade teve prazo de validade. A partir dos anos 1930 condições adversas no cenário internacional colocaram um fim a esse ciclo.

### **2.3. O crack da Bolsa de Nova Iorque**

A quebra da Bolsa de Nova Iorque, em outubro de 1929, que precipitou o pior e mais longo período de depressão econômica do Século XX, veio alterar abruptamente esse ambiente de prosperidade que o café proporcionava à região. A “Grande Depressão”, como ficou conhecido o período que se seguiu à quebra da Bolsa, provocou uma drástica retração do consumo mundial do café, o que derrubou tanto os volumes das exportações brasileiras do produto quanto o seu

preço. Esse evento desencadearia uma série de consequências no Brasil, culminando em golpe de estado, representado pela Revolução de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, e a inauguração de uma nova era política e econômica no país.

Os anos de 1930 marcaram um ponto de inflexão na trajetória da economia brasileira, que até ali era resumida em modelo agroexportador, tendo o café como produto predominante. Esse modelo funcionava bem na medida em que o Brasil praticamente dominava um mercado internacional ávido por café. Essa predominância de volume de exportação dava ao país o poder de monopólio, possibilitando o virtual controle dos preços finais do produto. Com esse poder sobre o mercado, o governo acostumou-se a influenciar os preços do café, retendo os eventuais excedentes quando havia superprodução (comprava e destruía); e deixando os preços subirem quando a demanda superava a oferta. Dessa forma, na perspectiva interna, essa política tornava altamente rentável a cultura do café; porém, como observou

Celso Furtado<sup>4</sup>, essa maneira de administrar o principal produto de exportação do país não era sustentável: promovia a ineficiência de um lado, ao garantir lucros ao negócio sob quaisquer condições, e, de outro, incentivava o aumento contínuo da produção, já que a oportunidade do negócio ficava perene. Mas, o governo não conseguiu mais realizar manobras de preços a partir de 1929. E a situação

dos produtores mudou radicalmente.

A Grande Depressão veio desmoralizar a política brasileira na comercialização do café, e o setor cafeeiro nacional sofreu um choque brutal, ainda que não tenha inviabilizado a cultura no país.

Para a Zona da Mata mineira os efeitos foram dramáticos e praticamente a região foi alijada da produção cafeeira nacional. Ficou evidente a debilidade com que a cultura estava assentada na região e que lhe tiraria as condições de se manter como produtora competitiva de café, em comparação com outras áreas produtoras no país. O aumento do volume de produção de café na Zona da Mata ocorreria pela expansão da cultura sobre áreas virgens, tomadas das matas nativas, seguindo a mesma lógica desde quando transpôs o Paraibuna; era assim porque, do contrário, se a produção ficasse restrita a somente uma determinada área, implicaria que o volume da produção

seria decrescente. As lavouras mais antigas ficavam “cansadas”, isto é, iam esgotando as terras, tornando-se pouco produtivas com o passar do tempo – por isso, mais matas iam sendo tomadas em sequência, para manter ou aumentar a produção total; e mais dependentes de preços altos ficavam os produtores, na medida em que a maioria da produção sempre vinha das terras ‘cansadas’, aquelas de baixa produtividade, que se tornavam viáveis graças aos preços compensadores, garantidos pelas manobras do governo no mercado internacional.

Quando veio a Grande Depressão, os preços internacionais do café despencaram sem que o governo conseguisse sustentar a sua política de garantia de preços compensadores. Então, sobreveio aos produtores brasileiros, uma situação crítica: não só os preços do café repentinamente passaram a não remunerar nem os seus custos de produção, como a produção nacional ficou superdimensionada em função da nova demanda corrente, reduzida drasticamente pela depressão econômica internacional.

Não havendo perspectivas de melhoria, os produtores da Zona da Mata mineira aderiram em massa aos programas do governo de erradicação da cultura, substituindo os cafezais em geral pelas pastagens. Como resultado, a partir de então, o café deixou de ser o esteio econômico da Zona da Mata. A cultura ficou remanescente somente nas imediações de Manhuaçu, onde tinha encontrado condições propícias de altitude e clima e por perseverança dos produtores locais, que optaram por enfrentar os anos de crise e não erradicaram os cafezais.

Em termos nacionais, persistiram no ramo cafeeiro áreas de produção de maior competitividade, especialmente São Paulo e o Norte do Paraná, onde se conseguia melhor produtividade em função de uma produção de maior nível tecnológico, em terras mais férteis e a disponibilidade de moderna malha ferroviária para escoamento.

O período de prosperidade ocasionado pelo café na Zona da Mata durou cerca de cinquenta anos apenas. Se esse período foi o bastante para promover a urbanização e uma industrialização significativa de Juiz de Fora, não possibilitou que esse desenvolvimento industrial alcançasse plenamente os municípios da porção sul, e quase nada na sua porção norte e nordeste.

O historiador Paulo Mercadante deduziu que, “não fosse a debilidade da lavoura cafeeira na Mata, o surto industrial teria alcançado toda a zona”. Ou seja, por esse raciocínio, a região de

Ponte Nova e Viçosa, poderiam completar as suas trajetórias econômicas, vivendo um “ciclo industrial”, por exemplo, se a fase do boom do café perdurasse por mais tempo.

Encerrado o ciclo do café, o Município de Juiz de Fora, que fora o centro industrial de Minas Gerais até então, perdeu a sua primazia nessa área e não mais acompanhou o desenvolvimento industrial que o país viveria dali para frente, que foi marcado pela política de substituição de importações, como a implantação de indústrias baseadas no aço, por exemplo, que veio a ocorrer principalmente em São Paulo.

Juiz de Fora só conheceria novo período de desenvolvimento a partir da década de 1960.

#### **2.4. As consequências da crise do café no Território estudado**

No Território em estudo, a erradicação dos cafezais teve consequências negativas imediatas, como de resto em toda a Zona da Mata e o Brasil. Mas, não só pela erradicação dos cafezais *per se*. Considerado o longo prazo, a região entrou em decadência econômica porque deixou de ser agroexportadora – e permaneceu em decadência porque não conseguiu construir um eixo econômico alternativo, desde então.

As pastagens, substitutas principais dos cafezais, jamais conseguiram reproduzir o processo de geração de riqueza ao nível do que o café isoladamente proporcionou; na realidade, nenhuma atividade rural conseguiu aí se estabelecer de forma competitiva e, como tal, viesse a ser transcendente. Assim, a região acabou por padecer de um vetor econômico que lhe permitisse pelo menos acompanhar o progresso de Minas Gerais e evitar o processo de empobrecimento relativo.

A cana de açúcar, que nas imediações de Ponte Nova, chegou a ter importância econômica que rivalizava com a do café, veio a entrar em declínio a partir dos anos 1970, quando perdeu a competitividade para as lavouras de São Paulo. Atualmente, a cana de açúcar ainda persiste com importância econômica restrita a poucos municípios, principalmente em Urucânia, que conserva a única remanescente das grandes usinas da região. Ainda na Microrregião de Ponte Nova, está instalado um importante polo de suinocultura, mas cuja cadeia produtiva é curta, envolvendo as fases de engorda, abate e industrialização da carne, o que é importante no aspecto industrial, com a geração de impostos e salários, mas de pouca horizontalidade rural, pois envolve poucos produtores; a avicultura está presente em alguns muni-

cípios, como São Miguel do Anta e Coimbra, mas também envolve poucos produtores.

Nos municípios que apresentam condições de temperatura e altitude favoráveis, como Ervália, por exemplo, a cultura do café sobreviveu e ganhou impulso a partir dos anos 1990, com incorporação de práticas mais tecnificadas de cultivo. Ainda assim, sem contar com a rentabilidade comparável ao que fora anteriormente.

## 2.5. A situação atual dos municípios do Território estudado

Em geral, a conformação econômica em que está assentada a região não está sendo suficiente para promover a prosperidade social e econômica. Na realidade, esses municípios, considerados em seu conjunto, vêm sofrendo nas últimas décadas um processo contínuo de despovoamento. Para ilustração, enquanto no período de 1970-2010 o Estado de Minas Gerais contou com um crescimento populacional de cerca de 70%, os municípios desse Território, sofreram um decréscimo populacional de 10%, no mesmo período. Ou seja, isso significa que se os municípios apenas mantivessem o crescimento populacional vegetativo, sua população no ano de 2010 somaria 611.274 e não 302.926 habitantes como o ocorrido.

Mas, não é só a situação de despovoamento que aí se destaca negativamente. Também é relevante o alto índice de pobreza que esse conjunto de municípios vem apresentando, o que os coloca, em termos de desenvolvimento social, mais próximos das regiões mais pobres, do que das mais prósperas do Estado de Minas Gerais. Ou seja, para uma região que em boa parte do Século XX foi a região mais rica do estado, essa é uma situação de descompasso, de perda relativa de dinâmica econômica.

E, tal como os municípios dessas regiões mais pobres, esses municípios do Território em estudo já estariam não só imersos em crises sociais, dada a piora dos níveis de pobreza, como também teriam, em maioria, a própria sustentabilidade econômica municipal comprometida não fossem os recursos advindos dos programas de transferências de renda do governo federal, nas suas diversas modalidades.

E esses são indícios claros de que os resultados econômicos da exploração agropecuária local não estão sendo suficientes para dinamizar a economia como seria de se esperar. De fato, indicadores de desenvolvimento social ruins são efeitos de situação de baixa densidade econômica, senão de decadência econômica, o que seria, a rigor, a de-

finição mais realista para categorizar o Território estudado.

Observando os dados apresentados nas figuras 2a e 2b vê-se que o principal indicador de desenvolvimento humano, o IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, dos municípios do Território apresentaram índices inferiores à média do estado de Minas Gerais, enquanto o IDHM médio dos municípios estudados chegou a 0,646, o mesmo índice para o estado atingiu 0,731.

Comparando os dados dos municípios do Território estudados entre os anos 2000 e 2010, identificou-se que nesse período passou-se de um nível de desenvolvimento baixo para médio, conforme o IDH médio para os dois períodos, segundo os critérios do PNUD. É importante verificar que os municípios da região do Vale do Jequitinhonha saíram de um IDHM médio de 0,470, em 2000, para 0,616, em 2010. Alçando nesse período o nível de desenvolvimento médio, deixando para trás o nível de desenvolvimento muito baixo obtido no ano 2000. Esse é um grande resultado quando se considera que esta, juntamente com a região do Vale do Mucuri constituem as regiões mais pobres do estado de Minas Gerais.

A Estrada de Ferro Leopoldina, que ajudaria decisivamente a revolucionar a região no início, não chegou a criar uma malha ao ponto de integrar toda a região de Viçosa e Ponte Nova, tanto quanto não representava, já quando inaugurada, uma ferrovia atualizada. Seu traçado sinuoso e de bitola estreita impunha-lhe severas restrições de capacidade e de velocidade, pelo que manteve-se viável economicamente apenas enquanto o café dava-lhe volume de carga e não exigia maior agilidade. Possivelmente, se a região continuasse a crescer e consolidasse uma economia pujante, a ferrovia teria de ser reformada, senão ela estrangulava o crescimento. Porém, como ocorreu uma decadência econômica, a ferrovia não só não melhorou quanto passou a operar em ociosidade, em contínuo declínio até inviabilizar-se como negócio, só não falindo porque o governo federal veio a encampá-la na década de 1950. Mas, nem a estatziação reverteu seu processo de declínio: o tráfego de trens foi desativado totalmente no início da década de 1990.

Ou seja, com condições operacionais deficientes, a estrada de ferro não foi capaz de facilitar a implantação de outros eixos econômicos alternativos ao café. Provavelmente, se houvesse oferta de transporte ágil e de baixo custo algum negócio teria prosperado na região, aproveitan-

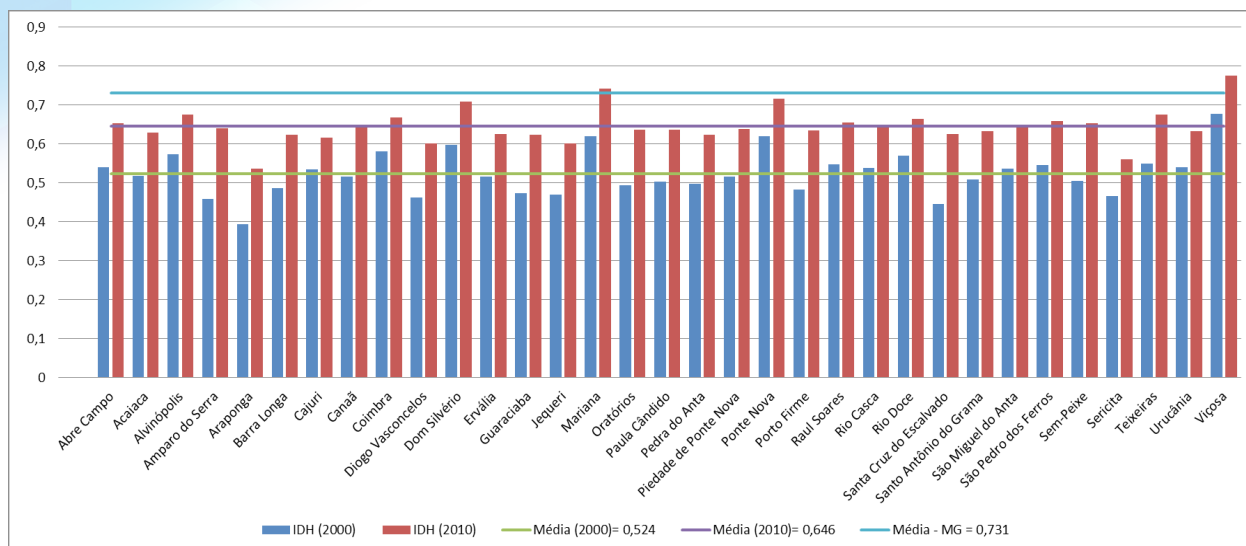


Figura 2.a - IDH dos municípios do Território dos anos 2000 e 2010, média IDH Território dos anos 2000 e 2010, média IDH Minas Gerais do ano 2010

Fonte: Elaboração própria.

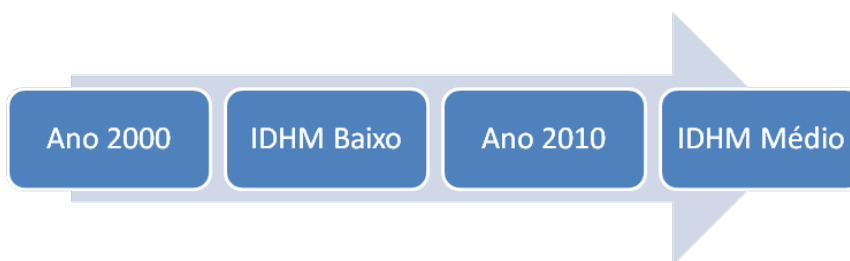


Figura 2.b - Evolução IDH dos municípios do Território anos 2000 - 2010

Fonte: Elaboração própria.

do-se dos períodos de progresso econômico que aconteceram no país a partir dos anos de 1950.

No tocante às estradas de rodagem, a situação não foi muito melhor. Enquanto que estradas federais cortavam o leste da Zona da Mata desde a década de 1940, somente no final da década de 1970 é que houve uma ligação asfáltica entre a porção norte e sul, com a BR-120; e somente nos anos 2000, é que toda a região ficou interligada por asfalto.

Ou seja, a não ser muito recentemente, a região nunca contou, principalmente a região de Viçosa, desde os impactos positivos da ferrovia no Século XIX, com uma estrutura viária que lhe fosse favorável para se integrar com maior dinâmica à economia nacional.

Também é importante ressaltar o pouco legado cultural que a era do café deixou no Território, principalmente tendo em vista a incorporação de imigrantes estrangeiros em sua população. Nesse caso, o Território não foi tão beneficiado em termos de formação de capital social quanto ao ocorrido em outras regiões produtoras de café que receberam imigrantes, como o Sul de Minas ou São Paulo, por exemplo. Nestas,

as gerações posteriores dos imigrantes acabaram por ajudar a modificar o perfil das populações e moldaram toda uma nova sociedade, capaz de assumir a vanguarda nacional, tanto considerando o desenvolvimento da agropecuária, quanto do novo surto industrial que o país viveria a partir dos anos 1950. Mas, no Território a influência dos imigrantes no desenvolvimento da sociedade não aconteceu nessa proporção.

Mais especificamente, não se conseguiu formar aí capital social capaz de ajudar os municípios a enfrentarem a contento e com seus próprios meios, os desafios estruturais que a modernidade estava lhes colocando, como o planejamento urbano e a educação básica, por exemplo. A baixa densidade econômica no Território pode ser creditada em grande medida à ineficiências nesses aspectos estruturais.

### 2.6. Panorama geral da região e a necessidade de uma ação conjunta estratégica

Em suma, a região abarca um conjunto de municípios de uma mesma origem e que viveu uma prosperidade temporária advinda da cultura

do café, para a qual contribuíram condições históricas específicas. Atualmente encontra-se ainda à procura de uma vocação econômica que lhe permita um surto de progresso que traga soluções para a melhoria das condições de vida da sua população e que reverta uma persistente tendência ao declínio econômico.

Como visto, essa situação se dá principalmente porque a região ainda não conseguiu traduzir para a sua agropecuária vantagem econômica, tanto de sua posição geográfica privilegiada, no sentido de estar perto dos grandes centros de consumo do país, como também das suas características naturais de clima e solo, as quais, se não são as melhores do Estado, estão longe de serem as piores, virtude que, pelo menos, lhe possibilitaria algumas aptidões para uma agropecuária competitiva, de altos índices de produtividade, tal qual conseguem realizar as regiões mineiras mais prósperas.

Então, a subutilização econômica das terras pode ser considerada como o seu problema econômico de base. Isso se traduz em uma perda de oportunidade de geração de riqueza.

Portanto, é um primeiro passo obrigatório para avançar na reversão do quadro de anemia econômica territorial, o esforço para otimizar amplamente o uso econômico das terras. E a solução para isso é conhecida: aumentar a produtividade e ganhar competitividade na agropecuária, primeiro; depois, dominar as cadeias produtivas de modo a processar e industrializar os produtos finais, procurando incorporar o maior valor agregado possível a esses produtos. O problema é como fazer isso acontecer.

Em regra, os municípios rurais, tais como a maioria do presente caso, alcançam a prosperidade na medida em que seus produtos rurais conseguem construir superávits em suas transações comerciais com outras regiões. Esses superávits é que formam a renda primária capaz de dar início a uma cadeia de eventos econômicos de geração de riquezas, com reflexos diretos nos respectivos núcleos urbanos. E esse processo de maior eficiência do uso da terra é conquistado,

não através da inércia ou do acaso, mas unicamente pelo protagonismo e empreendedorismo do produtor rural. Se o produtor não estiver correspondendo, então ele deve ser induzido a esse comportamento.

A indústria poderá ser incentivada a ser instalada nos núcleos urbanos, mas é mais crível que isso aconteça em um contexto de complementaridade às cadeias produtivas ligadas ao setor rural local, através de agroindústria, do que de qualquer outra forma.

A questão que se coloca, então, é como esses municípios poderão enfrentar essa situação de forma prática e consistente, considerando as suas limitações, principalmente quanto a recursos orçamentários.

Essa é, pois, a oportunidade do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial que aqui se delineia; este poderá se constituir no primeiro passo para uma reação efetiva na medida em que pretende constituir um instrumento de política pública especialmente formulado, com o esforço intelectual e engajamento político suficientes.

É fato que se formou nesse Território um processo de decadência econômica de causalidade circular que tende a ser cumulativo e que dificilmente se romperá por si mesmo – deixada a situação como está esse quadro só tenderá ao pior.

Certamente, a situação pode ser revertida com uma ação decidida, esclarecida e objetiva. O conjunto de municípios em tela reúne potencialidades reais que podem ser aproveitadas para a criação de empregos e geração de valor, aumentando o leque de oportunidades econômicas que beneficiem diretamente os seus habitantes e contribuam para o bem comum.

## Notas:

1. No caso do Município de Mariana, essa identificação se dá marginalmente, abrangendo a sua área rural, localizada ao sul e a sudeste do município.
2. De acordo com dados populacionais do IBGE/2010, considerou-se: a) Municípios de Pequeno Porte 1: até 20.000 habitantes; b) Município de Pequeno Porte 2: de 20.001 até 50.000 habitantes; c) Município de Médio Porte: de 50.001 até 100.000 habitantes; d)

Município de Grande Porte: de 100.001 até 900.000 habitantes; e)  
Metrópole: mais de 900.000 habitantes.

3. “Os Sertões do Leste – Estudo de uma região: a Mata Mineira”,  
Paulo Mercadante, 1973, Zahar Editores.

4. Furtado, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo:  
Companhia das Letras, 2007.

5. Esse cálculo exclui os municípios de Viçosa e Mariana, que tiveram expressivos crescimentos populacionais no período, mas por razões diferentes e independentes da dinâmica econômica da região: o primeiro em função dos investimentos do governo federal na ampliação da UFV, e o segundo, em razão dos investimentos da mineradora Vale na ampliação da produção de minério de ferro.

# Capital Humano

*O conceito de capital humano se assemelha ao conceito dos “meios físicos de produção” utilizados nas teorias econômicas que estudam o desenvolvimento. Investir em capital humano por meio da educação e da saúde configura-se como uma das principais ações para se obter o crescimento econômico. Estudá-los permite identificar os desafios e oportunidades que poderão contribuir com o desenvolvimento econômico de uma região. Deste modo, o presente capítulo foi destinado ao exercício da identificação e proposição sobre os elementos que compõem o capital humano: educação, saúde e saneamento.*

## 1. Educação

A educação figura como um dos principais fatores apontados pelas mais diferentes perspectivas como sendo a dimensão estratégica para se alcançar o pleno desenvolvimento humano e o crescimento econômico e social de um território. É um tema que se mostra não apenas como o mais importante como também um dos mais desafiantes para todas as esferas de governo (federal, estadual ou municipal).

Todavia, sua importância deve ser mensurada não apenas em termos quantitativos - por exemplo, pelo número de alunos matriculados, taxa de alfabetização, taxa de distorção série-idade, entre outros fatores - mas, fundamentalmente, deve ser avaliada em relação à qualidade do ensino que é ofertado, sobretudo no desenvolvimento de estratégias de longo prazo, visando o desenvolvimento territorial.

### 1.1. Desafios

Como abordado ao longo dos produtos que foram desenvolvidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial (PEDET) para os 33 municípios que compõem o território em estudo, a educação torna-se fundamental para a superação do baixo nível de desenvolvimento alcançado por este grupo de municípios, como mostram alguns indicadores que

se encontram abaixo do estadual e do nacional. Por exemplo, o PIB per capita para a região da Zona da Mata, de R\$7.520,79 em 2010, se encontrava, no mesmo ano, abaixo da média de Minas Gerais, de R\$ 12.213,80.

Da mesma maneira, o IDH da região, em 2010, registrou média de 0,645, enquanto o do estado, 0,731. O valor apresentado pelo IDH caracteriza a região como aquela que detém um nível médio de desenvolvimento, mas comparativamente não é uma situação confortável, em especial quando se almeja o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

O índice Firjan<sup>1</sup> da região (0,649) ficou abaixo da média brasileira (0,732), em 2010. Em relação à taxa de desocupação da população com 18 anos ou mais, a região em estudo registrou índice mais baixo que a média do estado de 5,81% e 6,23%, respectivamente. Entretanto, o Índice de Gini, que mede o grau de desigualdade, foi igual para a região e o estado, com 0,6, e melhor do que o do país que foi de 0,47. Nesse quesito é oportuno esclarecer que quanto mais próximo de 1, maior igualdade.

De acordo com dados oficiais, devido às políticas públicas direcionadas para o setor, a quantidade de alunos matriculada e a qualidade do ensino - medida pela evolução do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica<sup>2</sup>) para o país, Minas Gerais e os municípios que com-

põem o PEDET –, apresentaram uma evolução nos últimos anos. A evolução do IDEB para os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) foi considerável, aumentando em 1 ponto entre o período de 2005 a 2011. No entanto, ainda é preciso avançar em relação à qualidade em todos os anos do ensino fundamental para se alcançar o padrão internacional (estipulado em 6 pontos) e que foi obtido pela rede municipal de ensino por apenas 10 municípios que compõem a região em estudo. Vale ressaltar que praticamente todos os municípios alcançaram as metas projetadas para esse período.

No Quadro 1, pode-se visualizar a evolução do IDEB para os municípios que compõem o PEDET. O índice é calculado tanto para as escolas estaduais como para as municipais. Não se pode aferir um padrão único, pois existe variação de ano para ano entre as escolas da mesma rede ou pelas escolas que compõem a rede estadual e/ou municipal. Entretanto, no geral, observa-se que o índice das escolas municipais é menor do que o das estaduais, mesmo tendo alguns municípios em que o índice é mais elevado para as escolas municipais. De todo modo, o índice precisa ser melhorado na maioria das escolas da rede municipal que compõem o território, pois em apenas dez municípios foi obtida nota igual ou superior a 6,0, como destacado no Quadro 1.

Nesse sentido, podemos observar que a situação dos 33 municípios estudados necessita de ações imediatas visando elevar o grau de desenvolvimento, criando possibilidades concretas de atividades que gerem renda e emprego. Essas possibilidades passam invariavelmente por ações propositivas imediatas de melhoria da educação básica, fundamental e média, tanto nas áreas rurais, como urbana, e de ampliação da oferta da educação profissionalizante e superior para os jovens que desejam permanecer nos pequenos municípios.

O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) possui metas para a educação do Estado de Minas Gerais. Nesse sentido, é fundamental fazer o acompanhamento das escolas, com base nessas metas, observando quão distante esses municípios se encontram destas. No caso do IDEB, por exemplo, as metas a serem alcançadas são: 6,2 em 2015; 6,8 em 2022; e, 8 em 2030.

**Quadro 1. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica dos municípios de escolas municipais e estaduais do território em estudo – 2009, 2011 e 2013.**

IDEB do Ensino Fundamental Regular (Anos Iniciais)	2009		2011		2013	
	Mun	Est	Mun	Est	Mun	Est
Abre Campo	-	<b>6,5</b>	-	<b>6,2</b>	-	<b>6,3</b>
Acaiaca	4,9	-	<b>6,2</b>	-	5,7	-
Alvinópolis	5,8	5,9	5,6	5,7	5,8	5,8
Amparo do Serra	4,5	4,9	4,7	-	5,7	-
Araponga	-	5,8	-	5,5	-	7,1
Barra Longa	-	4,8	5,2	4,1	-	5,3
Cajuri	4,9	-	5,2	-	5,4	5,1
Canaã	-	5,2	5,3	5,2	-	7,0
Coimbra	5,7	-	<b>6,4</b>	-	<b>6,0</b>	-
Diogo Vasconcelos	5,1	-	<b>6,1</b>	-	4,9	-
Dom Silvério	<b>6,1</b>	-	<b>6,9</b>	-	7,2	-
Ervália	<b>6,3</b>	<b>6,8</b>	<b>6,3</b>	5,9	<b>6,4</b>	<b>6,6</b>
Guaraciaba	-	5,3	4,7	<b>6,0</b>	-	5,8
Jequeri	5,4	5,1	<b>6,4</b>	5,7	<b>6,1</b>	5,8
Mariana	4,6	5,7	4,6	5,9	5,4	<b>6,2</b>
Oratórios	4,5	-	<b>6,1</b>	-	<b>6,0</b>	-
Paula Cândido	<b>6,5</b>	<b>6,4</b>	<b>6,6</b>	<b>6,8</b>	<b>6,5</b>	<b>6,1</b>
Pedra do Anta	-	5,2	-	-	-	-
Piedade de Ponte Nova	4,9	-	4,9	-	5,4	-
Ponte Nova	5,2	5,1	5,9	5,7	<b>6,0</b>	5,8
Porto Firme	-	<b>6,0</b>	-	<b>6,5</b>	-	<b>6,2</b>
Raul Soares	5,1	<b>6,0</b>	5,9	<b>6,1</b>	5,7	<b>6,1</b>
Rio Casca	5,1	5,9	5,1	6,8	5,4	<b>6,7</b>
Rio Doce	5,4	-	5,9	-	<b>6,2</b>	-
Santa Cruz do Escalvado	4,6	<b>6,2</b>	4,9	5,5	5,3	5,4
Santo Antônio do Gramma	5,6	-	<b>6,2</b>	-	5,9	-
São Miguel do Anta	-	5,8	<b>6,0</b>	<b>7,0</b>	<b>7,1</b>	-
São Pedro dos Ferros	5,3	4,7	5,7	5,0	5,2	5,1
Sem-Peixe	5,9	-	5,6	-	5,7	-
Sericita	4,8	-	5,1	-	5,1	-
Teixeiras	5,3	4,9	<b>6,2</b>	<b>6,1</b>	<b>6,2</b>	5,1
Urucânia	4,8	5,4	5,1	5,1	5,7	5,1
Viçosa	4,9	<b>6,1</b>	5,0	<b>6,4</b>	5,4	<b>6,5</b>

Fonte: Inep (2014)

Nota: Dados do IDEB 2013, atualizado no site em: 14/08/2014.

De acordo com o *site* do Inep a ausência de indicador em alguns anos para alguns municípios pode ser: (a) que o número de participantes na Prova Brasil foi insuficiente para que os resultados sejam divulgados; (b) houve solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 304 de 24 de junho de 2013; (c) sem média na Prova Brasil 2013: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado e, (d) dado não divulgado por solicitação da Secretaria/Escola devido a situações adversas no momento da aplicação.

Os resultados marcados em cinza referem-se ao IDEB que atingiu a meta projetada. Pode ser acessado em: <http://ideb.inep.gov.br/>



De acordo com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)<sup>4</sup>, a educação brasileira deve ser gerida e organizada separadamente pelos diferentes níveis de governo. Em outras palavras, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que devem organizar e administrar os seus respectivos sistemas de ensino, porém deve haver a colaboração entre essas esferas. Cada sistema educacional público é responsável por sua própria manutenção, bem como os mecanismos e fontes de recursos financeiros. Desta forma, os governos locais são responsáveis por estabelecer os sistemas educacionais municipais e seguir as orientações utilizando os financiamentos oferecidos pelo Governo Estadual e Federal.

A Constituição Federal estabelece um mínimo de despesa no ensino básico, recursos provenientes da arrecadação de impostos, sejam os diretamente coletados ou os transferidos por outras esferas de Governo. A União deve empregar

nunca menos que 18% da receita em Educação; os Estados, o Distrito Federal e os Municípios precisam empregar no mínimo 25% de suas respectivas receitas (art. 212 da CF). Entretanto, alguns Estados e Municípios, de acordo com suas Constituições e Leis Orgânicas, podem determinar um percentual maior. De fato, não apenas a quantidade, mas a qualidade do investimento em educação deve ser revisto, numa perspectiva que envolva o Estado, a Sociedade Organizada e a Iniciativa Privada com ações planejadas no nível local e regional.

Faz-se necessária essa revisão, pois os aspectos relacionados à educação, como também os relacionados à saúde e à segurança, além de se constituírem em direitos de todo cidadão para ter uma vida digna, refletem na sua capacidade produtiva. Desta forma, vários problemas relacionados a essa dimensão foram diagnosticados nos municípios que compõem o território em estudo. Podemos advertir os mais citados pelas lideranças municipais:

**1. Baixo nível de educação e capacitação dos jovens:**

Foi manifestada a preocupação com o êxodo e a evasão da força de trabalho jovem, motivados inicialmente pela baixa infraestrutura educacional e de emprego nos pequenos municípios, em especial naqueles com menos de 30 mil habitantes. Nos municípios maiores, os jovens rurais também migram para a cidade.

**2. Inadequação da mão de obra:** A baixa qualificação da mão de obra é um entrave que foi fortemente apontado tanto nas oficinas quanto na pesquisa de campo realizada nos municípios. De forma desagregada, os setores comercial, industrial e de serviços, consideram, respectivamente, que 54%, 72% e 52% da mão de obra existente apresentam baixa qualidade.

**3. Falta de programa para formação de competências:** As pequenas cidades são as que mais sofrem com a escassez de oportunidades para formação superior e tecnológica.

**4. Falta de escolas em comunidades rurais ou a educação rural não é satisfatória:** O acesso à educação nas áreas rurais da região é precário. Seja

pela falta de transporte escolar nas áreas rurais para o deslocamento até as escolas nos centros urbanos ou pela inexistência de escolas instaladas no campo. Em complemento, foi relatada a falta de materiais escolares, fator que compromete significativamente a qualidade da educação.

**5. Falta de escolas técnicas e/ou Institutos Federais nos municípios que compõem o PEDET, Universidades Estaduais e o Senac:** O incentivo ao ensino profissionalizante e superior é primordial para aumentar a qualificação técnica da mão de obra em qualquer localidade. Exceto Viçosa, nas demais cidades que compõem a região do PEDET, existem poucas de instituições de ensino ou de capacitação técnica.

**6. Precariedade das estradas rurais, sobretudo em época de chuvas, o que dificulta o transporte de alunos:** A frequência dos alunos nas escolas é essencial para a qualidade do ensino. Entretanto, a infraestrutura das estradas rurais tem prejudicado o transporte dos alunos até as escolas ocasionando à baixa frequência escolar dos alunos que moram nas áreas rurais que dependem de transporte para chegar até as escolas.

Desta forma, neste plano estratégico apresentamos algumas propostas para a melhoria da educação como os programas do governo federal que podem ser acessados pelos governos municipais. As diferentes esferas de governo possuem programas específicos para a melhoria da educação. Contudo, devemos salientar que os municípios também podem desenvolver, de acordo com suas possibilidades e vontade po-

lítica, seus próprios programas que melhorem os índices da educação em seus anos iniciais e finais.

**1.2. Potencialidades e Oportunidades**

Como observado anteriormente, grande parte dos investimentos em educação é direcionado aos municípios e aos estados que possuem maior número de alunos e escolas. De acordo com

a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 11, cabe ao município oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, prioritariamente, o ensino fundamental. Pode atuar em outros níveis de ensino, mas apenas quando as necessidades de sua área de atuação estiverem atendidas. Todavia, vale ressaltar que o governo federal possui programas complementares que podem ser acessados pelos municípios, por escolas municipais, e também pelas estaduais. Neste sentido, promover ações integradas que visem à melhoria do ensino nas diferentes esferas governamentais são fundamentais para geração de desenvolvimento nas pequenas localidades.

A rede municipal de ensino abrange a educação infantil com creches e pré-escolas, além do ensino fundamental. Em cada município existem escolas nas áreas urbanas e rurais. Conforme observado no diagnóstico, algumas prefeituras mantêm boas escolas nas comunidades rurais, com boa estrutura e bom ensino, que atendem à demanda dos moradores. Outras prefeituras optam por desativar as escolas rurais ou manter poucas delas, apenas em alguns níveis, e destinar transporte escolar para conduzir os alunos para a cidade ou para cidades vizinhas, mantendo os alunos integrados à vida urbana.

No Brasil, de forma geral, a desativação de escolas rurais vem aumentando nos últimos anos. Tal fato, de certa forma, não incentiva a permanência dos jovens no campo, visto que não oferece oportunidade de escolha para os que desejam permanecer na zona rural.

No âmbito do governo federal, existem programas que podem ser acessados pelas secretarias municipais e estaduais de educação para os diferentes níveis de ensino. É importante observar que cada programa para ser acessado possui regras e contrapartidas próprias que devem ser respeitadas pelos estados e municípios. Ademais, muito provavelmente, algumas prefeituras que compõem o PEDET já conhecem ou acessam um ou mais programas o que não impede a sua apresentação, visto que parte dos municípios podem desconhecê-los, enquanto outros, caso acessem tais programas, podem ampliá-los ou melhorá-los. Assim, existe a intenção estratégica de partilhar experiências municipais, visando reaplicação de experiências positivas na região. A seguir apresentamos alguns programas do governo federal. Embora a EFA (Escola Família Agrícola) não se constituir em um programa governamental, tornou-se oportuno apresentá-la como uma alternativa para a educação do campo junto aos demais programas existentes:

**Proinfância:** Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – o principal objetivo do programa é prestar assistência financeira ao Distrito Federal e aos municípios visando garantir o acesso de crianças a creches e escolas de educação infantil da rede pública. O programa também repassa recursos para equipar as escolas em fase final de construção.

**Brasil Carinhoso:** Apoio a Creches – o programa é voltado para a primeira infância e tem como objetivo expandir a quantidade de matrículas de crianças entre 0 e 48 meses, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em creches públicas ou conveniadas. O apoio financeiro é direcionado aos municípios (e ao Distrito Federal) que informaram no Censo Escolar do ano anterior a quantidade de matrículas de crianças de zero a 48 meses, os membros de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família matriculadas em creches públicas ou em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o poder público.

**ProJovem Campo - Saberes da Terra:** É um programa do governo federal que busca desenvolver políticas públicas de Educação do Campo e de Juventude que oportunizem a jovens agricultores (as) familiares, com idade entre 18 a 29 anos, excluídos do sistema formal de ensino, a elevação de escolaridade em Ensino Fundamental com qualificação

profissional inicial, respeitadas as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica e produtivas dos povos do campo. O acesso pode ser feito por meio das Secretarias de Educação Estaduais, Municipais e do Distrito Federal que fazem adesão ao programa no âmbito do Edital do Projovem. O curso tem duração de 2.400 horas a serem concluídas em 2 anos, alternando atividades de tempo-escola e tempo-comunidade. De acordo com o site do MEC, a forma de organização das turmas e o calendário deverá se ajustar às necessidades locais. As turmas devem conter entre 25 a 35 alunos.

**Escola Família Agrícola (EFA):** Uma alternativa para os jovens do campo seria a criação de EFAs nos municípios que não a possuem ou a oferta de transporte aos alunos que queiram frequentar as EFAs disponíveis no território. Existem no território cinco EFAs que foram bem avaliadas pelas lideranças locais, que estão em Acaiaca, Sem-Peixe, Jequeri, Araponga e Ervália. As EFAs oferecem metodologia e proposta educacional diferenciada para os jovens que desejam permanecer nas áreas rurais dando continuidade ao empreendimento rural familiar. As escolas são criadas por meio de associação de famílias de agricultores familiares, instituições e/ou pessoas organizadas, que desejam oferecer este modelo de educação para seus filhos. Para custear parte de sua manutenção, são firmados convênios com os governos estaduais e municipais.

A Universidade Federal de Viçosa criou em 2014 o curso em Licenciatura em Educação do Campo que tem como um dos objetivos formar profissionais que atuem nas escolas rurais em educação do campo com ênfase na pedagogia da alternância que é adotada pelas EFAs, intercalando tempo-escola e tempo-comunidade. O curso, desta forma, visa suprir uma lacuna ao disponibilizar uma formação diferenciada aos educadores que querem atuar no meio rural. As prefeituras podem também aproximar-se da UFV, visando parcerias com benefícios múltiplos para município e Universidade.

**Caminho da Escola:** O programa foi criado com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir a segurança e a qualidade do transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando, por meio do transporte, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. De acordo com informações obtidas no *site* do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) existem três formas para estados e municípios participarem do Caminho da Escola: (i) com recursos próprios, bastando aderir ao pregão; (ii) via convênio firmado com o FNDE; (iii) ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus escolar.

**PNATE:** Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar visa atender alunos moradores da zona rural. O programa fornece, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, para custear despesas com reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo, etc. Os recursos também podem ser utilizados para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar.

**Segundo Tempo:** De acordo com o *site* do Ministério do Esporte, o programa tem como objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, com prioridade em áreas mais vulneráveis socialmente. O acesso ao programa é feito mediante critérios de seleção estabelecidos em edital específico. Podem acessar o programa, municípios, estados e o Distrito Federal. A atividades esportivas devem ser oferecidas no contra-turno

escolar, em espaços físicos específicos as atividades esportivas a serem desenvolvidas, podendo ser no ambiente da escola ou espaços comunitários (públicos ou privados). Devem ser oferecidas, no mínimo, três modalidades esportivas com frequência mínima de três vezes por semana.

**Programa Mais Educação:** O programa criado pelo Ministério da Educação visa induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. Podem aderir ao programa às escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal, de acordo com o projeto educativo, optam por desenvolver atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico, que são: educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. De acordo com a Meta 6 do Plano Nacional de Educação o objetivo é que no mínimo 50% das escolas públicas e 25% dos alunos da educação básica frequentem a escola de tempo integral. A adesão do aluno não é obrigatória. O governo federal repassa às escolas verba complementar por aluno, por escola e para os monitores que participam do programa<sup>5</sup>.

**PRONATEC:** Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego foi criado em 2011 e tem como objetivo ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Atualmente o programa é acessado em cinco municípios que compõem o PEDET: Abre Campo, Piedade de Ponte Nova, Santo Antônio do Gramma, Viçosa e Rio Doce. As redes de ensino municipais podem participar do programa, assim, as cidades que desejam participar devem procurar a sua Secretaria Estadual de Educação. As vagas são abertas em escolas públicas estaduais, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e nos Serviços Nacionais de Aprendizagem, como o Senai e o Senac. Cada uma dessas instituições tem inscrições e critérios próprios para seleção de participantes ao Pronatec.

O Pronatec oferece cursos técnicos em diversas áreas, como por exemplo: eletroeletrônica, metalurgia, agroindústria, refrigeração, turismo, artesanato, agricultura, mineração, cafeicultura, fruticultura, pesca, zootecnia, finanças, cooperativismo, em outros. Neste sentido, o Programa contribui para a oferta de mão de obra capacitada que poderá propiciar melhores condições de emprego e renda para os jovens. Além disso, a capacitação técnica poderá melhorar a produtividade da agricultura e pecuária, pois os jovens poderão aplicar o que aprendeu na propriedade familiar, o que pode contribuir para diminuir a migração destes e melhorar a renda e qualidade de vida da família.

Com o intuito de identificar a presença de órgãos de educação e treinamento em cada um dos municípios que compõem o PEDET, foi elaborada a Figura 2. Buscou-se averiguar a presença dos seguintes órgãos na região do PEDET: 1) Senai; 2) Senar (municípios que possuem convênio de cooperação); 3) Senac; 4) Sebrae (posto de atendimento); 5) Emater; 6) Embrapa (escritórios); 7) Epamig; 8) Institutos Federais; 9) Universidades Federais; 10) Universidades Estaduais; e, 11) Faculdades Privadas.

Foram identificados 60 órgãos distribuídos nos 33 municípios. No entanto, 22 destes órgãos,

que representam 36,7% do total, se concentram nos municípios de maior porte do território estudado, seis em Mariana, oito em Ponte Nova e oito em Viçosa. Os outros 30 municípios apresentam uma baixa presença destes órgãos, sendo que dois municípios não têm a presença de nenhum destes órgãos, 18 municípios apresentam apenas um, e 10 municípios apresentam dois, variando, portanto, de 0 a no máximo 2 órgãos por cidade. O órgão presente em quase todos os municípios da região em estudo é a Emater, estando em 30 cidades. Já o Senac, os Institutos Federais e Universidades Estaduais não estão presentes em nenhuma das cidades.

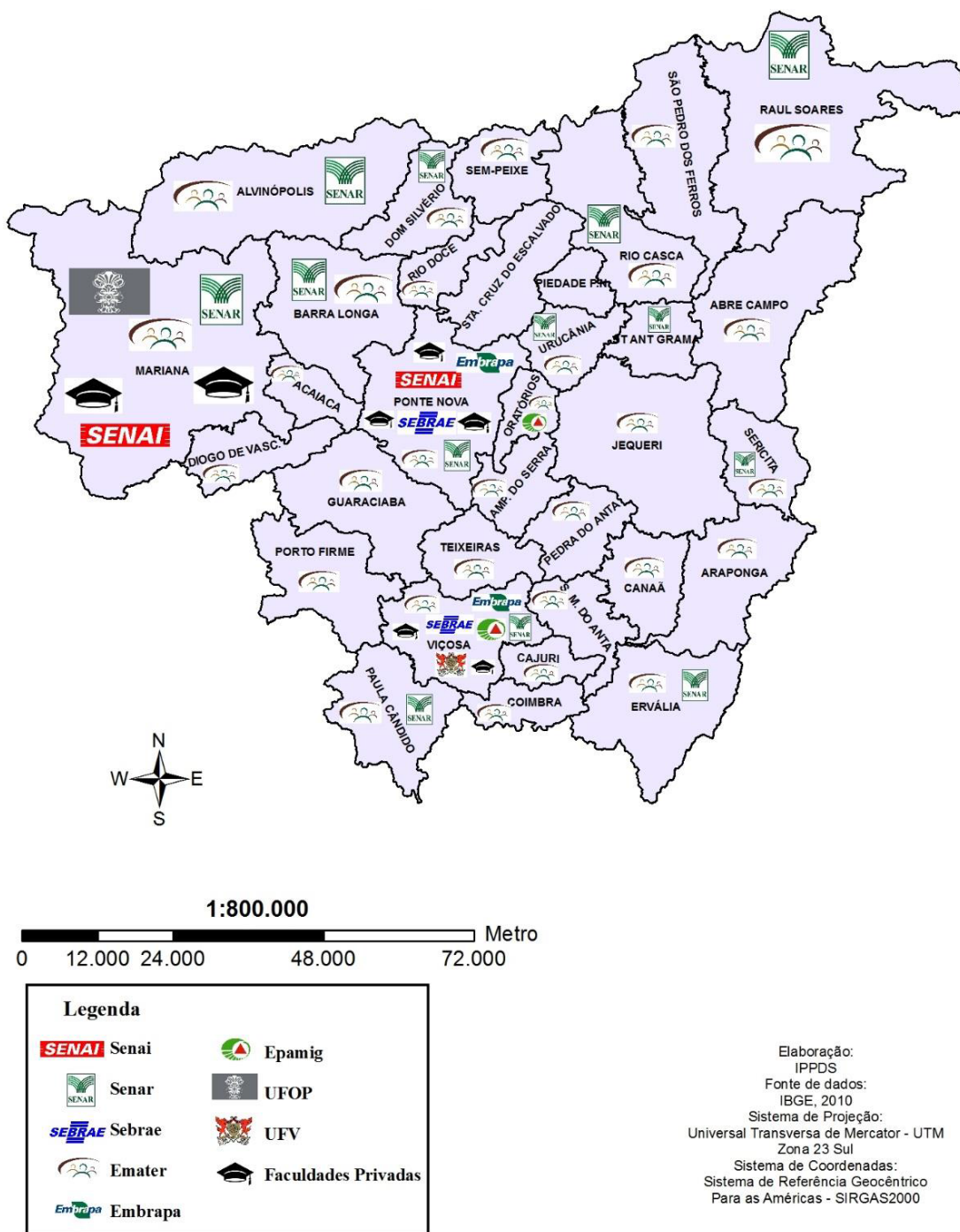


Figura 2. Mapa da distribuição dos sistemas de ensino.

Fonte: IPPDS, 2014

Este mapa mostra uma diversidade e um grande número de sistemas de ensino, mas que estão concentrados em alguns municípios que compõem o PEDET. Ademais, como mencionado anteriormente, falta neste território Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que oferecem educação superior, básica e profissional, além do Senac, instituição da iniciativa privada que oferece cursos profissionalizantes. Tanto o IFET como o Senac seriam boas oportunidades de qualificação profissional para os jovens.

### 1.3. Objetivos, metas, ações e indicadores

Estudos são consensuais ao identificar a educação, em quantidade e qualidade, como fator determinante para o desenvolvimento sustentável, mas devemos lembrar que o desenvolvimento desta dimensão deve ocorrer em consonância com outras variáveis que também são importantes como a saúde, o saneamento, a segurança, entre outros indicadores. Deve-se considerar, também, a valorização dos profissionais da área de educação e a qualidade da educação que é oferecida, com atenção especial para uma reforma de conteúdo que atenda às transformações da sociedade, com maior valorização das aulas práticas, seja em laboratórios ou em outros espaços que permita um melhor aproveitamento por parte dos alunos do conteúdo ministrado.

A educação é um tema amplamente debatido na sociedade brasileira com buscas ao seu aprimoramento e universalização, como preconiza a Constituição Federal. Neste sentido, após três

anos de tramitação na Câmara dos Deputados, foi criado em 2014 o Plano Nacional da Educação (PNE). O atual plano, que abrange um período de dez anos, foi sancionado pela presidência da república em junho de 2014. Após a elaboração do PNE, os municípios e estados têm um ano para elaborar e/ou revisar seus planos de educação de acordo com as metas e estratégias aprovadas em seu documento. Em outras palavras, o PNE serve como orientador máximo para a construção de planos educacionais estaduais e municipais. Assim, gostaríamos de lembrar que, entre os 33 municípios, pode haver os que já elaboraram os seus planos com metas próximas às nacionais, iguais ou até mesmo superiores, cabendo a cada município definir suas metas e estratégias de ação para a educação, desde que respeitando a constituição e seguindo a orientação do PNE.

Desta forma, o PNE<sup>6</sup> estabelece 20 metas e 253 estratégias para a educação que devem ser cumpridas nos próximos dez anos (a contar a partir da sanção presidencial). Assim, elaboramos a partir dos entraves encontrados no diagnóstico, os objetivos, as metas, as ações e os indicadores para a educação dos municípios que compõem o PEDET, conforme o Quadro 2. Essas propostas foram construídas em consonância com as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Vale ressaltar, como dito anteriormente, que a partir da aprovação do PNE os estados e municípios devem desenvolver seus próprios planos educacionais. Encontra-se no Anexo I as 20 Metas apresentadas no Plano Nacional de Educação que subsidiaram a elaboração do nosso texto.

Quadro 2 - Dimensão Educação: objetivos, metas, ações e indicadores

Dimensão Educação		
Objetivos e Metas	Ações	Indicadores
<p><b>Objetivo 1:</b> Fomentar a qualidade da educação básica e fundamental</p> <p><b>Metas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Fazer com que 100% das escolas atinjam até o ano de 2025 as médias nacionais para o IDEB: nota 6 nos anos iniciais e nota 5,5 nos anos finais do ensino fundamental;</li> <li>Aumentar em 50% o número de matrículas de crianças em creches públicas ou conveniadas com o poder público;</li> <li>Acessar ou aumentar em 30% o número de matrículas no programa Segundo Tempo;</li> <li>Efetivar todos os diferentes conselhos relacionados à educação.</li> </ul>	<p><b>Ação 1:</b> Alcançar as médias nacionais estabelecidas pelo IDEB via articulação entre diferentes níveis de governo;</p> <p><b>Ação 2:</b> Acompanhar por meio de indicadores, a qualidade do ensino que é oferecida no município e no estado;</p> <p><b>Ação 3:</b> Acessar os programas do Governo Federal para a educação básica (creches) tais como o Proinfância e Brasil Carinhoso;</p> <p><b>Ação 4:</b> Acessar o programa Segundo Tempo;</p> <p><b>Ação 5:</b> Acompanhamento e avaliação por uma equipe composta por pais, professores e alunos da qualidade do programa Segundo Tempo;</p> <p><b>Ação 6:</b> Empossar e/ou potencializar a efetivação dos conselhos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resultado dos indicadores do IDEB.</li> <li>Número de matrículas de crianças em creches.</li> <li>Número de matrículas no Programa Segundo Tempo.</li> <li>Relatório final de acompanhamento/ avaliação do programa Segundo Tempo que foi oferecido.</li> <li>Número de reuniões, assembleias e ações que foram realizadas pelos conselhos.</li> </ul>

(Continua)

Quadro 2 - Dimensão Educação: objetivos, metas, ações e indicadores

(Continuação)

Dimensão Educação		
Objetivos e Metas	Ações	Indicadores
<p><b>Objetivo 2:</b> Aumentar o nível educacional e a capacitação de jovens e adultos</p> <p><b>Metas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevar a taxa líquida de matrícula no ensino médio em 85% até 2024;</li> <li>• No mínimo 50% das escolas públicas e 25% das escolas educação básica oferecendo educação em tempo integral</li> <li>• Ofertar pelo menos 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, que cursam o ensino fundamental, a educação profissional integrada.</li> </ul>	<p><b>Ação 7:</b> Universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 as 17 anos;</p> <p><b>Ação 8:</b> Oferecer educação em tempo integral com qualidade, acessando o Programa Mais Educação;</p> <p><b>Ação 9:</b> Acompanhamento /avaliação por uma comissão composta por pais, professores, alunos e representantes dos conselhos, da qualidade da educação em tempo integral que é oferecida;</p> <p><b>Ação 10:</b> Oferecer cursos técnicos para os jovens e adultos por meio do Pronatec.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número de matrículas no ensino médio;</li> <li>• Número de matrículas no tempo integral;</li> <li>• Resultado dos indicadores do IDEB;</li> <li>• Relatório final da comissão de acompanhamento/ avaliação do Programa Mais Educação no município;</li> <li>• Número de matrículas em cursos do Pronatec.</li> </ul>
<p><b>Objetivo 3:</b> Melhorar a capacitação em gestão para os servidores da administração pública</p> <p><b>Metas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivar que 50% dos servidores públicos frequentem, pelo menos, um curso de capacitação por ano.</li> </ul>	<p><b>Ação 11:</b> Oferecer cursos de capacitação em gestão para os servidores públicos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar o número de servidores que participaram de algum curso de capacitação para a melhoria da gestão pública.</li> </ul>
<p><b>Objetivo 4:</b> Implantar e/ou melhorar as escolas em comunidades rurais</p> <p><b>Metas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar por demanda pelo menos uma escola em comunidade rural</li> <li>• Aumentar em 10% o número de matrículas nas escolas rurais.</li> </ul>	<p><b>Ação 12:</b> Incentivar a criação de Escola Família Agrícola no município envolvendo a sociedade civil organizada;</p> <p><b>Ação 13:</b> Melhorar a oferta de transporte escolar nas áreas rurais acessando os programas do governo federal para o transporte escolar, dentre eles o Caminho da Escola e o PNATE.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número de jovens matriculados em escolas rurais;</li> <li>• Número de escolas criadas;</li> <li>• Número de jovens que utilizam o transporte público escolar;</li> <li>• Número da frota do transporte público escolar.</li> </ul>
<p><b>Objetivo 5:</b> Elevar a escolaridade e qualificação profissional de jovens agricultores.</p> <p><b>Metas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar em 25% o número de matrículas de jovens agricultores em algum nível ou programa de ensino.</li> </ul>	<p><b>Ação 14:</b> Implementar o ProJovem Campo;</p> <p><b>Ação 15:</b> Melhorar a oferta de transporte escolar nas áreas rurais acessando os programas do governo federal para o transporte escolar: Caminho da Escola e PNATE;</p> <p><b>Ação 16:</b> Apoiar os jovens rurais que estão fazendo cursos superiores a implantar na propriedade o que estão aprendendo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número de jovens matriculados no ProJovem;</li> <li>• Número de jovens matriculados em algum nível de ensino ou programa;</li> <li>• Número de jovens que utilizam o transporte público escolar.</li> <li>• Número da frota do transporte público escolar.</li> </ul>
<p><b>Objetivo 6:</b> Possibilitar o acesso à educação superior.</p> <p><b>Metas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Contribuir para a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50%.</li> </ul>	<p><b>Ação 17:</b> Oferecer transporte escolar para os alunos da educação superior que se deslocam para outros municípios;</p> <p><b>Ação 18:</b> Oferecer transporte para os alunos do ensino médio para participarem do evento “A Graduação na UFV – Decisão de Futuro” que orienta os estudantes em suas escolhas profissionais;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número de alunos matriculados no ensino superior;</li> <li>• Número de alunos matriculados em cursos do ensino superior que utilizam o transporte público escolar.</li> </ul>
<p><b>Objetivo 7:</b> Articular os governos locais em torno de ações que potencializem a estrutura de educação e treinamento dos municípios.</p> <p><b>Metas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover encontros trimestrais com representantes educacionais dos municípios para se discutir ações conjuntas e trocas de experiências, com vistas à melhoria da educação municipal.</li> </ul>	<p><b>Ação 19:</b> Realizar encontros regionais trimestrais com representantes educacionais pela Prefeitura em colaboração com AMMAN e AMAPI.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número de encontros promovidos e participantes;</li> <li>• Número de representantes presentes nos encontros.</li> </ul>
<p><b>Objetivo 8:</b> Promover os processos participativos de gestão educacional</p> <p><b>Metas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada aos critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas;</li> <li>• Ampliar a atuação dos conselhos que envolvem a área de educação com a realização de encontros e a posse de seus membros eleitos.</li> </ul>	<p><b>Ação 20:</b> Incentivar a participação da população nos conselhos municipais e estaduais que envolvem a área de educação, por meio de chamadas públicas, avisos e atividades nas escolas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Se os conselhos a seguir estão em funcionamento, por meio de verificação das atas das assembleias e reuniões: Conselho Municipal de Educação, Conselho de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb; Conselhos Escolares, Conselho de Alimentação Escolar; Conselho do Transporte Escolar.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores com base no PNE (2014).

Embora as metas do PNE tenham os seus respectivos responsáveis, os entes federados podem trabalhar em cooperação e junto à união por meio do repasse de recursos através dos programas que foram citados anteriormente e a melhoria dos programas que já estão em funcionamento, por meio de treinamento do pessoal administrativo/secretarias das prefeituras e a promoção de uma maior participação social nos diferentes con-

selhos que envolvem a educação no município, buscando o maior envolvimento da comunidade que vive no entorno da escola.

No Quadro 3 são apresentadas as ações enumeradas acima e os respectivos agentes que têm capacidade de contribuir na execução dessas ações, visando a melhoria nos sistemas educacionais dos municípios que compõem a região do PEDET.

**Quadro 3. Ações para a melhoria na educação e seus respectivos agentes**

<b>Ações</b>	<b>Agentes</b>
<b>Ação 1:</b> Alcançar as médias nacionais estabelecidas pelo IDEB	Escolas municipais
<b>Ação 2:</b> Acompanhar por meio de indicadores, a qualidade do ensino que é oferecida no município e no estado	Prefeitura, conselhos e associações
<b>Ação 3:</b> Acessar os programas do governo federal para a educação básica (creches): Proinfância e Brasil Carinhoso	Executivo municipal
<b>Ação 4:</b> Acessar o programa Segundo Tempo	Executivo municipal e associações da área de educação
<b>Ação 5:</b> Acompanhamento /avaliação por uma comissão composta por pais, professores, alunos e representantes dos conselhos da qualidade do programa Segundo Tempo que é oferecido	Executivo municipal, conselhos e associações
<b>Ação 6:</b> Empossar e/ou potencializar a efetivação dos conselhos que atuam na área da educação	Executivo municipal
<b>Ação 7:</b> Universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 as 17 anos	Executivo municipal
<b>Ação 8:</b> Oferecer educação em tempo integral com qualidade, acessando o Programa Mais Educação	Executivo municipal
<b>Ação 9:</b> Acompanhamento /avaliação por uma comissão composta por pais, professores, alunos e representantes dos conselhos, da qualidade da educação em tempo integral que é oferecida	Executivo municipal, conselhos e associações
<b>Ação 10:</b> Oferecer cursos técnicos para os jovens e adultos por meio do Pronatec	Executivo municipal e Estado
<b>Ação 11:</b> Oferecer cursos de capacitação em gestão para os servidores públicos	Executivo municipal, AMMAN e AMAPI
<b>Ação 12:</b> Incentivar a criação de Escola Família Agrícola no município envolvendo a sociedade civil organizada	Executivo municipal, associações e conselhos
<b>Ação 13:</b> Melhorar a oferta de transporte escolar nas áreas rurais acessando os programas do governo federal para o transporte escolar: Caminho da Escola e PNATE	Executivo municipal
<b>Ação 14:</b> Implementar o ProJovem Campo	Executivo municipal
<b>Ação 15:</b> Melhorar a oferta de transporte escolar nas áreas rurais acessando os programas do governo federal para o transporte escolar: Caminho da Escola e PNATE	Executivo municipal
<b>Ação 16:</b> Apoiar os jovens rurais que estão fazendo cursos superiores, a implantar na propriedade o que estão aprendendo	Executivo municipal, Emater
<b>Ação 17:</b> Oferecer transporte escolar para os alunos da educação superior que se deslocam para outros municípios	Escolas municipais e estaduais
<b>Ação 18:</b> Oferecer transporte para os alunos do ensino médio para participarem do evento "A Graduação na UFV – Decisão de Futuro" que orienta os estudantes em suas escolhas profissionais	Executivo municipal e escolas estaduais do município
<b>Ação 19:</b> Realizar encontros regionais trimestrais com representantes educacionais para troca de experiências e ações propositivas na área de educação	Executivo municipal, AMMAN, AMAPI em colaboração com as associações e conselhos da área de educação
<b>Ação 20:</b> Incentivar a participação da população nos conselhos municipais e estaduais que envolvem a área de educação, por meio de chamadas públicas, avisos e atividades nas escolas	Executivo municipal, associações, conselhos e escolas

Fonte: Elaborado pelos autores.

## 2. Saúde e Saneamento

Para que o desenvolvimento econômico territorial da região seja alcançado, são também necessárias ações que visem à melhoria da saúde, pois também interfere na capacidade produtiva dos indivíduos. Neste sentido, faz-se necessário assegurar à população dos municípios do PEDET acesso aos serviços de saúde e saneamento básico de qualidade.

### 2.1. Desafios

Os municípios que compõem o PEDET apresentaram, ao longo do período de 2000 a 2010, melhorias em relação à saúde e saneamento. No entanto, alguns desafios nestas áreas precisam ser superados para que se alcance o desenvolvimento econômico. Estes desafios foram apresentados nos produtos II, III e IV que foram elaborados para subsidiar a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico. Em complemento, foram utilizados outros desafios evidenciados pelos estudos de Mattos (2014) e Braga (2013).

Dentre os desafios estão a melhoria da situação da saúde, medida pelo IMRS-Saúde<sup>7</sup> e o índice que mede a qualidade da saúde em geral. Na região do PEDET, em média, os municípios apresentaram em 2010 IMRS-Saúde de 0,72. No entanto, a região é bem heterogênea apresentando municípios com valores bem abaixo da média e municípios acima da média, o que indica que a qualidade da Assistência à Saúde pode ser melhorada na região. Uma reclamação constante dos moradores foi a morosidade para realização dos exames médicos que, em alguns casos, chega a demorar mais de um ano.

Em relação às unidades de atendimento do Programa Saúde da Família (PSF) rurais, foram relatados problemas na eficiência do atendimento prestado, pois em alguns municípios faltam médicos nos PSFs, o que leva a população a buscar o hospital da área urbana. Além disso, várias comunidades rurais não dispõem de postos de saúde,

o que sobrecarrega o hospital da cidade que sofre com acúmulo de atendimentos. Foi também apontado pela comunidade a falta de humanização do atendimento dos médicos, que fazem consultas rápidas e muitas vezes não olham para o paciente e sequer os examinam.

O serviço de saneamento apresentou melhorias. Mais de 86% da população, em média, tiveram acesso aos serviços de saneamento básico. No entanto, o serviço de saneamento na região não é homogêneo, isto é, há municípios com indicadores de saúde e saneamento acima da média e outros com valores bem abaixo da média. Outro indicador que melhorou no período de 2000 a 2010 foi o número de internações por saneamento básico inadequado. Vale ressaltar que a região do PEDET foi a que mais diminuiu o número de internações desta natureza. Contudo, quando se comparam os períodos de 2005 e 2010, verifica-se um crescimento no número de internações, o que revela que avanços precisam ser mantidos e ações precisam ser ampliadas nas políticas de saneamento e atendimento preventivo nessa região.

Os domicílios localizados no meio rural, na maioria dos casos, têm recebido coleta de lixo. Porém, conforme consta no Produto III, ainda não há a universalização da coleta. Em alguns casos onde existe a coleta, ela não funciona adequadamente, com o lixo se acumulando nas estradas, sem que haja uma previsão para o recolhimento. Além disso, há municípios que não dispõem de coleta de lixo na zona rural. Na maioria das propriedades rurais da região do PEDET o esgoto é jogado a céu aberto, no córrego ou em “fossas negras”, que não recebem nenhum tipo de tratamento ou controle.

### 2.2. Potencialidade e Oportunidades

Os produtos II, III e IV elaborados para subsidiar o Plano de Desenvolvimento Econômico Territorial levantaram como potencialidades da região do PEDET na área da saúde e saneamento:

A situação da saúde na região, medida pelo IMRS-Saúde, melhorou significativa entre os períodos de 2000 a 2010, chegando ao patamar de 0,72 em 2010;

Os municípios da AMMAN/AMAPI são os que mais reduziram as internações vinculadas ao saneamento básico inadequado entre o período de 2000 e 2010, o que demonstra avanços tanto em saúde como em saneamento. No entanto, no período de 2005 e 2010, houve crescimento das internações dessa natureza, o que evidencia que esses setores necessitam de monitoramento constante;

Nos municípios há empresas que possuem seu próprio sistema de tratamento de esgotos;

Há municípios que possuem tecnologias para tratamento de efluentes sólidos e líquidos, como mini estações de tratamento de esgoto, usinas de reciclagem e biodigestores nas pocilgas;

No meio rural, foi consenso entre os grupos entrevistados que a saúde melhorou muito com a criação do Programa Saúde da Família (PSF). Com a implantação desses postos de atendimento nos bairros e em algumas comunidades rurais, os agricultores começaram a ter acesso à cuidados médicos como primeiros socorros e aplicação de vacinas, em alguns casos até mesmo tratamento ortodôntico.

Alguns municípios contam com o atendimento de médicos estrangeiros do Programa Mais Médicos. As comunidades têm se mostrado satisfeitas com o atendimento desses profissionais, que residem na própria comunidade e atendem no posto de saúde todos os dias.

Em relação à eficiência na Atenção Primária a Saúde (APS), no estado de Minas Gerais, há municípios que “conseguem atingir um nível máximo de eficiência e outros que estão distantes desse padrão”<sup>8</sup>. Dentre os municípios do PEDET, 32 apresentam alta eficiência na Atenção Primária a Saúde e um apresenta média eficiência.



Outro potencial que pode ser explorado são as políticas públicas na área da saúde e saneamento que poderão ser acessadas pelos municípios para melhorar a qualidade dos serviços prestados nestas áreas. A seguir são apresentados alguns programas na área da saúde e saneamento<sup>9</sup>.

**Programa Saúde da Família:** Este programa tem por objetivo atuar na manutenção da saúde e na prevenção de doenças.

**Programa Mais Médicos:** O programa visa contribuir para melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde. Ele prevê investimento em infraestrutura dos hospitais e unidades de saúde, bem como a contratação de médicos para atuar na atenção básica de periferias de grandes cidades e municípios do interior do país.

**Melhor em Casa:** Este programa presta assistência multiprofissional gratuita, nos lares de pacientes com necessidade de reabilitação motora, idosos, pacientes crônicos sem agravamento ou em situação pós-cirúrgica. O programa contribui para diminuir as filas nos hospitais de emergência.

**Programa de Saneamento Básico:** Este programa tem por objetivo expandir e melhorar os serviços de saneamento básico. Dentre as ações previstas estão: (i) Apoio a empreendimentos de Saneamento Integrado; (ii) Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água; (iii) Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Esgotamento Sanitário e (iv) Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos.

**Água para todos:** O objetivo do programa é universalizar o acesso e uso da água, principalmente entre as populações carentes, residentes em comunidades rurais não atendidas por este serviço público essencial, atendidas por sistemas de abastecimento deficitários ou, ainda, que recebam abastecimento difuso.

### 2.3. Objetivos, metas, ações e indicadores

Conforme já mencionado, a região do PEDET apresentou melhorias na saúde e saneamento. No entanto, visando à melhoria dos serviços oferecidos e a superação dos desafios apresentados anteriormente, este tópico se propõe a apresentar os objetivos, as metas, ações e resultados esperados para as dimensões analisadas. Os objetivos se traduzem em metas que se deseja alcançar no cenário imaginado para 2035. As metas elaboradas para o saneamento estão em conformidade com as metas para o estado de Minas Gerais, estabelecidas pelo Ministério das Cidades no Plano Nacional de Saneamento Básico-PLANSAB<sup>10</sup> para o ano de 2033. Já as metas para a saúde estão de acordo com as metas propostas pelo Plano Nacional de Saúde (PNS) 2012-2015. Além disso, levou-se em consideração o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA-2015).

Muitos municípios do PEDET já atingiram as metas estipuladas, para estes aconselha-se o monitoramento dos indicadores apresentados. Além disso, vale ressaltar que o mais importante não é apenas atingir as metas propostas, mas priorizar um atendimento eficiente e de qualidade em saúde. Deste modo, estaremos garantindo maior qualidade de vida à população, ou seja, contribuindo com a oferta de mão de obra saudável e produtiva, o que é um fator importante para o sucesso da implantação do Plano de Desenvolvimento Econômico Territorial.

No Quadro 4 estão dispostas os objetivos, as metas, as ações propostas e os indicadores para analisar os resultados das ações para a dimensão saúde e saneamento.

Visando a melhoria da saúde e saneamento na região do PEDET, no Quadro 6, é apresentada as ações e os possíveis agentes responsáveis pela execução das ações propostas.

**Quadro 4. Dimensões Saneamento e Saúde: objetivos, metas, ações e indicadores**

Dimensão Saneamento		
Objetivos e Metas	Ações	Indicadores
<p><b>Objetivo 01:</b> Ampliar o acesso aos serviços de saneamento básico no meio urbano e rural</p> <p><b>Metas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar para 100%o percentual de domicílios abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna em 2035;</li> <li>• Aumentar para 86% o percentual de acesso a rede geral ou fossa séptica na zona rural e urbana, podendo chegar a mais de 90% em 2035;</li> <li>• Ampliar para 100 % o percentual de domicílios com acesso a coleta de lixo em 2025;</li> <li>• Criar um Conselho de Saneamento básico em cada um dos municípios que compõe o PEDET.;</li> <li>• Implantar uma política de saneamento rural e urbano nos municípios que ainda não possui;</li> </ul>	<p><b>Ação 1:</b> Ampliar a rede de distribuição, principalmente na zona rural;</p> <p><b>Ação 2:</b> Construir fossas sépticas na zona rural;</p> <p><b>Ação 3:</b> Ampliar a rede geral na área urbana e rural;</p> <p><b>Ação 4:</b> Ampliar a coleta de lixo no meio urbano e rural;</p> <p><b>Ação 5:</b> Incentivar a participação da população (por meio dos conselhos) na elaboração de políticas de saneamento municipal;</p> <p><b>Ação 6:</b> Realizar pelo menos duas reuniões anuais do Conselho de Saneamento básico;</p> <p><b>Ação 7:</b> Incentivar a participação da população na elaboração da política de saneamento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número de casas com acesso a água potável;</li> <li>• Número de casas com acesso ao sistema de esgoto;</li> <li>• Número de internações por problemas sanitários;</li> <li>• Número de casas, nas zonas urbanas e rurais, com acesso a coleta de lixo;</li> <li>• Número de ações públicas no município voltadas para o saneamento;</li> <li>• Relatório final de acompanhamento/avaliação dos programas na área de saneamento implementados nos municípios;</li> <li>• Atuação dos conselhos e comissões criadas para a área de saneamento.</li> </ul>

(Continua)

Quadro 4. Dimensões Saneamento e Saúde: objetivos, metas, ações e indicadores

(Continuação)

Dimensão Saneamento		
Objetivos e Metas	Ações	Indicadores
<p><b>Objetivo 2:</b> Melhorar a qualidade da saúde nos municípios do PEDET, medida pelo IMRS-Saúde</p> <p><b>Metas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Diminuir a taxa de mortalidade perinatal</li> </ul>	<p><b>Ação 8:</b> Qualificar a APS e o sistema hospitalar;</p> <p><b>Ação 9:</b> Realizar palestras e aconselhamentos visando diminuir a incidência de gravidez na adolescência e gravidez de alto-risco;</p> <p><b>Ação 10:</b> Realizar tratamento anti-helmíntico;</p> <p><b>Ação 11:</b> Garantir a suplementação de ferro e ácido fólico;</p> <p><b>Ação 12:</b> Estimular acompanhamento pré-natal;</p> <p><b>Ação 13:</b> Oferecer exames e tratamento de doenças infecciosas – sífilis, HIV, bacteriúria assintomática e malária;</p> <p><b>Ação 14:</b> Estimular a prevenção - detecção precoce e tratamento de hipertensão e diabetes gestacional;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mortalidade infantil;</li> <li>• Número de adolescentes grávidas;</li> <li>• Número de gravidez de alto-risco;</li> <li>• Número de pessoas com verminoses;</li> <li>• Número de pessoas desnutridas;</li> <li>• Taxa de morte perinatal;</li> <li>• Número de grávidas com doenças infecciosas;</li> <li>• Número de grávidas que fazem pré-natal;</li> <li>• Número de famílias atendidas pelo PSF;</li> <li>• Número de pessoas com o cartão de vacina completo.</li> </ul>
<p><b>Objetivo 3:</b> Garantir acesso ao programa Saúde da Família</p> <p><b>Metas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar o número de municípios com 100% de população atendida pelo PSF</li> </ul>	<p><b>Ação 15:</b> Ampliar o número de PSFs, caso necessário;</p> <p><b>Ação 16:</b> Construir postos de saúde na zona rural;</p> <p><b>Ação 17:</b> Submeter projetos a editais específicos para área da saúde;</p> <p><b>Ação 18:</b> Ampliar as equipes de Saúde da família respeitando os critérios de equidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número de pessoas atendidas pelo PSFs;</li> <li>• Valor investido em infraestrutura nos APS.</li> </ul>
<p><b>Objetivo 4:</b> Garantir eficiência no Atendimento Primário à Saúde.</p> <p><b>Metas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar o número de municípios do PEDET que apresentam Alto índice de eficiência na APS, de 32 municípios em 2010, para 33 em 2020.</li> </ul>	<p><b>Ação 19:</b> Melhorar a eficiência técnica do setor;</p> <p><b>Ação 20:</b> Promover ações continuadas na APS.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número de pacientes atendidos com diagnósticos precisos;</li> </ul>
<p><b>Objetivo 5:</b> Garantir maior conformidade, eficiência e transparência nas ações dos consórcios municipais de saúde.</p> <p><b>Metas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar pelo menos duas reuniões do conselho por ano.</li> </ul>	<p><b>Ação 21:</b> Realizar um trabalho de conscientização entre os membros do conselho da necessidade de reuniões periódicas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatórios de acompanhamento/avaliação dos Consórcios Municipais de Saúde e demais parcerias intermunicipais.</li> </ul>
<p><b>Objetivo 6:</b> Diminuir o tempo de espera para realização de exames médicos realizados pelo SUS.</p> <p><b>Metas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Diminuir o tempo de espera de aproximadamente 1 ano, em alguns casos, para no máximo 1 mês.</li> </ul>	<p><b>Ação 22:</b> Agilizar a realização de exames, por meio da atuação eficiente dos consórcios de saúde.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tempo de espera para realização de exames.</li> </ul>
<p><b>Objetivo 7:</b> Elaboração de estudos sobre a realidade do município.</p> <p><b>Metas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaborar e implantar um modelo de PSF que seja adequado à realidade do município.</li> </ul>	<p><b>Ação 23:</b> Estabelecer parceria com Instituições de Ensino superior para realização do diagnóstico.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número de pacientes satisfeitos com os serviços prestados pelas PSFs.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos PNS(2012), PLANSAB (2013), PPA (2014) e LOA (2015).

Quadro 6. Ações para a melhoria na saúde e saneamento e seus respectivos agentes

Ações	Agentes
<b>Ação 1:</b> Ampliar a rede de distribuição, principalmente na zona rural;	Prefeitura e autarquias
<b>Ação 2:</b> Construir fossas sépticas na zona rural;	Prefeitura e autarquias
<b>Ação 3:</b> Ampliar a rede geral na área urbana e rural;	Prefeitura e autarquias
<b>Ação 4:</b> Ampliar a coleta de lixo no meio urbano e rural;	Prefeitura e autarquias
<b>Ação 5:</b> Incentivar a participação da população (por meio dos conselhos) na elaboração de políticas de saneamento municipal;	Prefeitura e autarquias
<b>Ação 6:</b> Realizar pelo menos duas reuniões anuais do Conselho de Saneamento básico;	Prefeitura e lideranças locais
<b>Ação 7:</b> Incentivar a participação da população na elaboração da política de saneamento.	Secretaria da Saúde
<b>Ação 8:</b> Qualificar a APS e o sistema hospitalar;	Posto de Saúde, secretaria da saúde e equipes dos PSFs
<b>Ação 9:</b> Realizar palestras e aconselhamentos visando diminuir a incidência de gravidez na adolescência e gravidez de alto-risco;	Posto de Saúde, secretaria da saúde e equipes dos PSFs
<b>Ação 10:</b> Realizar tratamento anti-helmíntico;	Secretaria da saúde e equipes dos PSFs
<b>Ação 11:</b> Garantir a suplementação de ferro e ácido fólico;	Secretaria da saúde e equipes dos PSFs
<b>Ação 12:</b> Estimular acompanhamento pré-natal;	Secretaria da saúde e equipes dos PSFs
<b>Ação 13:</b> Oferecer exames e tratamento de doenças infecciosas – sífilis, HIV, bacteriúria assintomática e malária;	Secretaria da saúde e equipes dos PSFs
<b>Ação 14:</b> Estimular a prevenção - detecção precoce e tratamento de hipertensão e diabetes gestacional;	Secretaria da saúde e equipes dos PSFs
<b>Ação 15:</b> Ampliar o número de PSFs, caso necessário;	Secretaria da saúde e equipes dos PSFs
<b>Ação 16:</b> Construir postos de saúde na zona rural;	Prefeitura, governos do estado e Federal
<b>Ação 17:</b> Submeter projetos a editais específicos para área da saúde;	Secretaria da Saúde
<b>Ação 18:</b> Melhorar a eficiência técnica do setor;	Secretaria da saúde e equipes dos PSFs
<b>Ação 19:</b> Promover ações continuadas na APS.	Secretaria da saúde e equipes dos PSFs
<b>Ação 20:</b> Realizar um trabalho de conscientização entre os membros do conselho da necessidade de reuniões periódicas.	Prefeitura, governos do estado e Federal
<b>Ação 21:</b> Agilizar a realização de exames, por meio da atuação eficiente dos consórcios de saúde.	Consortio de saúde, secretaria da saúde, gestores estaduais
<b>Ação 22:</b> Estabelecer parceria com Instituições de Ensino superior para realização do diagnóstico.	Prefeitura e consórcios de saúde

Fonte: Elaborado pelos autores.

## Notas:

1. O IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – é um estudo do Sistema FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de cinco mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego e renda, Educação e Saúde. Para a construção do índice são utilizadas estatísticas públicas oficiais.
2. De acordo com o *site* do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), o IDEB foi criado pelo Inep em 2007, e é medido em uma escala de zero a dez. O índice sintetiza dois conceitos importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb e a Prova Brasil. Um dos objetivos é que o Brasil atinja o patamar educacional da média dos países da OCDE, o que significa progredir da média nacional 3,8, registrada em 2005 na primeira fase do ensino fundamental, para um Ideb igual a 6,0 em 2022. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb> Acesso em: 15 de dez. 2014.
3. De acordo com o *site* do Inep a ausência de indicador em alguns anos para alguns municípios pode ser: (a) que o número de

participantes na Prova Brasil foi insuficiente para que os resultados sejam divulgados; (b) houve solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 304 de 24 de junho de 2013; (c) sem média na Prova Brasil 2013: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado e, (d) dado não divulgado por solicitação da Secretaria/Escola devido a situações adversas no momento da aplicação.

4. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>  
Acesso em: 12 dez 2014.

5. Não existe uma carga horária específica para os monitores, pois depende do plano de trabalho de cada escola e do número de alunos, mas as escolas devem oferecer o mínimo de 7 horas diárias ou 35 horas semanais de atividades. Os valores repassados aos monitores pelo governo federal para o ano de 2014 foi calculado por mês de atividade, de acordo com o número de turmas monitoradas e/ou tutoriadas, tomando como referencial os seguintes valores: a) escolas urbanas: R\$ 80,00 mensais, por turma monitorada; b) escolas rurais: R\$ 120,00 mensais, por turma monitorada; c) o valor do ressarcimento dos tutores da ação Mais Educação para Jovens de 15 a 17 Anos no Ensino Fundamental, das escolas urbanas e rurais foi de R\$ 80,00 mensais, por turma.

6. O PNE completo está disponível em: [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)

7. Trata-se de uma média aritmética dos índices referentes aos indicadores: Taxa de mortalidade por doenças cerebro-vasculares da população de 45 a 59 anos; Taxa de mortalidade por câncer de colo de útero na população feminina; Proporção de internações por condições sensíveis à atenção primária; Proporção da população atendida pelo Programa de Saúde da Família (PSF); Proporção de nascidos vivos cujas mães realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal; Cobertura vacinal de tetravalente em menores de 1 ano, Proporção de óbitos por causas mal definidas e Taxa de mortalidade perinatal. Portanto, este índice mede, de forma sintética, a qualidade da saúde como um todo.

8. Fonte: Motta (2014, p.108)

9. Mais informações acesse site do Ministério das Cidades. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/index.php/programas.html>.

10. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Plano Nacional de Saneamento Básico**. Brasília, 2013.

# Infraestrutura Urbana e Rural

## 1. Infraestrutura de transportes

Os municípios que compõem o Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial (PEDET) apresentam grande potencial para o desenvolvimento das áreas rurais, para o fortalecimento de atividades pecuárias ou de atividades agrícolas. Ao mesmo tempo, as atividades empresariais urbanas, que adquirem cerca de 70% dos insumos e bens intermediários de outros municípios do Estado de Minas Gerais, apresentam potencial para crescimento. Segundo os relatórios anteriores, ambas as realidades, rural e urbana, apontam a infraestrutura de transporte

como ponto chave para o desenvolvimento territorial e local dos municípios.

### 1.1. Desafios

O principal modo de transporte no Brasil é o rodoviário, e na região do PEDET não é diferente. Entretanto, as más condições da infraestrutura de transporte verificada na região têm como externalidades negativas a elevação dos custos de transportes dos insumos e do escoamento da produção. Além disso, tem-se o risco de acidentes ampliado pelas inadequadas condições de algumas das vias de acesso. Dentre os principais problemas encontrados na região estão:

- **Estradas secundárias do interior em más condições:** Ainda é comum deparar-se com vias de acesso à comunidades e distritos dos municípios não pavimentadas. Há também casos em que o acesso fica restrito devido a falta de pontes interligando estradas ou pontes em situações inapropriadas para a utilização.
- **Falta de sinalização:** A falta de sinalização, especialmente em áreas de grande movimento, tem contribuído para o aumento do número de acidentes nas estradas. O volume de veículos de carga circulando juntamente de veículos de passeio aumenta a necessidade de se investir em sinalização. O intuito é reduzir o número de acidentes graves envolvendo esses dois tipos de transportes.
- **Falta de manutenção da infraestrutura de escoamento das águas da chuva:** A má conservação da infraestrutura de escoamento das águas tem provocado alagamentos especialmente nas áreas urbanas. Vale ressaltar que evitar essas catástrofes é responsabilidade das prefeituras em conjunto com a população. A conscientização de que o descarte adequado dos lixos contribui para não acontecerem alagamentos é importante.
- **Falta de iluminação pública e calçamento:** A falta de infraestrutura das ruas coloca a segurança da população em risco. Em condições inadequadas a população está sujeita a acidentes, a assaltos, entre outras situações. Não obstante, a falta de pontos de ônibus para abrigar os passageiros que estão a espera do transporte público deixa-os vulneráveis a assaltos e intempéries.
- **Transporte público sem segurança:** É importante que os transportes públicos ofereçam segurança aos passageiros. Conforme apresentado nos produtos anteriores, os transportes escolares são os que apresentam as piores inadequações. Os transportes terceirizados e os veículos oficiais também apresentam inadequações devido a falta de fiscalização por parte da gestão pública.

Mais uma vez, é reforçada a necessidade de ação conjunta da comunidade, delineando as prioridades e fazendo-as atingir os organismos de competência pelo exercício da pressão conjunta dos vários atores da região e seus representantes políticos. Enfim, precisa-se buscar realizar as melhorias necessárias, de forma que a população alcance o bem-estar econômico e social por morar tanto no meio rural ou urbano nos municípios do PEDET.

## 1.2. Potencialidades e Oportunidades

A manutenção das rodovias brasileiras são de responsabilidade dos governos federais e estaduais, já das vias públicas municipais a responsa-

bilidade cabe as prefeituras. Na região predomina o transporte rodoviário, pois as malhas ferroviárias que existiam na região foram abandonadas e tornaram-se obsoleta.

As ações públicas direcionadas à infraestrutura de transporte rodoviário, assim como os demais tipos de transporte, passaram por períodos de baixos níveis de investimento e, com isso, perda da capacidade de planejar as intervenções<sup>1</sup>. Contudo, o Ministério do Planejamento lançou em 2007 o Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT) visando a retomada das intervenções nesse setor.

O Plano parte da premissa que “a melhoria da infraestrutura rodoviária do país implica à re-

**Quadro 6. Dimensões Infraestrutura básica de transporte e Gestão de Transporte: objetivos, ações e resultados esperados**

Dimensão Infraestrutura básica de transporte		
Objetivos	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Melhoria das Estradas secundárias do interior	<b>Ação 1:</b> Executar terraplanagem e cascalhamento das estradas do interior e implantar programa de manutenção e estruturação das estradas rurais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhor qualidade das estradas;</li> <li>Redução dos custos de transporte local.</li> </ul>
Melhoria e construção de pontes interligando as estradas	<b>Ação 2:</b> Elaborar projetos para reforma e construção de pontes	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhor qualidade das pontes;</li> <li>Diminuição dos trajetos e, conseqüentemente, redução dos custos de transporte local.</li> </ul>
Instalar sinalização, especialmente nos locais de maior fluxo de veículos	<b>Ação 3:</b> Implantar a sinalização municipal e elaborar um programa de calçamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sinalização das vias preferenciais dos municípios, principalmente nos cruzamentos;</li> <li>Diminuição dos acidentes provocados pela falta de sinalização.</li> </ul>
Dimensão Gestão de Transportes		
Objetivos	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Fiscalização e manutenção dos veículos oficiais	<b>Ação 4:</b> Promover a manutenção regular dos veículos oficiais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Maior percentual de veículos oficiais em circulação;</li> </ul>
Implantação de pontos de ônibus	<b>Ação 5:</b> Construir abrigos padronizados nos pontos de ônibus do município	<ul style="list-style-type: none"> <li>Abrigos novos gerando mais segurança e conforto aos passageiros.</li> </ul>
Manutenção dos bueiros e da infraestrutura de escoamento das águas da chuva	<b>Ação 6:</b> Promover a manutenção regular dos bueiros para melhorar escoamentos das águas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhorar o escoamento de águas pluviais;</li> <li>Diminuição de alagamentos.</li> </ul>
Melhoria do Transporte escolar	<b>Ação 7:</b> Regular, fiscalizar e adequar o transporte escolar no município	<ul style="list-style-type: none"> <li>Maior segurança e qualidade do transporte escolar aos alunos;</li> </ul>
Implantação e manutenção da iluminação pública	<b>Ação 8:</b> Identificar e instalar pontos de iluminação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Maior segurança de transporte, carga e locomoção no interior do município;</li> <li>Maior segurança à população que transita pelas vias públicas.</li> </ul>
Melhoria no transporte terceirizado	<b>Ação 9:</b> Fiscalizar o transporte terceirizado	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhor qualidade e segurança no transporte.</li> </ul>
Manutenção e construção dos calçamentos	<b>Ação 10:</b> Projetar um padrão de calçamento no município e realizar a manutenção dos mesmos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Maior segurança para a população que transita pelas calçadas;</li> <li>Evitar acidentes causados pelas más condições das calçadas ou pela sua falta.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quadro 7. Ações Propostas para a Infraestrutura de Transportes e Agentes responsáveis

Ações	Agentes
<b>Ação 1:</b> Executar terraplanagem e cascalhamento das estradas do interior e implantar programa de manutenção e estruturação das estradas rurais	Secretarias Municipais e Governos Municipais
<b>Ação 2:</b> Elaborar projetos para reforma e construção de pontes	Secretarias Municipais e Governos Municipais; Governo Estadual e Federal junto aos Departamentos responsáveis dependendo da estrada/rodovia
<b>Ação 3:</b> Implantar a sinalização municipal e elaborar um programa de calçamento	Secretarias Municipais e Governos Municipais
<b>Ação 4:</b> Promover a manutenção regular dos veículos oficiais	Secretarias Municipais e Governos Municipais
<b>Ação 5:</b> Construir abrigos padronizados nos pontos de ônibus do município	Secretarias Municipais e Governos Municipais
<b>Ação 6:</b> Promover a manutenção regular dos bueiros para melhorar escoamentos das águas	Governo Municipal em parceria com lideranças locais e agentes privados
<b>Ação 7:</b> Regular, fiscalizar e adequar o transporte escolar no município	Secretarias Municipais e Governos Municipais
<b>Ação 8:</b> Identificar e instalar pontos de iluminação	Secretarias Municipais e Governos Municipais
<b>Ação 9:</b> Fiscalizar o transporte terceirizado	Secretarias Municipais e Governos Municipais
<b>Ação 10:</b> Projetar um padrão de calçamento no município e realizar a manutenção dos mesmos.	Secretarias Municipais e Governos Municipais

Fonte: Elaborado pelos autores.

aliquação continuada de investimentos em obras de pavimentação, adequação e manutenção da malha rodoviária brasileira, em todas as regiões e vetores logísticos, considerando-se a particularidade de cada um, objetivando a perenidade da qualidade do estado físico das rodovias e a integração de novas regiões ao restante do território”.

Sendo assim, cabe as gestões públicas municipais buscarem investimento para que melhorias sejam realizadas nas rodovias da região. Surge como uma oportunidade a revitalização e ativação das malhas ferroviárias da região, entretanto, deve-se realizar um estudo de viabilidade dessas ações tendo em vista o seu investimento dispendioso.

### 1.3. Objetivos, ações e resultados

Para a proposição de ações referentes a infraestrutura de transportes é necessário identificar os principais entraves e potencialidades da região. Diferentemente do capítulo anterior, serão

propostas ações tanto para os entraves, buscando superá-los, quanto para as potencialidade, visando explorá-las.

Sendo assim, no Quadro 9 estão dispostos os entraves, as ações propostas e os resultados esperados no que se refere a infraestrutura de transportes, a partir das dimensões infraestrutura básica de transportes e gestão de transportes.

Com o intuito de promover o a melhoria na infraestrutura de transporte na região do PEDET, no Quadro 11, estão apresentadas as ações e os possíveis agentes responsáveis pela execução das ações propostas.

É possível observar que a região do PEDET apresenta desafios a serem superados mas também potencialidades a serem exploradas no que se refere a infraestrutura urbana e rural. As proposições apresentadas nesse Plano poderá alicerçar as ações os agentes públicos, as organizações privadas e a sociedade civil em busca do desenvolvimento econômico dos municípios.

## **Notas:**

1. Ministério do Planejamento. Disponível em: [http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/mp\\_005\\_dimensao\\_tatico\\_infra.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/mp_005_dimensao_tatico_infra.pdf) Acesso em 10 de abril de 2015.



# Ações propositivas para as cadeias produtivas

*A partir da pesquisa de campo realizado para o Produto III, identificaram-se as cadeias de maior potencial econômico na região e posteriormente, foram descritas e analisadas no Produto V. Dentre elas estão: leite, cana-de-açúcar, avicultura de corte, bovinocultura de corte, suinocultura, artesanato, turismo rural, café, fruticultura e madeira.*

*No contexto do Plano Estratégico de Desenvolvimento dos municípios do PEDET, o presente capítulo apresenta as ações para dinamizar as cadeias produtivas existentes e diagnosticadas no Produto V. O objetivo é aumentar a produção por meio da coordenação e articulação dos agentes, principalmente daqueles ligados à agroindústria.*

*Como metodologia para organização das proposições adotou-se a elaboração de quadros onde foram expostos os principais entraves e potencialidades identificadas na região a partir das dimensões ambiente institucional, tecnologia, estrutura de mercado, insumos, gestão, infraestrutura e coordenação entre os agentes da cadeia. Para tanto, as análises das cadeias produtivas foram apresentadas individualmente.*

## 1. Bovinocultura de Leite

A cadeia produtiva do leite possui expressivo potencial, capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico regional e nacional. A produção de leite e derivados contribui para uma significativa geração de empregos, devido a necessidade de utilização de um amplo número de trabalhadores no decorrer de sua cadeia produtiva.

Considerando o potencial de produção de leite *in natura* na região do PEDET, de acordo com os dados do IBGE para o ano de 2012, tem-se que a média da produção anual dos 33 municípios é

de 4.366,06 mil litros, sendo que o município com a menor produção é Cajuri, com o volume anual de 802 mil litros.

Ponte Nova é o maior produtor, com 11.872 mil litros, seguidos de Raul Soares (10.627 mil litros), Barra Longa (10.000 mil litros), Jequeri (9.400 mil litros), Rio Casca (9.090 mil litros), Santa Cruz do Escalvado (7.774 mil litros) e Guaraciaba (7.496 mil litros). A soma total da produção anual de leite em todo o Território Estudado é de 144.080 mil litros.

No Quadro 10 estão expostos os entraves, as ações propostas e os resultados esperados para a bovinocultura de leite.

**Quadro 10. Síntese dos entraves da cadeia produtiva da bovinocultura do leite**

Dimensão Ambiente Institucional		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Dificuldade de acesso do produtor familiar a programas públicos, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	<b>Ação 1:</b> Aprimorar os procedimentos do PNAE e do PAA nos municípios e disponibilizar equipe técnica para capacitar e dar o suporte necessário para o acesso dos agricultores a estes programas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevação do volume de compra, diversificação dos produtos adquiridos</li> <li>• Aceleração do pagamento aos agricultores</li> </ul>
Utilização inadequada da legislação ambiental	<p><b>Ação 2:</b> Desenvolver projetos de orientação e adequação ambiental, estabelecendo parcerias com os organismos de fiscalização</p> <p><b>Ação 3:</b> Adequar as áreas de proteção ambiental, realizando procedimentos de proteção do solo e das águas nas propriedades</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recuperação de nascentes</li> <li>• Ampliação da disponibilidade de água nas propriedades</li> <li>• Adequação das áreas de proteção ambiental, colocando a propriedade em conformidade com Cadastro Ambiental Rural (CAR)</li> </ul>

(Continua)

Quadro 10. Síntese dos entraves da cadeia produtiva da bovinocultura do leite (Conclusão)

Dimensão Tecnologia		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Escassez de matéria-prima	<b>Ação 4:</b> Ampliar programas e parcerias existentes visando elevar a capacitação dos produtores, por meio da transferência de tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da disponibilidade de matérias primas</li> </ul>
Baixa produtividade e desigualdade das tecnologias presentes no campo	<b>Ação 5:</b> Apoiar a obtenção de crédito <b>Ação 6:</b> Capacitar o produtor de leite quanto ao manejo animal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevação da produtividade</li> <li>• Aumentando a disponibilidade de leite para as agroindústrias</li> </ul>
Grandes distâncias percorridas para captação de leite	<b>Ação 7:</b> Aumentar o número de produtores, da produtividade ou do número de animais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação da produção</li> <li>• Redução das distâncias percorridas</li> <li>• Redução dos custos e/ou aumento da lucratividade</li> </ul>
Dimensão Estrutura de Mercado		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Elevada competição entre as agroindústrias	<b>Ação 8:</b> Incentivar a diversificação dos produtos das agroindústrias	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento a nichos de mercados distintos</li> </ul>
Competição entre os laticínios para a compra do leite produzido na região	<b>Ação 9:</b> Apoiar a especialização da produção no campo <b>Ação 10:</b> Apoiar a ampliação da produção como forma de melhorar a negociação <b>Ação 11:</b> Fortalecer as organizações coletivas <b>Ação 12:</b> Estabelecer rotas exclusivas para cada laticínio em termos de compra de leite	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução da competição para a compra da matéria-prima</li> </ul>
Dimensão Coordenação-Relação entre os Elos da Cadeia		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Baixo preço pago a seus produtos e baixa da qualidade e volume da matéria-prima entregue as agroindustrias	<b>Ação 13:</b> Fortalecer o cooperativismo e o associativismo <b>Ação 14:</b> Gerar informações de forma transparente entre os elos, que permitam fortalecer a relação entre agroindústria e produtor	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhor negociação entre produtor e agroindústria</li> </ul>
Baixa integração dos agentes envolvidos em uma mesma cadeia produtiva em torno de projetos de inovação tecnológica	<b>Ação 15:</b> Estimular ações conjuntas de pesquisa, desenvolvimento e inovação, entre os vários agentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Viabilização de projetos de polo de desenvolvimento tecnológico</li> </ul>
Falta de integração da cadeia do leite com a cadeia da fruticultura da região, para a obtenção de frutas para a produção dos laticínios e sorvetes	<b>Ação 16:</b> Incentivar a inovação, por meio do desenvolvimento de novos produtos e/ou novos sabores, que possam utilizar como matéria-prima as frutas produzidas na região	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivo a inovação e a diversificação dos produtos, ampliando o mercado consumidor, favorecendo a cadeia produtiva da fruticultura na região</li> </ul>
Dimensão Gestão		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Insuficiência e baixa qualidade da mão de obra disponível	<b>Ação 17:</b> Promover parcerias público-privadas entre as agroindústrias e o poder público municipal para atividades de educação e treinamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualificação da mão de obra tanto na área urbana quanto na área rural</li> </ul>
Dimensão Insumos		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Baixa capitalização dos produtores, incorrendo em falta de equipamentos	<b>Ação 18:</b> Investir na construção de estruturas comunitárias com equipamentos coletivos para armazenar o leite, ensilar ou reformar as pastagens <b>Ação 19:</b> Ampliar o acesso às fontes de financiamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento na quantidade e na qualidade produzida de leite</li> </ul>
Utilização de insumos inadequados por falta de orientação técnica	<b>Ação 20:</b> Aumentar a disponibilidade de assistência técnica especializada no campo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução no custo total dos insumos utilizados</li> <li>• Aumento na produtividade</li> </ul>
Elevado custo dos insumos para o campo	<b>Ação 21:</b> Organizar formas coletivas de compra de insumos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução de custos de produção</li> <li>• Melhoria da qualidade da matéria-prima</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

O Quadro 11 tem o propósito de apresentar uma síntese geral das principais oportunidades identificadas, as ações propostas para maximizar cada uma destas potencialidades e os resultados esperados a partir do estabelecimento das ações.

As ações propostas almejam aproveitar as oportunidades identificadas e minimizar os entraves existentes. Nesse sentido, no Quadro 12, são apresentadas as ações agrupadas de acordo com os agentes que têm capacidade para contribuir na execução das ações propostas, visando o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite na região do PEDET.

## 2. Cana-de-açúcar

A produção de cana-de-açúcar é uma atividade econômica tradicional no Brasil desde o período da colonização do país. Também no estado de Minas Gerais essa cadeia produtiva tem proeminência na história e também no seu cenário econômico. A cana-de-açúcar é uma matéria-prima versátil que pode ser transformada em diversos produtos.

Considerando o potencial de produção da matéria-prima na região do Território Estudado, de acordo com os dados do IBGE para o ano de 2012, tem-se que a quantidade média produzida dos 33 municípios é de 55.190,94 toneladas, sendo que os municípios com as menores quantidades produzidas são Sericita com 520 toneladas, Coimbra com 585 toneladas e Canaã com a quantidade de 840 toneladas de cana-de-açúcar.

Urucânia é o maior produtor, com 747.750 toneladas de cana, seguidos de São Pedro dos Ferros (281.220), Piedade de Ponte Nova (133.590), Oratórios (112.000) e Santa Cruz do Escalvado (82.500). A soma total da quantidade produzida em todos os municípios do Território Estudado é 1.821.301 toneladas de cana. Fato que demonstra a força das unidades de processamento industrial na região, uma instalada em Urucânia e outra em São Pedro dos Ferros.

No Quadro 13 estão expostos os entraves, as ações propostas e os resultados esperados para a cadeia produtiva da cana-de-açúcar.

Quadro 11. Síntese das Potencialidades para a cadeia produtiva da bovinocultura do leite

Dimensão Ambiente Institucional		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
A produção de leite e a indústria laticinista são atividades tradicionais no Estado de MG, com muitos produtores e indústrias na região do PEDET	<b>Ação 22:</b> Impulsionar a produção de leite e de laticínios por meio de mecanismos que integrem a melhora na qualidade da gestão destas atividades, focando na redução de custos e no aumento na qualidade dos produtos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Expansão dos negócios existentes e atração de novos investidores</li> </ul>
Presença de várias ações que visam promover a cadeia do leite nos municípios do Território	<b>Ação 23:</b> Fortalecer os programas existentes, visando implementar os programas de sucesso em municípios que não possuem nenhum tipo de ação promotora para a cadeia do leite	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elevação da capacitação dos produtores, aumentando a produtividade e a disponibilidade de leite para a indústria laticinista</li> </ul>
Dimensão Tecnologia		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Grande potencial de expansão da produção pelos laticínios	<b>Ação 24:</b> Aumentar a capacitação técnica quanto ao manejo animal e quanto à gestão da propriedade rural, visando aumento de produtividade e lucratividade	<ul style="list-style-type: none"> <li>Expansão da comercialização dos produtos tanto em nível nacional quanto internacional</li> </ul>
Dimensão Estrutura de Mercado		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Amplio mercado consumidor de leite e laticínios em nível estadual e nacional	<b>Ação 25:</b> Incentivar a diversificação da produção dos laticínios, estimulando a inovação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alcance de consumidores de diferentes classes sociais</li> </ul>
Dimensão Infraestrutura		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
A produção de derivados de leite dos municípios da região do PEDET, está próxima aos grandes centros (Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo)	<b>Ação 26:</b> Explorar a comercialização dos produtos dos laticínios nestes mercados	<ul style="list-style-type: none"> <li>A difusão das marcas da indústria laticinista da região do PEDET em grandes centros</li> <li>Aumento da popularidade das marcas</li> <li>Aumento na comercialização em outras localidades</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

**Quadro 12. Ações Propostas para a cadeia produtiva da bovinocultura do leite e agentes responsáveis**

Ações	Agentes
<b>Ação 1:</b> Aprimorar os procedimentos do PNAE e do PAA nos municípios e disponibilizar equipe técnica para capacitar e dar o suporte necessário para o acesso dos agricultores a estes programas	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Poder Público Municipal
<b>Ação 2:</b> Desenvolver projetos de orientação e adequação ambiental, estabelecendo parcerias com os organismos de fiscalização	Secretarias de Agricultura dos Municípios; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)
<b>Ação 3:</b> Adequar as áreas de proteção ambiental, realizando procedimentos de proteção do solo e das águas nas propriedades	
<b>Ação 4:</b> Ampliar programas e parcerias existentes visando elevar a capacitação dos produtores, por meio da transferência de tecnologia	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) e Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA)
<b>Ação 5:</b> Apoiar a obtenção de crédito	
<b>Ação 6:</b> Capacitar o produtor de leite quanto ao manejo animal	
<b>Ação 7:</b> Aumentar o número de produtores, da produtividade ou do número de animais	
<b>Ação 8:</b> Incentivar a diversificação dos produtos das agroindústrias	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES)
<b>Ação 9:</b> Apoiar a especialização da produção no campo	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) e Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA)
<b>Ação 10:</b> Apoiar a ampliação da produção como forma de melhorar a negociação	
<b>Ação 11:</b> Fortalecer as organizações coletivas	
<b>Ação 12:</b> Estabelecer rotas exclusivas para cada laticínio em termos de compra de leite	
<b>Ação 13:</b> Fortalecer o cooperativismo e o associativismo	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG) e Sindicato da Indústria de Laticínio de Minas Gerais (SILEMG) juntamente com os representantes das associações municipais de produtores de leite
<b>Ação 14:</b> Gerar informações de forma transparente entre os elos, que permitam fortalecer a relação entre agroindústria e produtor	
<b>Ação 15:</b> Estimular ações conjuntas de pesquisa, desenvolvimento e inovação, entre os vários agentes	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES)
<b>Ação 16:</b> Incentivar a inovação, por meio do desenvolvimento de novos produtos e/ou novos sabores, que possam utilizar como matéria-prima as frutas produzidas na região	Sindicato Intermunicipal da Indústria de Sorvete (SINDSORVETE), Sindicato da Indústria de Laticínio de Minas Gerais (SILEMG) e Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) juntamente com representantes da cadeia da fruticultura
<b>Ação 17:</b> Promover parcerias público-privadas entre as agroindústrias e o poder público municipal para atividades de educação e treinamento	Empresários, Governos Municipais e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)
<b>Ação 18:</b> Investir na construção de estruturas comunitárias com equipamentos coletivos para armazenar o leite, ensilar ou reformar as pastagens	Governos Municipais e Banco do Brasil (BB)
<b>Ação 19:</b> Ampliar o acesso às fontes de financiamento	
<b>Ação 20:</b> Aumentar a disponibilidade de assistência técnica especializada no campo	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) e Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA)
<b>Ação 21:</b> Organizar formas coletivas de compra de insumos	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG) e Sindicato da Indústria de Laticínio de Minas Gerais (SILEMG) juntamente com os representantes das associações municipais de produtores de leite
<b>Ação 22:</b> Impulsionar a produção de leite e de laticínios por meio de mecanismos que integrem a melhora na qualidade da gestão destas atividades, focando na redução de custos e no aumento na qualidade dos produtos	Governo Estadual em parceria com os Governos Municipais
<b>Ação 23:</b> Fortalecer os programas existentes, visando implementar os programas de sucesso em municípios que não possuem nenhum tipo de ação promotora para a cadeia do leite	
<b>Ação 24:</b> Aumentar a capacitação técnica quanto ao manejo animal e quanto à gestão da propriedade rural, visando aumento de produtividade e lucratividade	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) e Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA)

(Continua)

**Quadro 12. Ações Propostas para a cadeia produtiva da bovinocultura do leite e agentes responsáveis (Conclusão)**

Ações	Agentes
<b>Ação 25:</b> Incentivar a diversificação da produção dos laticínios, estimulando a inovação	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES)
<b>Ação 26:</b> Explorar a comercialização dos produtos dos laticínios nestes mercados	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) e Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA)

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V

**Quadro 13. Síntese dos Entraves para a cadeia produtiva da cana-de-açúcar**

Dimensão Ambiente Institucional		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Incidência de elevada carga tributária para todas as indústrias da cadeia da cana-de-açúcar: usinas, destilarias e alambiques	<b>Ação 1:</b> Revisar o regime tributário incidente sobre a cadeia da cana, avaliando a possibilidade de realizar um acordo que beneficie as indústrias	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atração da instalação de novas indústrias</li> <li>Fortalecimento das indústrias existentes, com a redução da carga tributária para a cadeia da cana-de-açúcar</li> </ul>
Trabalho informal	<b>Ação 2:</b> Criar incentivos diversificados para a manutenção dos trabalhadores no campo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Redução da saída dos trabalhadores rurais do campo</li> </ul>
Falta de políticas claras que estabeleçam definições específicas para o caso do etanol	<b>Ação 3:</b> Elaborar uma política de longo prazo focada em ações específicas para o etanol no Brasil, que busque favorecer a produção desta fonte de energia limpa	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de planos de ação tendo conhecimento dessas regras, o que facilitará a sua tomada de decisão (produtor de etanol)</li> </ul>
Utilização inadequada da legislação ambiental	<p><b>Ação 4:</b> Desenvolver projetos de orientação e adequação ambiental</p> <p><b>Ação 5:</b> Estabelecer parceria com os organismos de fiscalização para melhorar o acesso a informações</p> <p><b>Ação 6:</b> Construir programas de adequação em conjunto</p> <p><b>Ação 7:</b> Adequar as áreas de proteção ambiental, realizando procedimentos de proteção do solo e das águas nas propriedades</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manutenção das áreas de produção</li> <li>Melhora da produtividade</li> <li>Recuperação de nascentes</li> <li>Ampliação da disponibilidade de água nas propriedades</li> <li>Adequação das áreas de proteção ambiental, colocando a propriedade em conformidade com Cadastro Ambiental Rural (CAR)</li> </ul>
Dimensão Tecnologia		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Baixa produtividade e desigualdade das tecnologias presentes no campo (principalmente, não vinculados a USINAS)	<p><b>Ação 8:</b> Apoiar a obtenção de crédito</p> <p><b>Ação 9:</b> Capacitar os produtores de cana quanto ao manejo agrícola</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Transformação dos sistemas de produção de baixa produtividade para alta produtividade</li> <li>Aumento no lucro da produção de cana</li> <li>Aumento do volume da matéria-prima para as agroindústrias</li> </ul>
Inexistência de máquinas apropriadas para a colheita em áreas pequenas e em áreas de declive	<b>Ação 10:</b> Promover um evento que reúna regiões brasileiras que possuem problemas para a mecanização da colheita, juntamente com as indústrias e os órgãos representativos da cadeia da cana-de-açúcar, para que possam discutir a possibilidade de desenvolvimento de mecanização para áreas pequenas e declivosas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar nestas regiões e adequação a legislação ambiental</li> </ul>
Dimensão Estrutura de Mercado		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Elevado estoque de cachaça nos alambiques da região do PEDET	<b>Ação 11:</b> Capacitar os proprietários dos alambiques para a comercialização da cachaça	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento de recursos financeiros, permitindo o investimento em tecnologia</li> <li>Melhoria da qualidade do produto</li> </ul>
Competição desigual do etanol com o petróleo	<b>Ação 12:</b> Estabelecer ações focadas na produção de energia limpa com incentivos gradativos que irão se reduzindo ao longo do tempo	<ul style="list-style-type: none"> <li>O estabelecimento de ações alternativas dará condições para que o etanol possa competir com petróleo no mercado nacional</li> </ul>

(Continua)

Quadro 13. Síntese dos Entraves para a cadeia produtiva da cana-de-açúcar

(Conclusão)

Dimensão Coordenação-Relação entre os Elos da Cadeia		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Baixa integração dos agentes envolvidos em uma mesma cadeia produtiva em torno de projetos de inovação tecnológica	<b>Ação 13:</b> Estimular ações conjuntas de pesquisa, desenvolvimento e inovação entre os vários agentes presentes na região do PEDET	<ul style="list-style-type: none"> <li>Viabilização de projetos de polo de desenvolvimento tecnológico</li> </ul>
Dimensão Gestão		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Insuficiência e baixa qualidade da mão de obra disponível	<b>Ação 14:</b> Promover parcerias público-privadas entre as agroindústrias e o poder público municipal para atividades de educação e treinamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>Qualificação da mão de obra tanto na área urbana quanto na área rural</li> </ul>
Baixo investimento em marketing	<b>Ação 15:</b> Incentivar a criação e o fortalecimento das marcas de cachaça já existentes, a partir de ações que valorizem a produção da cachaça	<ul style="list-style-type: none"> <li>Maior facilidade de comercialização</li> </ul>
Dimensão Insumos		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Utilização de insumos inadequados por falta de orientação técnica	<b>Ação 16:</b> Aumentar a disponibilidade de assistência técnica especializada no campo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Redução no custo total dos insumos utilizados</li> <li>Aumento na produtividade</li> </ul>
Elevado custo dos insumos para o campo	<b>Ação 17:</b> Organizar formas coletivas de compra de insumos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento da produtividade</li> <li>Redução de custos</li> <li>Melhoria da qualidade da matéria-prima</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

Com o intuito de complementar a análise, o Quadro 14, tem o propósito de apresentar uma síntese geral das principais oportunidades identificadas para a cadeia produtiva da cana-de-açúcar,

as ações propostas para maximizar cada uma destas potencialidades e os resultados esperados a partir do estabelecimento das ações.

Quadro 14. Síntese das Potencialidades para a cadeia produtiva da cana-de-açúcar

Dimensão Ambiente Institucional		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
A produção de cachaça presente em vários municípios da região do PEDET	<b>Ação 18:</b> Impulsionar a produção de cachaça por meio da constituição de um consórcio de compras e de exportação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elevação da competitividade dos alambiques</li> </ul>
Dimensão Tecnologia		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Potencial de expansão da produção de cachaça	<b>Ação 19:</b> Estimular o aperfeiçoamento dos proprietários de alambique por meio da capacitação técnica industrial e quanto ao gerenciamento do estabelecimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elevação da lucratividade</li> <li>Elevação da competitividade dos alambiques</li> </ul>
Dimensão Estrutura de Mercado		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
A cachaça possui potencial de exportação para países desenvolvidos	<b>Ação 20:</b> Incentivar o fortalecimento das marcas <b>Ação 21:</b> Estabelecer ações de regularização dos alambiques <b>Ação 22:</b> Promover a padronização da cachaça <b>Ação 23:</b> Articular os proprietários de alambique em torno de estratégias que possibilitem a exportação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecimento da atividade por meio da exportação</li> </ul>
Dimensão Coordenação-Relação entre os Elos da Cadeia		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Integração entre a Usina Jatiboca e seus fornecedores de cana-de-açúcar	<b>Ação 24:</b> Promover ações que fortaleçam integrações em toda a cadeia da cana-de-açúcar	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atendimento apropriado tanto das necessidades dos produtores rurais quanto das indústrias</li> </ul>

(Continua)

Quadro 14. Síntese das Potencialidades para a cadeia produtiva da cana-de-açúcar

(Conclusão)

Dimensão Insumos		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Utilização da vinhaça (subproduto) como fertilizante por vários produtores	<b>Ação 25:</b> Criar mecanismos que facilitem a utilização da vinhaça por um maior número de produtores de cana da região do PEDET	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução dos gastos com insumos</li> <li>• Diminuição do impacto ambiental causado pelo descarte inadequado desse subproduto</li> </ul>
Dimensão Infraestrutura		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Existência e atuação ativa de uma Unidade Experimental da UFV em Oratórios, que realiza pesquisas de melhoramento genético das variedades utilizadas para a produção de cana-de-açúcar	<b>Ação 26:</b> Estabelecer uma parceria formal com a UFV, com o intuito de oferecer treinamento e capacitação dos produtores, visando aumentar a produtividade da cana na região do PEDET	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da produtividade</li> <li>• Aumento da renda do produtor rural</li> <li>• Aumento da competitividade das usinas</li> <li>• Aumento do lucro das usinas</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

As ações propostas almejam aproveitar as oportunidades identificadas e minimizar os entraves existentes. Nesse sentido, no Quadro 15 são apresentadas as ações agrupadas de acordo com

os agentes que têm capacidade para contribuir na execução das ações propostas, visando o desenvolvimento da cadeia produtiva da cana-de-açúcar na região do PEDET.

Quadro 15. Ações Propostas para a cadeia produtiva da cana-de-açúcar e agentes responsáveis

Ações	Agentes
<b>Ação 1:</b> Revisar o regime tributário incidente sobre a cadeia da cana, avaliando a possibilidade de realizar um acordo que beneficie as indústrias	Governos Federal, Estadual e Municipal
<b>Ação 2:</b> Criar incentivos diversificados para a manutenção dos trabalhadores no campo	
<b>Ação 3:</b> Elaborar uma política de longo prazo focada em ações específicas para o etanol no Brasil, que busque favorecer a produção desta fonte de energia limpa	Governo Federal
<b>Ação 4:</b> Desenvolver projetos de orientação e adequação ambiental	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA)
<b>Ação 5:</b> Estabelecer parceria com os organismos de fiscalização para melhorar o acesso a informações	
<b>Ação 6:</b> Construir programas de adequação em conjunto	Governo Federal e órgãos representativos do setor, como o Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado de Minas Gerais (SIAMIG), Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Minas Gerais (SINDAÇÚCAR-MG), Associação das Indústrias Sucreenergéticas de Minas Gerais e Associação Mineira dos Produtores de Cachaça de Qualidade (AMPAQ)
<b>Ação 7:</b> Adequar as áreas de proteção ambiental, realizando procedimentos de proteção do solo e das águas nas propriedades	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) e Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA)
<b>Ação 8:</b> Apoiar a obtenção de crédito	Banco do Brasil
<b>Ação 9:</b> Capacitar os produtores de cana quanto ao manejo agrícola	
<b>Ação 10:</b> Promover um evento que reúna regiões brasileiras que possuem problemas para a mecanização da colheita, juntamente com as indústrias e os órgãos representativos da cadeia da cana-de-açúcar, para que possam discutir a possibilidade de desenvolvimento de mecanização para áreas pequenas e declivosas	
<b>Ação 11:</b> Capacitar os proprietários dos alambiques para a comercialização da cachaça	
<b>Ação 12:</b> Estabelecer ações focadas na produção de energia limpa com incentivos gradativos que irão se reduzindo ao longo do tempo	
<b>Ação 13:</b> Estimular ações conjuntas de pesquisa, desenvolvimento e inovação entre os vários agentes presentes na região do PEDET	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) e Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA)

(Continua)

**Quadro 15. Ações Propostas para a cadeia produtiva da cana-de-açúcar e agentes responsáveis (Conclusão)**

Ações	Agentes
<b>Ação 14:</b> Promover parcerias público-privadas entre as agroindústrias e o poder público municipal para atividades de educação e treinamento	Agroindústrias e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG)
<b>Ação 15:</b> Incentivar a criação e o fortalecimento das marcas de cachaça já existentes, a partir de ações que valorizem a produção da cachaça	SINDAÇÚCAR-MG), Associação das Indústrias Sucreenergéticas de Minas Gerais e Associação Mineira dos Produtores de Cachaça de Qualidade (AMPAQ)
<b>Ação 16:</b> Aumentar a disponibilidade de assistência técnica especializada no campo	Governo Estadual e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG)
<b>Ação 17:</b> Organizar formas coletivas de compra de insumos <b>Ação 18:</b> Impulsionar a produção de cachaça por meio da constituição de um consórcio de compras e de exportação	Produtores rurais e Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado de Minas Gerais (SIAMIG), Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Minas Gerais (SINDAÇÚCAR-MG), Associação das Indústrias Sucreenergéticas de Minas Gerais e Associação Mineira dos Produtores de Cachaça de Qualidade (AMPAQ)
<b>Ação 19:</b> Estimular o aperfeiçoamento dos proprietários de alambique por meio da capacitação técnica industrial e quanto ao gerenciamento do estabelecimento	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) e Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA)
<b>Ação 20:</b> Incentivar o fortalecimento das marcas	Produtores rurais e Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado de Minas Gerais (SIAMIG), Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Minas Gerais (SINDAÇÚCAR-MG), Associação das Indústrias Sucreenergéticas de Minas Gerais e Associação Mineira dos Produtores de Cachaça de Qualidade (AMPAQ)
<b>Ação 21:</b> Estabelecer ações de regularização dos alambiques	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA)
<b>Ação 22:</b> Promover a padronização da cachaça <b>Ação 23:</b> Articular os proprietários de alambique em torno de estratégias que possibilitem a exportação	Associação Mineira dos Produtores de Cachaça de Qualidade (AMPAQ)
<b>Ação 24:</b> Promover ações que fortaleçam integrações em toda a cadeia da cana-de-açúcar	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA)
<b>Ação 25:</b> Criar mecanismos que facilitem a utilização da vinhaça por um maior número de produtores de cana da região do PEDET	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES)
<b>Ação 26:</b> Estabelecer uma parceria formal com a UFV, com o intuito de oferecer treinamento e capacitação dos produtores, visando aumentar a produtividade da cana na região do PEDET	Governos Municipais em parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e indústrias do Território Estudado

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

### 3. Bovinocultura de Corte

A criação de gado de corte é uma das atividades mais lucrativas do setor agropecuário brasileiro, sendo que o rebanho do país se desenvolveu ao ponto de tornar-se o maior do mundo, conforme CPT (2014)<sup>1</sup>. Além do mais, a demanda interna por carne bovina e a demanda para a exportação são altas e crescentes.

Segundo dados do IBGE (2012), o rebanho de bovinos cresceu dentre os municípios do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Territorial (PEDET), em média, 10,42% entre os anos de 2004 e 2012, crescimento pouco inferior ao do estado de Minas Gerais (10,84%) e bastante superior ao do Brasil (3,31%). O rebanho de bovi-

nos no ano de 2012 em Raul Soares foi muito superior ao dos demais municípios: 45.699 cabeças, 11,98% do total do PEDET. Por sua vez, Cajuri e Oratórios apresentaram os menores rebanhos: 2.340 e 3.566 cabeças, respectivamente, 1,55% do total do PEDET, somados.

No Quadro 16 estão expostos os entraves, as ações propostas e os resultados esperados para a cadeia produtiva da bovinocultura de corte.

Com o intuito de complementar a análise, o Quadro 17, tem o propósito de apresentar uma síntese geral das principais oportunidades identificadas para a cadeia produtiva da bovinocultura de corte, as ações propostas para maximizar cada uma destas potencialidades e os resultados esperados a partir do estabelecimento das ações.



Quadro 16. Síntese dos Entraves para a cadeia produtiva da bovinocultura de corte

Dimensão Ambiente Institucional		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Fiscalização sanitária deficiente	<p><b>Ação 1:</b> Capacitar e difundir a informação sobre a legislação e regulamentação sanitária</p> <p><b>Ação 2:</b> Ampliar a fiscalização dos frigoríficos</p> <p><b>Ação 3:</b> Instalar frigoríficos municipais ou empresarias na região</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento das unidades de abate e armazenamento com Serviço de Inspeção Municipal (SIM)</li> <li>• Cursos de capacitação de técnicos e orientação dos produtores quanto às regras e benefícios da legislação sanitária</li> </ul>
Número baixo de profissionais na Emater e órgãos afins	<p><b>Ação 4:</b> Gerar maior aproximação entre os produtores e os serviços públicos, bem como contratação conjunta de assistência técnica particular</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Superação da insuficiência do acesso à assistência técnica</li> </ul>
Baixo uso de tecnologia no manejo de pastagens e animais	<p><b>Ação 5:</b> Realizar cursos de capacitação sobre o manejo dos animais e das pastagens</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manejo adequado da produção,</li> <li>• Redução dos custos de produção</li> <li>• Aumento da produtividade</li> <li>• Aumento da competitividade dos produtores</li> </ul>
Dimensão Tecnologia		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
A maioria dos frigoríficos com inspeção na região pagam preços abaixo do mercado para os produtores da região	<p><b>Ação 6:</b> Aumentar número de frigoríficos inspecionados na região</p> <p><b>Ação 7:</b> Estruturar ciclo completo de produção, a fim de melhorar a qualidade do produto</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria na qualidade da carne da região</li> <li>• Aumento da competitividade</li> <li>• Aumento do lucro dos produtores e frigoríficos da região</li> </ul>
Dimensão Gestão das Firms		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Os suplementos à alimentação do gado vêm de fora e têm alto valor	<p><b>Ação 8:</b> Organizar os produtores para realizar compra conjunta de insumos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução dos custos de produção</li> <li>• Aumento da competitividades</li> <li>• Aumento do lucro dos produtores</li> </ul>
Dimensão Insumos		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Baixa estruturação do ciclo completo de produção (cria, recria e engorda) A utilização de vacas de descarte configura produtos de qualidade inferior, embora de custo baixo	<p><b>Ação 9:</b> Capacitar os produtores rurais sobre o manejo dos animais e do pasto</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produtores qualificados para o manejo adequado</li> <li>• Aumento da qualidade</li> <li>• Redução do tempo de engorda</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

Quadro 17. Síntese das Potencialidades para a cadeia produtiva bovinocultura de corte

Dimensão Ambiente Institucional		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Preocupação governamental em aproveitar o potencial da região através de programas como o MinasCarne	<p><b>Ação 10:</b> Ampliar a atuação dos órgãos responsáveis pela legislação sanitária, visando à instalação de frigoríficos municipais ou empresariais na região</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento das unidades de abate e armazenamento com Serviço de Inspeção Municipal (SIM)</li> </ul>
Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) em conjunto à atuação da Emater, Senar e UFV	<p><b>Ação 11:</b> Aplicar as leis para fiscalização, com realização de capacitação e difusão da informação sobre legislação e regulamentação sanitária e capacitação técnicas para sua aplicação</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cursos e capacitações voltados à capacitação de técnicos sanitários</li> <li>• Orientação dos produtores quanto às regras e benefícios da legislação sanitária</li> </ul>
Dimensão Tecnologia		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
A produção extensiva, quando associada à tecnologia, apresenta os melhores retornos financeiros	<p><b>Ação 12:</b> Realizar cursos sobre o manejo dos animais e da pastagem</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produtores qualificados para o manejo adequado e lucrativo da produção</li> <li>• Aumento da qualidade</li> <li>• Redução do período de engorda</li> </ul>

(Continua)

**Quadro 17. Síntese das Potencialidades para a cadeia produtiva bovinocultura de corte (Conclusão)**

Dimensão Estrutura de Mercado		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
A proximidade à grandes centros e o estado de Minas Gerais como importante mercado consumidor de carne bovina	<b>Ação 13:</b> Incentivar e fortalecer a comercialização da produção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da produção</li> <li>• Aumento da comercialização nos mercados local, regional e grandes centros</li> </ul>
Dimensão Gestão das Firms		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Trabalho da EMATER e do SENAR	<b>Ação 14:</b> Aumentar a capacitação sobre gestão e técnicas de produção e manejo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento do uso de tecnologias no manejo</li> <li>• Melhor gestão da produção</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

As ações propostas almejam aproveitar as oportunidades identificadas e minimizar os entraves existentes. Nesse sentido, no Quadro 18 é apresentado as ações agrupadas de acordo com os agentes que tem capacidade para contribuir na execução das ações propostas, visando o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite na região do PEDET.

**Quadro 18. Ações Propostas para a cadeia da bovinocultura de corte e agentes responsáveis**

Ações	Agentes
<b>Ação 1:</b> Capacitar e difundir a informação sobre a legislação e regulamentação sanitária <b>Ação 2:</b> Ampliar a fiscalização dos frigoríficos	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (SEAPA) e Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA)
<b>Ação 3:</b> Instalar frigoríficos municipais ou empresarias na região	Poder público (em especial o municipal), lideranças locais e organizações regionais de municípios
<b>Ação 4:</b> Gerar maior aproximação entre os produtores e os serviços públicos, bem como contratação conjunta de assistência técnica particular	Empresários, Governos Municipais e Estadual, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER - MG)
<b>Ação 5:</b> Realizar cursos de capacitação sobre o manejo dos animais e das pastagens	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER - MG)
<b>Ação 6:</b> Aumentar número de frigoríficos inspecionados na região	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (SEAPA) e Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA)
<b>Ação 7:</b> Estruturar ciclo completo de produção, a fim de melhorar a qualidade do produto	Empresários, Governos Municipais e Estadual, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER - MG)
<b>Ação 8:</b> Organizar os produtores para realizar compra conjunta de insumos	Produtores rurais, Sindicatos e Associações
<b>Ação 9:</b> Capacitar os produtores rurais sobre o manejo dos animais e do pasto <b>Ação 10:</b> Ampliar a atuação dos órgãos responsáveis pela legislação sanitária, visando à instalação de frigoríficos municipais ou empresarias na região <b>Ação 11:</b> Aplicar as leis para fiscalização, com realização de capacitação e difusão da informação sobre legislação e regulamentação sanitária e capacitação técnicas para sua aplicação <b>Ação 12:</b> Realizar cursos sobre o manejo dos animais e da pastagem <b>Ação 13:</b> Incentivar e fortalecer a comercialização da produção <b>Ação 14:</b> Aumentar a capacitação sobre gestão e técnicas de produção e manejo	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (SEAPA), Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Associações locais, organizações regionais, universidades e unidades de ensino locais

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

## 4. Cafeicultura

O Brasil é responsável por, aproximadamente, 33% da produção mundial total de café (dados de 2006 a 2009). No mesmo período, o Brasil exportou, em média, 68% da sua produção, o equivalente a aproximadamente 30% da exportação mundial. Os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para o ano de 2014<sup>1</sup> trazem a produção brasileira de café Arábica e Conilon, ambos produzidos na região mineira que abrange as mesorregiões Zona da Mata, Rio Doce e Central. A Zona da Mata abrange 30 dentre os 33 municípios do Plano de Desenvolvimento Estratégico e Territorial (PEDET), sendo que apenas Mariana, Diogo de Vasconcelos e Alvinópolis encontram-se em outras mesorregiões.

Segundo os dados de 2012 do IBGE, Ervália responde por 15% da produção de café arábica

ca dentre os municípios estudados, sendo que Sericita, Abre Campo, Jequeri, Araponga e Raul Soares também se destacam com produção por município em torno de 10% do total da região. O município de Araponga destaca-se também pela qualidade do produto, com os produtores participando e vencendo diversos concursos de qualidade do café. Viçosa, Paula Cândido e Canaã também tiveram em 2012 produção acima de 2 milhões de quilos de Café Arábica e, juntamente a Ponte Nova, São Miguel do Anta, Teixeiras e Porto Firme, respondem por 25% da produção da região. Os 5% restantes são produzidos nos demais municípios, sendo que há produção de café arábica em toda a região estudada.

No Quadro 19 estão expostos os entraves, as ações propostas e os resultados esperados para a cadeia produtiva do café.

Quadro 19. Síntese dos Entraves para a cadeia produtiva do café

Dimensão Ambiente Institucional		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Queda recente de leis de proteção à atividade (alto grau de competitividade)	<b>Ação 1:</b> Fortalecer a estrutura de governança proporcionada pelo Conselho das Entidades do Café das Matas de Minas, criado em 2013	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior envolvimento dos produtores dos municípios associados</li> <li>• Incorporação de outros municípios, de forma que mais municípios e produtores sejam contemplados e contribuam para o seu sucesso</li> </ul>
Prevalência do uso de recursos próprios para custeio e investimento	<b>Ação 2:</b> Ampliar as fontes de financiamento e do acesso ao crédito	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior volume de crédito de baixo custo (Pronaf, por exemplo) captados na região do PEDET</li> </ul>
Falta de cultura cooperativista	<b>Ação 3:</b> Fortalecer as organizações sociais e de caráter econômico, superando as resistências locais inspiradas por experiências passadas de associativismo mal sucedido	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecimento de organizações para a compra de insumos e comercialização da produção</li> </ul>
Dimensão Tecnologia		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Baixa tecnificação da produção	<b>Ação 4:</b> Melhorar o acesso à eletrificação e internet	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior número de produtores adotando técnicas de produção modernas</li> <li>• Aumento da utilização de máquinas e equipamentos</li> </ul>
Características geográficas (topografia inclinada) desfavoráveis ao uso de maquinário	<b>Ação 5:</b> Treinar, capacitar e orientar sobre a produção, com a implantação de técnicas que sejam condizentes com a realidade topográfica e econômica da região	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior mecanização</li> <li>• Menor dependência de mão de obra na produção</li> <li>• Melhoria do uso dos recursos produtivos</li> </ul>
Baixa mecanização e grande dependência de mão de obra, que se encontra escassa		
Dimensão Estrutura de Mercado		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Os grandes produtores têm poder de mercado em relação aos meeiros e pequenos produtores	<b>Ação 6:</b> Fortalecer o cooperativismo e o associativismo, especialmente entre os pequenos e médios produtores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produtores organizados na comercialização da produção</li> <li>• Aumento do poder de barganha dos pequenos produtores</li> </ul>

(Continua)

Quadro 19. Síntese dos Entraves para a cadeia produtiva do café

(Conclusão)

Dimensão Coordenação-Relação entre os Elos da Cadeia		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
A maior parte das negociações é feita de forma individual	<b>Ação 7:</b> Fortalecer o cooperativismo e o associativismo para a compra de insumos, classificação e venda da produção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução do custo de produção</li> <li>• Aumento do preços de comercialização da produção</li> </ul>
Dimensão Gestão das Firms		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Falta de conhecimento (leis, aspectos técnicos do processo produtivo) e baixa qualificação dos produtores	<b>Ação 8:</b> Capacitar sobre técnicas de produção e de gestão para os produtores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produtores mais eficientes</li> <li>• Melhoria na gestão da produção agropecuária</li> </ul>
Dimensão Insumos		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Alto custo de produção e difícil acesso aos insumos, especialmente pelos pequenos produtores	<p><b>Ação 9:</b> Incorporar técnicas produtivas, mais eficientes e alinhadas à economia de recursos e à proteção ambiental</p> <p><b>Ação 10:</b> Organizar os produtores na compra de insumos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Menores custos de produção</li> <li>• Melhoria do uso dos recursos produtivos</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

Com o intuito de complementar a análise, o Quadro 20, tem o propósito de apresentar uma síntese geral das principais oportunidades identificadas para a cadeia produtiva do café, as ações

propostas para maximizar cada uma destas potencialidades e os resultados esperados a partir do estabelecimento das ações.

Quadro 20. Síntese das Potencialidades para a cadeia produtiva do café

Dimensão Ambiente Institucional		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Criação do Conselho das Entidades do Café das Matas de Minas, para governança da produção local	<b>Ação 11:</b> Fortalecer a estrutura de governança local com adesão ao Conselho das Entidades do Café das Matas de Minas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior envolvimento dos produtores da região nas ações do conselho</li> <li>• Melhoria no desempenho dos produtores</li> </ul>
Dimensão Tecnologia		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Características climáticas e de altitude favoráveis à produção	<b>Ação 12:</b> Capacitar, criar e difundir tecnologias que explorem o potencial edafoclimático da região	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria da qualidade</li> <li>• Aumento da produtividade de forma racionalizada e lucrativa</li> </ul>
Existência de estudos aprimorando o tratamento do solo e de técnicas de reaproveitamento da água	<b>Ação 13:</b> Incentivar a utilização de novas técnicas de manejo sustentável da produção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior número de produtores adotando as tecnologias existentes de manejo sustentável</li> </ul>
Dimensão Estrutura de Mercado		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Atividade tradicional e importante na região, estado e país	<b>Ação 14:</b> Fortalecer a produção cafeeira local	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabilidade de renda aos produtores locais</li> </ul>
Marca Café Matas de Minas (desde setembro de 2014)	<b>Ação 15:</b> Ação coletiva coordenada no sentido de elevar a qualidade do café produzido na região, em consonância com os padrões da marca lançada em setembro de 2014	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adesão de mais produtores ao Conselho das Entidades do Café das Matas de Minas</li> <li>• Melhoria da qualidade do produto</li> <li>• Maior número de produtores organizados na comercialização da produção</li> <li>• Maior credibilidade da marca no mercado, com a obtenção de melhores preços de venda</li> </ul>
Existência de torrefadoras e corretoras locais	<p><b>Ação 16:</b> Fortalecer organizações para a classificação e comercialização da produção</p> <p><b>Ação 17:</b> Valorização da produção local no mercado interno</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhores preços pagos aos produtores da região</li> <li>• Melhoria da renda dos cafeicultores</li> <li>• Melhoria na competitividade das torrefadoras locais no mercado da região</li> </ul>

(Continua)

Quadro 20. Síntese das Potencialidades para a cadeia produtiva do café

Dimensão Gestão das Firms		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Trabalho da EMATER e do SENAR	<b>Ação 18:</b> Treinar e capacitar para o uso de tecnologias, gestão da produção e da comercialização	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tecnificação da produção</li> <li>Melhoria da gestão produtiva e de comercialização</li> </ul>
Dimensão Insumos		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Existência de municípios que se caracterizam como centros comerciais na região (Mariana, Ponte Nova, Viçosa)	<b>Ação 19:</b> Fortalecer organizações para a compra de insumos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Menores custos de produção</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

As ações propostas almejam aproveitar as oportunidades identificadas e minimizar os entraves existentes. Nesse sentido, no Quadro 21 a seguir, é apresentado as ações agrupadas de acor-

do com os agentes que tem capacidade para contribuir na execução das ações propostas, visando o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite na região do PEDET.

Quadro 21. Ações Propostas para a cadeia produtiva do café e agentes responsáveis

Ações	Agentes
<b>Ação 1:</b> Fortalecer a estrutura de governança proporcionada pelo Conselho das Entidades do Café das Matas de Minas, criado em 2013	Poder público (em especial o municipal), lideranças locais, organizações regionais de municípios e Conselho das Entidades do Café das Matas de Minas
<b>Ação 2:</b> Ampliar as fontes de financiamento e do acesso ao crédito	Governos municipais e estadual, Bancos do Brasil, conselhos e organizações locais
<b>Ação 3:</b> Fortalecer as organizações sociais e de caráter econômico, superando as resistências locais inspiradas por experiências passadas de associativismo mal sucedido	Poder público (em especial o municipal), lideranças locais e organizações regionais de municípios
<b>Ação 4:</b> Melhorar o acesso à eletrificação e internet	Governos municipais, estaduais e federal, produtores rurais e lideranças locais
<b>Ação 5:</b> Treinar, capacitar e orientar sobre a produção, com a implantação de técnicas que sejam condizentes com a realidade topográfica e econômica da região	Empresários, Governos Municipais e Estadual, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER - MG), instituições de ensino, pesquisa e extensão
<b>Ação 6:</b> Fortalecer o cooperativismo e o associativismo, especialmente entre os pequenos e médios produtores	Poder público (em especial o municipal), lideranças locais, organizações regionais de municípios e produtores rurais
<b>Ação 7:</b> Fortalecer o cooperativismo e o associativismo para a compra de insumos, classificação e venda da produção	
<b>Ação 8:</b> Capacitar sobre técnicas de produção e de gestão para os produtores	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER - MG), instituições de ensino, pesquisa e extensão
<b>Ação 9:</b> Incorporar técnicas produtivas, mais eficientes e alinhadas à economia de recursos e à proteção ambiental	
<b>Ação 10:</b> Organizar os produtores na compra de insumos	Poder público (em especial o municipal), lideranças locais, organizações regionais de municípios e produtores rurais
<b>Ação 11:</b> Fortalecer a estrutura de governança local com adesão ao Conselho das Entidades do Café das Matas de Minas	Poder público (em especial o municipal), lideranças locais, organizações regionais de municípios, produtores rurais e Conselho das Entidades do Café das Matas de Minas
<b>Ação 12:</b> Capacitar, criar e difundir tecnologias que explorem o potencial edafoclimático da região	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER - MG), instituições de ensino, pesquisa e extensão
<b>Ação 13:</b> Incentivar a utilização de novas técnicas de manejo sustentável da produção	

(Continua)

**Quadro 21. Ações Propostas para a cadeia produtiva do café e agentes responsáveis**

Ações	Agentes
<b>Ação 14:</b> Fortalecer a produção cafeeira local	Governo municipal, estadual e de federal
<b>Ação 15:</b> Ação coletiva coordenada no sentido de elevar a qualidade do café produzido na região, em consonância com os padrões da marca lançada em setembro de 2014	Poder público (em especial o municipal), lideranças locais, organizações regionais de municípios, produtores rurais e Conselho das Entidades do Café das Matas de Minas
<b>Ação 16:</b> Fortalecer organizações para a classificação e comercialização da produção	Empresas especializadas em classificação
<b>Ação 17:</b> Valorização da produção local no mercado interno	Poder público (em especial o municipal), lideranças locais, organizações regionais de municípios e produtores rurais
<b>Ação 18:</b> Treinar e capacitar para o uso de tecnologias, gestão da produção e da comercialização	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER - MG), instituições de ensino, pesquisa e extensão
<b>Ação 19:</b> Fortalecer organizações para a compra de insumos	Poder público (em especial o municipal), lideranças locais, organizações regionais de municípios e produtores rurais

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

## 5. Madeira

O setor de florestas plantadas contribui com uma parcela importante na geração de produtos, tributos, empregos e bem-estar, se tornando um setor importante para a economia brasileira e para a sociedade em geral. É estratégico no fornecimento de matéria-prima e produtos para a exportação e favorece, de maneira direta, a conservação e preservação dos recursos naturais. A produção de florestas possui a característica de ser um investimento de longo prazo que exige consciência e diligência na política e planejamento, mas, sobretudo, nas práticas de gestão, a fim de evitar impactos negativos<sup>1</sup>.

O Estado de Minas Gerais destaca-se, no cenário nacional, como o maior produtor e consumidor de carvão vegetal, em razão de seu parque siderúrgico, tendo consumido, em 2012, 66,3% da demanda nacional. Estudos realizados pela Universidade Federal de Viçosa atestam que toda a região possui uma inequívoca vocação florestal, decorrente de seus múltiplos aspectos de relevo, extraordinárias condições climáticas e de solo, vasta extensão territorial, aproveitamento da área improdutiva, além de amplo mercado favorável ao uso da madeira como matéria-prima para diversos usos. As florestas renováveis, desenvolvidas com tecnologias apropriadas, são altamente vantajosas para se aumentar a produtividade e competitividade, criando oportunidades de empregos, geração de impostos, além de oportunidades para um desenvolvimento sustentável, envolvendo todos os elos da cadeia produtiva.

Os municípios pertencentes ao PEDET produzem majoritariamente eucalipto que é vendi-

do para grandes empresas, como a ArcelorMittal (São Pedro dos Ferros), CENIBRA (Belo Oriente) e Gerdau, empresas que possuem programas de fomento florestal com produtores na região do PEDET, o qual incentiva pequenos proprietários rurais a cultivarem o eucalipto, fornecendo mudas, insumos e assistência técnica.

Evidencia-se a representativa produção de carvão vegetal e madeira para celulose no município de Mariana, onde a atividade de silvicultura restringe-se ao plantio de eucaliptos, predominantemente, em terras pertencentes às mineradoras e companhias florestais instaladas no município (Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, SAMARCO Mineração, CENIBRA, CAF). A produção de carvão vegetal nos municípios pertencentes ao PEDET movimentou aproximadamente R\$ 12,1 milhões no ano de 2012 na região, produzindo 28.643 toneladas de carvão vegetal. Os principais municípios produtores são Mariana, Porto Firme, Barra Longa, Alvinópolis e Paula Cândido, responsáveis por respectivamente 47%, 24%, 6%, 5% e 5% do total de carvão vegetal produzido.

Os municípios do PEDET foram responsáveis pela produção de 144.507,00 toneladas de lenha em 2012, movimentando aproximadamente R\$ 1,8 milhão na região. Os principais municípios produtores foram São Pedro dos Ferros (61%), Viçosa (9%), Alvinópolis (6%) e Dom Silvério (6%). O município de São Pedro dos Ferros possui 25% da área rural, aproximadamente 10 mil hectares, com floresta plantada de eucalipto.

No Quadro 22 estão expostos os entraves, as ações propostas e os resultados esperados para a cadeia produtiva da madeira.

Quadro 22. Síntese dos Entraves para a cadeia produtiva da madeira

Dimensão Ambiente Institucional		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Ausência de uma política pública de manejo sustentável	<b>Ação 1:</b> Confeccionar projetos de extensão a serem submetidos a órgãos financiadores para fornecer assistência técnica, insumos, mudas aos produtores que possuem áreas degradadas pela pecuária ou improdutiva para utilizarem estas terras para o plantio de eucalipto	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da atuação dos assistente técnicos na região</li> <li>• Melhoria no manejo da produção</li> <li>• Aumento na produção e produtividade</li> </ul>
Politização do segmento ambientalista	<b>Ação 2:</b> Elaborar programas municipais de fomento em parceria com os governos estaduais e federais, via convênios <b>Ação 3:</b> Elaborar projetos de orientação e adequação ambiental nos municípios <b>Ação 4:</b> Estabelecer parcerias entre os organismos de fiscalização e os municípios para melhorar o acesso a informações e construir programas de adequação em conjunto <b>Ação 5:</b> Adequar às áreas de proteção ambiental, realizando procedimentos de proteção do solo e das águas nas propriedades	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manutenção das áreas de produção</li> <li>• Melhoria da produtividade</li> <li>• Recuperação de nascentes, ampliação da disponibilidade de água nas propriedades</li> <li>• Adequação das áreas de proteção ambiental e da propriedade em conformidade com Cadastro Ambiental Rural (CAR)</li> </ul>
Ausência de articulação, parcerias e relações institucionais específicas entre os agentes da cadeia produtiva	<b>Ação 6:</b> Criar uma associação ou cooperativa de produtores de florestas plantadas da região do PEDET buscando fortalecer o papel do produtor rural <b>Ação 7:</b> Gerar informações de forma transparente entre os elos da cadeia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior governança e fortalecimento da cadeia florestal na região</li> <li>• Possibilidade de se formar parcerias e relações institucionais específicas para o setor florestal</li> <li>• Fortalecimento do setor no mercado</li> </ul>
Impostos elevados	<b>Ação 8:</b> Incentivar a articulação dos agentes da cadeia e dos representantes do setor florestal para pleitear junto aos governos municipal, estadual e federal diminuição dos impostos que incidem sobre o setor	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução nos impostos</li> <li>• Desoneração da produção</li> <li>• Aumento da competitividade do setor</li> <li>• Atração de novos investimentos privados para o setor florestal</li> </ul>
Dimensão Tecnologia		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Desigualdade no nível de desenvolvimento das empresas	<b>Ação 9:</b> Incentivar a inovação e a diversificação da produção através da agregação de valor aos produtos madeireiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação do mercado consumido</li> <li>• Aumento da rendados produtores e empresários do setor</li> <li>• Diminuição dos riscos da atividade</li> </ul>
Ausência de máquinas, tratores e tecnologias para o pequeno produtor	<b>Ação 10:</b> Disponibilizar profissionais especializados para assessorar os produtores quanto às linhas de crédito existentes para a aquisição de maquinários para os pequenos produtores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento na utilização de maquinários e equipamentos</li> <li>• Melhoria do manejo da produção</li> <li>• Aumento da produtividade e rentabilidade</li> </ul>
Dimensão Estrutura de Mercado		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Produtos de baixo valor agregado	<b>Ação 11:</b> Incentivar a diversificação dos produtos de um mesmo ramo de agroindústrias <b>Ação 12:</b> Capacitar os produtores buscando agregar valor a sua produção através da fabricação de produtos de maior valor agregado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fabricação de produtos diferenciados</li> <li>• Atendimento a nichos de mercados distintos</li> </ul>
Existência de setores muito concentrados dificultando o desenvolvimento dessas empresas na região (MDF, celulose e papel)	<b>Ação 13:</b> Apoiar a especialização da produção madeireira <b>Ação 14:</b> Apoiar a ampliação da produção como forma de melhorar a negociação <b>Ação 15:</b> Fortalecer as organizações coletivas <b>Ação 16:</b> Impulsionar a implantação e fixação de indústrias, principalmente relacionado ao setor moveleiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da geração de emprego e renda</li> <li>• Diversificação da produção</li> <li>• Aumento da competitividade da cadeia</li> <li>• Diminuição dos riscos financeiros</li> </ul>

(Continua)

Quadro 22. Síntese dos Entraves para a cadeia produtiva da madeira

(Conclusão)

Dimensão Estrutura de Mercado		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Preços ditados pelos grandes consumidores (siderúrgicas e empresas de celulose)	<b>Ação 17:</b> Incentivar a diversificação da produção para atender mercados consumidores mais exigentes através da agregação de valor aos produtos madeireiros (Fábrica de MDF, madeira imunizada, etc.)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Diversificação da produção</li> <li>Fortalecimento da cadeia, bem como seus agentes</li> <li>Aumento do poder de barganha dos produtores junto às grandes indústrias compradoras de matéria-prima</li> <li>Atendimento de mercados mais vantajosos através do fornecimento de produtos processados</li> </ul>
Localização dos maciços florestais distantes da indústria de celulose e papel	<b>Ação 18:</b> Incentivar a produção florestal específica para a indústria de celulose e papel nos municípios do PEDET que estão dentro do raio de atuação da indústria de celulose e papel	<ul style="list-style-type: none"> <li>Possibilidade de mercado garantido a produção florestal da região</li> <li>Aumento da produção e da renda dos produtores e da pequena agroindústria de madeira</li> </ul>
Os baixos preços pago pela madeira	<b>Ação 19:</b> Incentivar a agregação de valor aos produtos florestais <b>Ação 20:</b> Promover a instalação de uma fábrica de MDF na região para atender o polo moveleiro da região de Ubá	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de mercado alternativo ao do papel e celulose</li> <li>Aumento da competitividade e renda dos produtores e da agroindústria transformadora da região</li> </ul>
Dimensão Coordenação-Relação entre os Elos da Cadeia		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Desinformação do pequeno produtor em relação ao mercado	<b>Ação 21:</b> Fortalecer o cooperativismo e o associativismo <b>Ação 22:</b> Gerar informações de forma transparente entre os elos, que permitam fortalecer a relação entre agroindústria e produtor	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhoria da qualidade dos produtos madeireiros</li> <li>Aumento do poder de barganha dos produtores frente às indústrias</li> <li>Aumento da produção</li> <li>Redução dos custos da matéria-prima (principal exigência do mercado comprador)</li> </ul>
Concorrência de produtos importados e substitutos (GLP, coque, aço, plástico)	<b>Ação 23:</b> Estimular ações conjuntas de pesquisa, desenvolvimento e inovação, entre os vários agentes presentes na região do PEDET, buscando diversificar a produção e agregar valor aos produtos para atender mercados específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Agregação de valor aos produtores madeireiros</li> <li>Diferenciação em relação aos produtos importados e substitutos</li> <li>Aumento da vantagem competitiva frente aos produtos concorrentes</li> </ul>
Dimensão Gestão		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Pouca tradição florestal	<b>Ação 24:</b> Incentivar e capacitar o produtor para a implantação dos sistemas agroflorestais, permitindo diversificar sua produção, o que garante maior renda e diminuição dos riscos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Redução dos riscos associados a atividade agropecuária</li> <li>Aumento da produção</li> <li>Aumento da renda do produtor</li> </ul>
Descapitalização dos produtores rurais	<b>Ação 25:</b> Investir na construção de estruturas comunitárias, na formação e fortalecimento de cooperativas e associações, além de ampliar o acesso às fontes de financiamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento na quantidade e qualidade da produção madeireira</li> <li>Aumento na renda e permanência na atividade</li> </ul>
Dimensão Insumos		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Dependência da compra de insumos em outros municípios (no caso dos pequenos municípios)	<b>Ação 26:</b> Organizar formas coletivas de compra de insumos através da criação e fortalecimento de cooperativas e associações de produtores florestais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Redução dos custos de produção</li> <li>Aumento da lucratividade</li> </ul>
Utilização de insumos inadequados por falta de orientação técnica	<b>Ação 27:</b> Aumentar a disponibilidade de assistência técnica especializada no campo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Redução no custo total dos insumos utilizados</li> <li>Aumento na produtividade</li> <li>Aumento da lucratividade</li> </ul>
Altos preços dos insumos	<b>Ação 28:</b> Organizar formas coletivas de compra de insumos através da criação e fortalecimento de cooperativas e associações de produtores florestais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Redução dos custos de produção</li> <li>Aumento da produtividade</li> <li>Aumento da lucratividade</li> <li>Melhoria da qualidade da matéria-prima</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.



Com o intuito de complementar a análise, o Quadro 23, tem o propósito de apresentar uma síntese geral das principais oportunidades identificadas para a cadeia produtiva da madeira, as

ações propostas para maximizar cada uma destas potencialidades e os resultados esperados a partir do estabelecimento das ações.

**Quadro 23. Síntese das Potencialidades para a cadeia produtiva da madeira**

Dimensão Ambiente Institucional		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Linhas de crédito do BNDES via Banco do Brasil específicas para o setor	<b>Ação 29:</b> Disponibilizar profissionais especializados para dar suporte à obtenção de crédito; apoiar a ampliação da CRESOL BASER (Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária); e, melhorar a instrução dada aos agricultores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação da disponibilidade de recursos para custeio e investimento</li> <li>• Aumento da produção e da produtividade</li> <li>• Aumento da lucratividade</li> </ul>
Presença e apoio da EMATER	<b>Ação 30:</b> Fortalecer e ampliar os programas de capacitação e apoio técnico, bem como os de assistência técnica existentes, visando implementar os programas de sucesso em municípios que não possuem nenhum tipo de ação promotora para a cadeia da madeira	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitação dos produtores</li> <li>• Melhorias no manejo da produção</li> <li>• Aumento da produção</li> </ul>
Programas de responsabilidade social de empresas como ArcelorMittal, CENIBRA e Gerdau	<b>Ação 31:</b> Fortalecer, ampliar e promover os programas de fomento florestal das indústrias siderúrgicas e de papel e celulose buscando expandir o número de produtores atendidos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integração dos produtores rurais à cadeia produtiva, proporcionando vantagens econômicas, sociais e ambientais</li> <li>• Viabilização do aproveitamento de áreas degradadas, improdutivas, subutilizadas e inadequadas à agropecuária, propiciando alternativa adicional de renda ao produtor rural</li> </ul>
Presença de sindicatos de produtores e trabalhadores rurais	<b>Ação 32:</b> Fortalecer e apoiar os sindicatos de produtores rurais existentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior apoio aos produtores rurais no que diz respeito aos direitos dos produtores rurais</li> <li>• Maior número de produtores com a documentação em dia</li> <li>• Fortalecimento dos trabalhadores rurais</li> </ul>
Dimensão Tecnologia		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Desenvolvimento de tecnologias de manejo florestal	<b>Ação 33:</b> Estimular o aperfeiçoamento dos produtores de madeira por meio da capacitação técnica quanto ao manejo florestal e quanto à gestão da propriedade rural	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorias da qualidade da produção</li> <li>• Aumento da produtividade</li> </ul>
Melhoramento genético	<b>Ação 34:</b> Estimular a utilização de sementes e mudas com maior produtividade e mais resistentes e quanto à gestão da propriedade rural	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior disponibilidade de matéria-prima de qualidade para as agroindústrias e indústrias</li> <li>• Maior competitividade aos produtores</li> <li>• Maior lucratividade</li> </ul>
Dimensão Estrutura de Mercado		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Localização da produção florestal perto das indústrias de móveis consolidadas	<b>Ação 35:</b> Impulsionar a implantação e fixação das agroindústrias. A principal alternativa é a instalação de uma fábrica de MDF na região do PEDET para fornecer matéria-prima ao polo moveleiro de Ubá, que importa MDF do Sul do país	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior presença de parques agroindustriais na região</li> <li>• Geração de emprego e renda</li> <li>• Aproveitamento da matéria-prima da região</li> </ul>

(Continua)

Quadro 23. Síntese das Potencialidades para a cadeia produtiva da madeira

(Conclusão)

Dimensão Coordenação-Relação entre os Elos da Cadeia		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Parcerias com as empresas siderúrgicas e de papel e celulose através de fomento	<b>Ação 36:</b> Fortalecer, ampliar e promover os programas de fomento florestal das indústrias siderúrgicas e de papel e celulose buscando expandir o número de produtores atendidos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Integração dos produtores rurais à cadeia produtiva e lhes proporciona vantagens econômicas, sociais e ambientais</li> <li>Aproveitamento de áreas degradadas, improdutivas, subutilizadas e inadequadas à agropecuária, propiciando alternativa adicional de renda ao produtor rural</li> </ul>
Dimensão Insumos		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Baixo número de fornecedores de equipamentos e matérias-primas	<b>Ação 37:</b> Incentivar a instalação e fixação de fornecedores de insumos e matéria-prima na região do PEDET	<ul style="list-style-type: none"> <li>Redução do custo dos insumos</li> <li>Aumento da competitividade da produção agropecuária</li> <li>Aumento da lucratividade</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

As ações propostas almejam aproveitar as oportunidades identificadas e minimizar os entraves existentes. Nesse sentido, no Quadro 27 a seguir, são apresentadas as ações agrupadas de

acordo com os agentes que têm capacidade para contribuir na execução das ações propostas, visando o desenvolvimento da cadeia produtiva da madeira na região do PEDET.

Quadro 24. Ações Propostas para a cadeia produtiva da madeira e agentes responsáveis

Ações	Agentes
<b>Ação 1:</b> Confeccionar projetos de extensão a serem submetidos a órgãos financiadores para fornecer assistência técnica, insumos, mudas aos produtores que possuem áreas degradadas pela pecuária ou improdutiva para utilizarem estas terras para o plantio de eucalipto	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES), Universidade Federal de Viçosa, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), Serviço de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), IEF-MG, Poder Público Municipal, Sociedade de Investigações Florestais, Polo de Excelência de Florestas e Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>Ação 2:</b> Elaborar programas municipais de fomento em parceria com os governos estaduais e federais, via convênios	Governos municipais, Governo estadual e federal
<b>Ação 2:</b> Elaborar projetos de orientação e adequação ambiental nos municípios	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG) e Sindicato Intermunicipal das Indústrias do Mobiliário de Ubá (INTERSID), Associação Mineira de Silvicultura (AMS), representantes das associações municipais de produtores rurais e sindicatos de trabalhadores rurais
<b>Ação 3:</b> Estabelecer parcerias entre os organismos de fiscalização e os municípios para melhorar o acesso a informações e construir programas de adequação em conjunto <b>Ação 4:</b> Adequar às áreas de proteção ambiental, realizando procedimentos de proteção do solo e das águas nas propriedades	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG), Associação Mineira de Silvicultura (AMS), representantes das associações municipais de produtores rurais e sindicatos de trabalhadores rurais
<b>Ação 5:</b> Criar uma associação ou cooperativa de produtores de florestas plantadas da região do PEDET buscando fortalecer o papel do produtor rural	Produtores rurais, sindicatos e associações
<b>Ação 7:</b> Gerar informações de forma transparente entre os elos da cadeia	Todos os agentes envolvidos diretamente com as atividades da cadeia produtiva
<b>Ação 8:</b> Incentivar a articulação dos agentes da cadeia e dos representantes do setor florestal para pleitear junto aos governos municipal, estadual e federal diminuição dos impostos que incidem sobre o setor	Governos municipais, Governo estadual e federal, representantes das associações municipais de produtores rurais e sindicatos de trabalhadores rurais
<b>Ação 9:</b> Incentivar a inovação e a diversificação da produção através da agregação de valor aos produtos madeireiros	Associação de produtores rurais, Sindicatos de trabalhadores rurais, CENIBRA, ArcelorMittal, Gerdau em parceria com os Governos Municipais
<b>Ação 10:</b> Disponibilizar profissionais especializados para assessorar os produtores quanto às linhas de crédito existentes para a aquisição de maquinários para os pequenos produtores	Banco do Brasil/BNDES e CRESOL em parceria com os Governos Municipais

(Continua)

**Quadro 24. Ações Propostas para a cadeia produtiva da madeira e agentes responsáveis (Continuação)**

Ações	Agentes
<b>Ação 11:</b> Incentivar a diversificação dos produtos de um mesmo ramo de agroindústrias	Associação de produtores rurais, Sindicatos de trabalhadores rurais, CENIBRA, ArcelorMittal, Gerdau em parceria com os Governos Municipais
<b>Ação 12:</b> Capacitar os produtores buscando agregar valor a sua produção através da fabricação de produtos de maior valor agregado <b>Ação 13:</b> Apoiar a especialização da produção madeireira	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES), Universidade Federal de Viçosa, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), Serviço de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), IEF-MG, Poder Público Municipal, Sociedade de Investigações Florestais, Polo de Excelência de Florestas e Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>Ação 14:</b> Apoiar a ampliação da produção como forma de melhorar a negociação <b>Ação 15:</b> Fortalecer as organizações coletivas <b>Ação 16:</b> Impulsionar a implantação e fixação de indústrias, principalmente relacionado ao setor moveleiro	Governos municipais, estadual e federal, representantes das associações municipais de produtores rurais e sindicatos de trabalhadores rurais
<b>Ação 17:</b> Incentivar a diversificação da produção para atender mercados consumidores mais exigentes através da agregação de valor aos produtos madeireiros (Fábrica de MDF, madeira imunizada, etc.) <b>Ação 18:</b> Incentivar a produção florestal específica para a indústria de celulose e papel nos municípios do PEDET que estão dentro do raio de atuação da indústria de celulose e papel <b>Ação 19:</b> Incentivar a agregação de valor aos produtos florestais	Associação de produtores rurais, Sindicatos de trabalhadores rurais, CENIBRA, ArcelorMittal, Gerdau em parceria com os Governos Municipais
<b>Ação 20:</b> Promover a instalação de uma fábrica de MDF na região para atender o polo moveleiro da região de Ubá <b>Ação 21:</b> Fortalecer o cooperativismo e o associativismo	Governos municipais, estadual e federal, representantes das associações municipais de produtores rurais e sindicatos de trabalhadores rurais
<b>Ação 22:</b> Gerar informações de forma transparente entre os elos, que permitam fortalecer a relação entre agroindústria e produtor	Todos os agentes envolvidos diretamente com as atividades da cadeia produtiva
<b>Ação 23:</b> Estimular ações conjuntas de pesquisa, desenvolvimento e inovação, entre os vários agentes presentes na região do PEDET, buscando diversificar a produção e agregar valor aos produtos para atender mercados específicos	Universidades e faculdades presentes nos municípios do Território Estudado
<b>Ação 24:</b> Incentivar e capacitar o produtor para a implantação dos sistemas agroflorestais, permitindo diversificar sua produção, o que garante maior renda e diminuição dos riscos	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES), Universidade Federal de Viçosa, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), Serviço de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), IEF-MG, Poder Público Municipal, Sociedade de Investigações Florestais, Polo de Excelência de Florestas e Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>Ação 25:</b> Investir na construção de estruturas comunitárias, na formação e fortalecimento de cooperativas e associações, além de ampliar o acesso às fontes de financiamento <b>Ação 26:</b> Organizar formas coletivas de compra de insumos através da criação e fortalecimento de cooperativas e associações de produtores florestais	Governos municipais, estadual e federal, representantes das associações municipais de produtores rurais e sindicatos de trabalhadores rurais
<b>Ação 27:</b> Aumentar a disponibilidade de assistência técnica especializada no campo	Governos municipais, estadual e federal e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG)
<b>Ação 28:</b> Organizar formas coletivas de compra de insumos através da criação e fortalecimento de cooperativas e associações de produtores florestais	Governos municipais, estadual e federal, representantes das associações municipais de produtores rurais e sindicatos de trabalhadores rurais
<b>Ação 29:</b> Disponibilizar profissionais especializados para dar suporte à obtenção de crédito; apoiar a ampliação da CRESOL BASER (Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária); e, melhorar a instrução dada aos agricultores	Banco do Brasil/BNDES e CRESOL em parceria com os Governos Municipais

(Continua)

**Quadro 24. Ações Propostas para a cadeia produtiva da madeira e agentes responsáveis (Conclusão)**

Ações	Agentes
<b>Ação 30:</b> Fortalecer e ampliar os programas de capacitação e apoio técnico, bem como os de assistência técnica existentes, visando implementar os programas de sucesso em municípios que não possuem nenhum tipo de ação promotora para a cadeia da madeira	Governos municipais, estadual e federal e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG)
<b>Ação 31:</b> Fortalecer, ampliar e promover os programas de fomento florestal das indústrias siderúrgicas e de papel e celulose buscando expandir o número de produtores atendidos	Governos municipais, estadual e federal, representantes das associações municipais de produtores rurais e sindicatos de trabalhadores rurais
<b>Ação 32:</b> Fortalecer e apoiar os sindicatos de produtores rurais existentes	Governos municipais, estadual e federal
<b>Ação 33:</b> Estimular o aperfeiçoamento dos produtores de madeira por meio da capacitação técnica quanto ao manejo florestal e quanto à gestão da propriedade rural	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES), Universidade Federal de Viçosa, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), Serviço de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), IEF-MG, Poder Público Municipal, Sociedade de Investigações Florestais, Polo de Excelência de Florestas e Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>Ação 34:</b> Estimular a utilização de sementes e mudas com maior produtividade e mais resistentes e quanto à gestão da propriedade rural	Governos municipais, estadual e federal e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG)
<b>Ação 35:</b> Impulsionar a implantação e fixação das agroindústrias. A principal alternativa é a instalação de um fábrica de MDF na região do PEDET para fornecer matéria-prima ao polo moveleiro de Ubá, que importa MDF do Sul do país	Governos municipais, estadual e federal, representantes das associações municipais de produtores rurais e sindicatos de trabalhadores rurais
<b>Ação 36:</b> Fortalecer, ampliar e promover os programas de fomento florestal das indústrias siderúrgicas e de papel e celulose buscando expandir o número de produtores atendidos	Governos municipais, estadual e federal
<b>Ação 37:</b> Incentivar a instalação e fixação de fornecedores de insumos e matéria-prima na região do PEDET	Governos municipais, estadual e federal, representantes das associações municipais de produtores rurais e sindicatos de trabalhadores rurais

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

## 6. Fruticultura

O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de frutas frescas, posição que tem como ponto de partida as condições favoráveis de clima, solo e disponibilidade de área no País e que vem sendo sustentada pelos investimentos públicos e privados em infraestrutura, capacitação, logística e inovação tecnológica. No que diz respeito Aos municípios do PEDET, a localização próxima a importantes mercado consumidores de frutas in natura (Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo) é um dos pontos favoráveis que indicam o potencial da fruticultura na região.

Além disso, as indústrias processadoras também representam um fator positivo para o escoamento da produção, que pode vir a ser incrementada e, conseqüente, suprir o abastecimento de matéria prima, em grande parte oriunda de São Paulo, para fabricação de doces, sucos, conservas, entre outros produtos industrializados. Para tanto, seria extremamente importante a organização dos produtores em associações ou cooperativas.

Buscando-se analisar a fruticultura dentro do contexto produtivo dos municípios do Plano de Desenvolvimento Estratégico (PEDET), o presente estudo abordou as seguintes frutas: banana, maracujá, goiaba e manga. Os critérios utilizados para a escolha das frutas foram a importância econômica e social para a região e as perspectiva de crescimento, tanto no mercado dos municípios do PEDET quanto à região circunvizinha.

Algumas frutas, apesar de se destacarem em volume de produção, apresentam baixos valores unitários de venda. É o caso da banana (R\$ 870,00 por tonelada). O contrário ocorre com a goiaba, manga e maracujá, que, embora apresentem volumes de produção menores, são comercializadas por preços mais elevados. De todo modo, as frutas indicadas apresentam relevância expressiva para a economia da região estudada.

No Quadro 25 estão expostos os entraves, as ações propostas e os resultados esperados para a cadeia produtiva da fruticultura.

Quadro 25. Síntese dos Entraves para a cadeia produtiva da fruticultura

Dimensão Ambiente Institucional		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Atraso de pagamentos e falta de informação sobre o PAA e PNAE	<b>Ação 1:</b> Aprimorar os procedimentos do PNAE e do PAA nos municípios e disponibilizar equipe técnica para capacitar e dar o suporte necessário para o acesso dos agricultores a estes programas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhoria no desempenho destes programas em todos os municípios da região do PEDET</li> <li>Aumento do volume de compra e de produtos adquiridos</li> <li>Aumento da renda dos produtores rurais</li> </ul>
Dimensão Tecnologia		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Baixo nível tecnológico da produção	<b>Ação 2:</b> Apoiar a obtenção de crédito e capacitar os produtores de frutas quanto ao manejo adequado das lavouras	<ul style="list-style-type: none"> <li>Transformação dos sistemas de produção de baixa produtividade para alta produtividade</li> <li>Aumento da produtividade</li> <li>Aumento da lucratividade</li> </ul>
Dimensão Estrutura de Mercado		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Baixa demanda, de alguns municípios	<b>Ação 3:</b> Incentivar a formação de agroindústrias caseiras para o processamento e agregação de valor às frutas produzidas na região, atendendo aos grandes mercados consumidores	<ul style="list-style-type: none"> <li>Expansão do mercado de atuação</li> <li>Geração de renda e empregos</li> </ul>
Alto custo de produção de frutas nos municípios	<b>Ação 4:</b> Fortalecer e ampliar os cursos de capacitação e treinamento aos agricultores, buscando capacitá-los principalmente em relação ao manejo das culturas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhoria no manejo da produção</li> <li>Aumento da produção e da produtividade</li> </ul>
Dimensão Coordenação-Relação entre os Elos da Cadeia		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Compras e vendas em sua maior parte são realizadas de forma individual	<p><b>Ação 5:</b> Fortalecer o cooperativismo e o associativismo</p> <p><b>Ação 6:</b> Gerar informações de forma transparente entre os elos, que permitam fortalecer a relação entre agroindústria e produtor</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhoria da qualidade das frutas</li> <li>Aumento do poder de barganha dos produtores frente às agroindústrias</li> <li>Redução dos custos de produção</li> <li>Aumento da competitividade da produção</li> <li>Aumento da lucratividade</li> </ul>
A produção de frutas da região do PEDET está, em sua maior parte, alheia à cadeia de processamento que tem como polo a região de Ubá e Visconde do Rio Branco	<p><b>Ação 7:</b> Estimular a formação de alianças estratégicas entre produtores e agroindústrias, favorecendo a formalização de instrumentos contratuais para garantia de compra e venda (contratos)</p> <p><b>Ação 8:</b> Incentivar o fomento entre produtores e polo industrial de sucos, buscando assegurar preço competitivo ao produtor no período de safra e fornecimento à indústria</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Viabilização de parcerias entre os produtores e as agroindústrias da região</li> <li>Aumento na renda dos produtores rurais</li> </ul>
Dimensão Gestão		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Descapitalização dos produtores rurais	<p><b>Ação 9:</b> Investir na construção de estruturas comunitárias, na formação e fortalecimento de cooperativas e associações</p> <p><b>Ação 10:</b> Ampliar o acesso as fontes de financiamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento na quantidade e qualidade da produção de frutas</li> <li>Aumento na renda dos produtores</li> </ul>
Falta de informação a respeito das culturas	<b>Ação 11:</b> Aumentar a disponibilidade de assistência técnica especializada no campo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento da produtividade</li> <li>Redução de custos de produção</li> <li>Melhoria da qualidade da matéria-prima</li> </ul>
Poucas opções de estabelecimentos para compra de insumos agrícolas na região, configurando-se alto custo de insumos	<b>Ação 12:</b> Organizar formas coletivas de compra de insumos através da criação e fortalecimento de cooperativas e associações de produtores de frutas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Redução no custo total dos insumos</li> <li>Aumento da competitividade dos produtores</li> </ul>

(Continua)

Quadro 25. Síntese dos Entraves para a cadeia produtiva da fruticultura

(Conclusão)

Entraves	Dimensão Insumos	
	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Falta de viveiros de mudas com autorização sanitária	<b>Ação 13:</b> Aumentar a disponibilidade de assistência técnica especializada no campo e incentivar a formação de viveiros na região	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução no custo total dos insumos</li> <li>• Aumento na produtividade</li> <li>• Melhoria da qualidade na produção de frutas</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

Com o intuito de complementar a análise, o Quadro 26, tem o propósito de apresentar uma síntese geral das principais oportunidades identificadas para a cadeia produtiva da fruticultura, as ações propostas para maximizar cada uma destas potencialidades e os resultados esperados a partir do estabelecimento das ações.

Quadro 26. Síntese das Potencialidades para a cadeia produtiva da fruticultura

Potencialidades	Dimensão Ambiente Institucional	
	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Oportunidades do PAA e do PNAE	<b>Ação 14:</b> Aprimorar os procedimentos do PNAE e do PAA nos municípios e disponibilizar equipe técnica para capacitar e dar o suporte necessário para o acesso dos agricultores a estes programas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento do acesso dos produtores a este mercado institucional</li> <li>• Aumento do volume de compra</li> </ul>
Crescimento do acesso ao crédito do PRONAF, de maior disponibilidade nos últimos anos	<b>Ação 15:</b> Disponibilizar profissionais especializados para dar suporte à obtenção de crédito; apoiar a ampliação da CRESOL BASER (Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária); e, melhorar a instrução dada aos agricultores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da produção</li> <li>• Aumento da produtividade</li> <li>• Redução de custos de produção</li> <li>• Aumento da renda dos produtores</li> </ul>
Potencialidades	Dimensão Tecnologia	
	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Produção orgânica em ascensão	<b>Ação 16:</b> Incentivar e capacitar o produtor para implantação dos sistemas de produção orgânica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção de bens com maior valor agregado, com diversificação do mercado consumidor de seus produtos</li> <li>• Aumento da renda do produtor</li> <li>• Redução dos riscos associados a atividade agropecuária</li> </ul>
Potencialidades	Dimensão Estrutura de Mercado	
	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Existência de feiras livres, CEASA, Escolas municipais e estaduais	<b>Ação 17:</b> Incentivar a diversificação da produção e a agregação de valor aos produtos, fortalecendo e ampliando o mercado consumidor	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação do acesso a diferentes mercados</li> <li>• Aumento da renda do produtor</li> </ul>
Organização, por parte das prefeituras, de feiras locais	<b>Ação 18:</b> Incentivar e ampliar os mercados consumidores de frutas e seus derivados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantia ao produtor de mercado para escoar sua produção</li> </ul>
Potencialidades	Dimensão Coordenação-Relação entre os Elos da Cadeia	
	Ações Propositivas	Resultados Esperados
O fornecimento de frutas ainda é insuficiente para atender à demanda das agroindústrias	<p><b>Ação 19:</b> Estimular a formação de alianças estratégicas entre produtores e agroindústrias, favorecendo a formalização de instrumentos contratuais para garantia de compra e venda (contratos)</p> <p><b>Ação 20:</b> Incentivar as relações entre produtores e polo industrial de sucos, buscando assegurar preço competitivo ao produtor no período de safra e fornecimento à indústria</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Viabilização de parcerias, desenvolvimento e fortalecimento da cadeia produtiva de frutas na região</li> <li>• Aumento da produção, produtividade</li> <li>• Redução dos custos de produção</li> </ul>
Potencialidades	Dimensão Gestão	
	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Trabalho da EMATER e SENAR	<b>Ação 21:</b> Estabelecer ações de incentivo a educação e treinamento, por meio de cursos técnicos de curta duração, tanto para os produtores de frutas quanto para as agroindústrias de sucos, polpas e doces	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação dos negócios</li> <li>• Disponibilidade de mão de obra capacitada na região</li> <li>• Melhoria na qualidade da produção</li> </ul>

(Continua)

Quadro 26. Síntese das Potencialidades para a cadeia produtiva da fruticultura

(Continuação)

Dimensão Insumos		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Presença de empresa de tecnologia genética de mudas de banana	<b>Ação 22:</b> Promover a pesquisa na área de fruticultura, em especial ao desenvolvimento de variedades mais adequadas às condições edafoclimáticas da região	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento de mudas, sementes e frutas mais resistentes e produtivas</li> <li>Redução dos custos de produção</li> <li>Aumento da produtividade</li> <li>Aumento da competitividade</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

As ações propostas almejam aproveitar as oportunidades identificadas e minimizar os entraves existentes. Nesse sentido, no Quadro 27 a seguir, são apresentadas as ações agrupadas de acordo com os agentes que têm capacidade para contribuir na execução das ações propostas, visando o desenvolvimento da cadeia produtiva de frutas na região do PEDET.

Quadro 27. Ações Propostas para a cadeia produtiva da fruticultura e agentes responsáveis

Ações	Agentes
<b>Ação 1:</b> Aprimorar os procedimentos do PNAE e do PAA nos municípios e disponibilizar equipe técnica para capacitar e dar o suporte necessário para o acesso dos agricultores a estes programas	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Poder Público Municipal
<b>Ação 2:</b> Apoiar a obtenção de crédito e capacitar os produtores de frutas quanto ao manejo adequado das lavouras	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) e Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) e Banco do Brasil
<b>Ação 3:</b> Incentivar a formação de agroindústrias caseiras para o processamento e agregação de valor às frutas produzidas na região, atendendo aos grandes mercados consumidores	Governos Municipais, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), SENAR, representantes das associações municipais de produtores rurais e sindicatos de trabalhadores rurais
<b>Ação 4:</b> Fortalecer e ampliar os cursos de capacitação e treinamento aos agricultores, buscando capacitá-los principalmente em relação ao manejo das culturas	Universidade Federal de Viçosa, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) e Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA)
<b>Ação 5:</b> Fortalecer o cooperativismo e o associativismo	Governos municipais, estadual e federal, representantes das associações municipais de produtores rurais e sindicatos de trabalhadores rurais
<b>Ação 6:</b> Gerar informações de forma transparente entre os elos, que permitam fortalecer a relação entre agroindústria e produtor	Todos os agentes envolvidos diretamente com as atividades da cadeia produtiva
<b>Ação 7:</b> Estimular a formação de alianças estratégicas entre produtores e agroindústrias, favorecendo a formalização de instrumentos contratuais para garantia de compra e venda (contratos)	Produtores rurais e agroindústrias
<b>Ação 8:</b> Incentivar o fomento entre produtores e polo industrial de sucos, buscando assegurar preço competitivo ao produtor no período de safra e fornecimento à indústria	Governos municipais, estadual e federal, representantes das associações municipais de produtores rurais e sindicatos de trabalhadores rurais
<b>Ação 9:</b> Investir na construção de estruturas comunitárias, na formação e fortalecimento de cooperativas e associações	
<b>Ação 10:</b> Ampliar o acesso as fontes de financiamento	Agentes Financeiros
<b>Ação 11:</b> Aumentar a disponibilidade de assistência técnica especializada no campo	Governos municipais, estadual e federal e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG)
<b>Ação 12:</b> Organizar formas coletivas de compra de insumos através da criação e fortalecimento de cooperativas e associações de produtores de frutas	Governos municipais, estadual e federal, representantes das associações municipais de produtores rurais e sindicatos de trabalhadores rurais
<b>Ação 13:</b> Aumentar a disponibilidade de assistência técnica especializada no campo e incentivar a formação de viveiros na região	Governos municipais, estadual e federal e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG)
<b>Ação 14:</b> Aprimorar os procedimentos do PNAE e do PAA nos municípios e disponibilizar equipe técnica para capacitar e dar o suporte necessário para o acesso dos agricultores a estes programas	Governos municipais, estadual e federal

(Continua)

**Quadro 27. Ações Propostas para a cadeia produtiva da fruticultura e agentes responsáveis**

Ações	Agentes
<b>Ação 15:</b> Disponibilizar profissionais especializados para dar suporte à obtenção de crédito; apoiar a ampliação da CRESOL BASER (Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária); e, melhorar a instrução dada aos agricultores	Banco do Brasil/BNDES e CRESOL em parceria com os Governos Municipais
<b>Ação 16:</b> Incentivar e capacitar o produtor para implantação dos sistemas de produção orgânica	Governos municipais, estadual e federal, Universidade Federal de Viçosa, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) e Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA)
<b>Ação 17:</b> Incentivar a diversificação da produção e a agregação de valor aos produtos, fortalecendo e ampliando o mercado consumidor	Governos municipais, estadual e federal, representantes das associações municipais de produtores rurais, sindicatos de trabalhadores rurais e agroindústrias
<b>Ação 18:</b> Incentivar e ampliar os mercados consumidores de frutas e seus derivados <b>Ação 19:</b> Estimular a formação de alianças estratégicas entre produtores e agroindústrias, favorecendo a formalização de instrumentos contratuais para garantia de compra e venda (contratos) <b>Ação 20:</b> Incentivar as relações entre produtores e polo industrial de sucos, buscando assegurar preço competitivo ao produtor no período de safra e fornecimento à indústria	Governos municipais, estadual e federal, representantes das associações municipais de produtores rurais e sindicatos de trabalhadores rurais
<b>Ação 21:</b> Estabelecer ações de incentivo a educação e treinamento, por meio de cursos técnicos de curta duração, tanto para os produtores de frutas quanto para as agroindústrias de sucos, polpas e doces <b>Ação 22:</b> Promover a pesquisa na área de fruticultura, em especial ao desenvolvimento de variedades mais adequadas às condições edafoclimáticas da região	Governos municipais, estadual e federal, Universidade Federal de Viçosa, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) e Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA)

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V

## 7. Suinocultura

A carne suína é a principal fonte de proteína animal no mundo, sendo responsável por quase metade do consumo de carnes sendo os principais países consumidores a China, a União Europeia e os Estados Unidos. O Brasil é o quinto maior consumidor da carne suína -15,1kg per capita (Associação Brasileira dos Criadores de Suínos, 2011) - e ocupa o quarto lugar no ranking de produção e exportação mundial dessa proteína. Alguns elementos como sanidade, nutrição, bom manejo da granja, produção integrada e, principalmente, aprimoramento gerencial dos produtores, contribuíram para aumentar a oferta interna e colocar o País em destaque no cenário mundial (MAPA, 2014).

De acordo com os dados do IBGE, há rebanho de suínos em todos os municípios da região do PEDET. Os municípios de Uruçânia e Jequeria juntos são responsáveis por aproximadamente 50% da produção de carne suína na região. Já Abre Campo possuía apenas 47 cabeças. Entre os anos de 2004 e 2012, o crescimento médio do rebanho de suínos foi de 59,53%, superior ao verificado no estado de Minas Gerais (45,88%) e no Brasil (17,26%). Cabe salientar que a desigualdade entre os criadores aumentou 77% entre os anos analisados.

No Quadro 28 estão expostos os entraves, as ações propostas e os resultados esperados para a cadeia produtiva da suinocultura.

**Quadro 28. Síntese dos Entraves para a cadeia produtiva da suinocultura**

Dimensão Ambiente Institucional		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Legislação ambiental oferece obstáculos para atuação tanto da agroindústria quanto dos produtores na região do PEDET	<p><b>Ação 1:</b> Desenvolver projetos de orientação e adequação ambiental da suinocultura e das propriedades onde elas estão instaladas</p> <p><b>Ação 2:</b> Estabelecer parceria entre os organismos de fiscalização e os municípios para melhorar o acesso às informações e construir programas de adequação à legislação em conjunto</p> <p><b>Ação 3:</b> Adequar às áreas de proteção ambiental, realizando procedimentos de proteção do solo e das águas nas propriedades</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequação dos sistemas de tratamento e disposição dos efluentes das granjas</li> <li>Recuperação de nascentes e ampliação da disponibilidade de água nas propriedades</li> <li>Adequação das áreas de proteção ambiental e da propriedade ao Cadastro Ambiental Rural (CAR)</li> </ul>

(Continua)



Quadro 28. Síntese dos Entraves para a cadeia produtiva da suinocultura (Conclusão)

Dimensão Ambiente Institucional		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Crédito do sistema financeiro reduzido	<p><b>Ação 4:</b> Disponibilizar profissionais especializados para dar suporte à obtenção de crédito</p> <p><b>Ação 5:</b> Ampliar o uso de crédito do sistema financeiro para que o investimento e o custeio não fiquem somente a cargo do capital próprio</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da produção</li> <li>• Aumento da produtividade</li> <li>• Redução de custos de produção</li> <li>• Aumento da renda dos produtores rurais</li> </ul>
Dimensão Tecnologia		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Atraso no uso de tecnologias de produção (pequenos produtores)	<b>Ação 6:</b> Realizar programas de capacitações e difusão de técnicas simples para melhoria do manejo da produção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecimento dos pequenos produtores</li> <li>• Aumento da produtividade</li> </ul>
Inexistência de empresa de tecnologia genética na região	<b>Ação 7:</b> Atrair empresas de genética para região	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agilidade na implementação de novas tecnologias</li> <li>• Proximidade para o desenvolvimento de raças e genéticas apuradas</li> </ul>
Dimensão Estrutura de Mercado		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Elevada competição pelo mercado consumidor entre as agroindústrias do mesmo ramo na região do PEDET	<b>Ação 8:</b> Incentivar a diversificação dos produtos de um mesmo ramo de agroindústrias	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento a nichos de mercados distintos</li> </ul>
Baixa presença de pequenas agroindústrias	<b>Ação 9:</b> Incentivar a criação de pequenas unidades com produtos diferenciados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transformação da região em um polo industrial da suinocultura</li> <li>• Aumento da competitividade da suinocultura da região</li> </ul>
Dimensão Coordenação-Relação entre os Elos da Cadeia		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Dificuldade na qualificação de mão de obra	<b>Ação 10:</b> Promover ações por intermédio de parcerias público-privadas entre as agroindústrias, suinocultores, SESI/SENAI/SENAR e o poder público municipais para aperfeiçoar as atividades de educação e treinamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilidade de mão de obra qualificada</li> </ul>
Dimensão Insumos		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Produção local de ingredientes que compõe a ração insuficiente para atender a demanda das granjas	<p><b>Ação 11:</b> Fomentar um Arranjo Produtivo Local</p> <p><b>Ação 12:</b> Organizar formas coletivas de compra de insumos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução dos custos de produção</li> <li>• Aumento da competitividade</li> <li>• Aumento da lucratividade no setor</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

Com o intuito de complementar a análise, o Quadro 29, tem o propósito de apresentar uma síntese geral das principais oportunidades identificadas para a cadeia produtiva da sui-

nocultura, as ações propostas para maximizar cada uma destas potencialidades e os resultados esperados a partir do estabelecimento das ações.

Quadro 29. Síntese das Potencialidades para a cadeia produtiva da suinocultura

Dimensão Ambiente Institucional		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Fortalecer a ASSUVAP	<b>Ação 13:</b> Fortalecer a representação e as ações da associação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de empresas de tecnologia e agroindústrias na região</li> <li>• Capacitação dos produtores rurais</li> </ul>
Dimensão Tecnologia		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Grande potencial de expansão da produção de suínos e implantação de agroindústrias	<b>Ação 14:</b> Estimular o aperfeiçoamento dos produtores por meio da capacitação técnica quanto ao manejo animal e quanto à gestão da propriedade rural	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da produção</li> <li>• Disponibilidade de matéria-prima em quantidade e qualidade</li> <li>• Aumento na competitividade da suinocultura da região</li> </ul>

(Continua)

**Quadro 29. Síntese das Potencialidades para a cadeia produtiva da suinocultura**

(Conclusão)

Dimensão Estrutura de Mercado		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Amplio mercado consumidor de carne suína e processados de carne suína, tanto em nível estadual quanto nacional	<b>Ação 15:</b> Incentivar a diversificação da produção das agroindústrias, incentivando a inovação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atendimento a diversos segmentos da sociedade</li> <li>Atendimento a mercados consumidores locais, estaduais, nacionais e internacionais</li> </ul>
Ampliar proposta como da SAUDALI – Empresa constituída por investimentos de vários suinocultores	<b>Ação 16:</b> Incentivar a ampliação da industrialização na região, tendo em vista a existência de matéria prima para novas unidades de abate e processamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliação do atendimento ao mercado consumidor</li> <li>Aumento da produção e produtividade</li> <li>Consolidação da região como região agroindustrial</li> </ul>
Dimensão Infraestrutura		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
A produção de derivados carne de suínos e embutidos dos municípios da região do PEDET está mais próxima à grandes centros (Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo)	<b>Ação 17:</b> Explorar a comercialização dos produtos nestes mercados	<ul style="list-style-type: none"> <li>Difusão das marcas da indústria da região do PEDET em grandes centros</li> <li>Aumento no volume comercializado no grandes centros urbanos</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

No Quadro 30, a seguir, são apresentadas as ações agrupadas de acordo com os agentes que tem capacidade para contribuir na execução das ações propostas, visando o desenvolvimento da cadeia produtiva da suinocultura na região do PEDET.

**Quadro 30. Ações Propostas para a cadeia produtiva da suinocultura e agentes responsáveis**

Ações	Agentes
<b>Ação 1:</b> Desenvolver projetos de orientação e adequação ambiental da suinocultura e das propriedades onde elas estão instaladas	Secretarias de Agricultura dos Municípios; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)
<b>Ação 2:</b> Estabelecer parceria entre os organismos de fiscalização e os municípios para melhorar o acesso às informações e construir programas de adequação à legislação em conjunto	Secretarias de Agricultura dos Municípios; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)
<b>Ação 3:</b> Adequar às áreas de proteção ambiental, realizando procedimentos de proteção do solo e das águas nas propriedades	Produtores rurais e Secretarias de Agricultura dos Municípios; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)
<b>Ação 4:</b> Disponibilizar profissionais especializados para dar suporte à obtenção de crédito	Governos municipais, estadual e federal, Produtores rurais e Secretarias de Agricultura dos Municípios; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)
<b>Ação 5:</b> Ampliar o uso de crédito do sistema financeiro para que o investimento e o custeio não fiquem somente a cargo do capital próprio	Agente financeiros e produtores rurais
<b>Ação 6:</b> Realizar programas de capacitações e difusão de técnicas simples para melhoria do manejo da produção	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG)
<b>Ação 7:</b> Atrair empresas de genética para região	Governo Federal; Governo Estadual em parceria com os Governos Municipais, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG) e Cooperativa de Suinocultores de Ponte Nova e Região (COOSUIPONTE), juntamente com os representantes das associações municipais de produtores de suínos (ASSUVAP)
<b>Ação 8:</b> Incentivar a diversificação dos produtos de um mesmo ramo de agroindústrias	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG) e Cooperativa de Suinocultores de Ponte Nova e Região (COOSUIPONTE), juntamente com os representantes das associações municipais de produtores de suínos (ASSUVAP)
<b>Ação 9:</b> Incentivar a criação de pequenas unidades com produtos diferenciados	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG) e Cooperativa de Suinocultores de Ponte Nova e Região (COOSUIPONTE), juntamente com os representantes das associações municipais de produtores de suínos (ASSUVAP)
<b>Ação 10:</b> Promover ações por intermédio de parcerias público-privadas entre as agroindústrias, suinocultores, SESI/ SENAI/SENAR e o poder público municipais para aperfeiçoar as atividades de educação e treinamento	Agroindústrias, Governo Federal; Governo Estadual em parceria com os Governos Municipais e Cooperativa de Suinocultores de Ponte Nova e Região (COOSUIPONTE), juntamente com os representantes das associações municipais de produtores de suínos (ASSUVAP)
<b>Ação 11:</b> Fomentar um Arranjo Produtivo Local	

(Continua)

Quadro 30. Ações Propostas para a cadeia produtiva da suinocultura e agentes responsáveis

Ações	Agentes
<p><b>Ação 12:</b> Organizar formas coletivas de compra de insumos</p> <p><b>Ação 13:</b> Fortalecer a representação e as ações da associação</p>	<p>Governo Federal; Governo Estadual em parceria com os Governos Municipais, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG) e Cooperativa de Suinocultores de Ponte Nova e Região (COOSUIPONTE), juntamente com os representantes das associações municipais de produtores de suínos (ASSUVAP)</p>
<p><b>Ação 14:</b> Estimular o aperfeiçoamento dos produtores por meio da capacitação técnica quanto ao manejo animal e quanto à gestão da propriedade rural</p> <p><b>Ação 15:</b> Incentivar a diversificação da produção das agroindústrias, incentivando a inovação</p>	<p>Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG)</p>
<p><b>Ação 16:</b> Incentivar a ampliação da industrialização na região, tendo em vista a existência de matéria prima para novas unidades de abate e processamento</p>	<p>Governo Federal; Governo Estadual em parceria com os Governos Municipais, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG) e Cooperativa de Suinocultores de Ponte Nova e Região (COOSUIPONTE), juntamente com os representantes das associações municipais de produtores de suínos (ASSUVAP)</p>
<p><b>Ação 17:</b> Explorar a comercialização dos produtos nestes mercados</p>	<p>Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG) e Cooperativa de Suinocultores de Ponte Nova e Região (COOSUIPONTE), juntamente com os representantes das associações municipais de produtores de suínos (ASSUVAP)</p>

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

## 8. Avicultura de Corte

A avicultura de corte é uma das principais atividades agropecuárias existentes atualmente no Brasil. Esse setor vem se destacando na produção animal e é um exemplo de atividade agrícola e de cadeia de sucesso. Isso se dá pela utilização de modernos sistemas de planejamento, de organização, técnicas gerenciais, de coordenação dos elos, de ágil incorporação e aplicação de novas tecnologias.

Na região em estudo existem dois tipos de sistema de produção: o integrado e o independente. A diferença dos dois está basicamente na forma pela qual os produtores e as indústrias se relacionam, isto é, no caso do sistema integrado os produtores e as indústrias firmam contratos de comercialização.

Dos 33 municípios estudados, quatro são responsáveis por mais da metade da produção no ano de 2012, dentre eles estão: São Miguel do Anta, Canaã, Coimbra e Paula Cândido. O efetivo de aves de corte aumentou, em média, 43,76% no período 2004-2012. Essa elevação foi pouco inferior àquela verificada no estado de Minas Gerais (44,42%) e superior à do País (35,89%). São Miguel do Anta é o município com o maior efetivo (1.074.500), seguido de Canaã (878.986) e Coimbra (705.000). Diogo de Vasconcelos e Sem-Peixe possuem os menores efetivos de aves de corte, com, respectivamente, 1.780 e 2.100.

No Quadro 31 estão expostos os entraves, as ações propostas e os resultados esperados para a cadeia produtiva da avicultura de corte.

Quadro 31. Síntese dos Entraves para a cadeia produtiva da avicultura de corte

Entraves	Dimensão Ambiente Institucional	
	Ações Propositivas	Resultados Esperados
<p>Fiscalização deficitária das normas sanitárias na região (Programa Nacional de Sanidade Avícola)</p>	<p><b>Ação 1:</b> Ampliar a atuação de órgãos fiscalizadores</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhoria na qualidade dos produtos da região</li> </ul>
<p>Atendimento às questões ambientais</p>	<p><b>Ação 2:</b> Desenvolver nos municípios projetos de orientação e adequação ambiental da avicultura e das propriedades onde elas estão instaladas</p> <p><b>Ação 3:</b> Estabelecer parceria entre os organismos de fiscalização e os municípios para melhorar o acesso às informações e construir programas de adequação à legislação em conjunto</p> <p><b>Ação 4:</b> Adequar às áreas de proteção ambiental, realizando procedimentos de proteção do solo e das águas nas propriedades</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequação dos sistemas de tratamento e disposição dos efluentes das granjas</li> <li>Recuperação de nascentes e ampliação da disponibilidade de água nas propriedades</li> <li>Adequação das áreas de proteção ambiental e da propriedade ao Cadastro Ambiental Rural (CAR)</li> </ul>

(Continua)

Quadro 31. Síntese dos Entraves para a cadeia produtiva da avicultura de corte

(Conclusão)

Dimensão Ambiente Institucional		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Crédito do sistema financeiro reduzido	<p><b>Ação 5:</b> Disponibilizar profissionais especializados para dar suporte à obtenção de crédito</p> <p><b>Ação 6:</b> Ampliar o uso de crédito do sistema financeiro para que o investimento e o custeio não fiquem somente a cargo do capital próprio</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da produção</li> <li>• Aumento da produtividade</li> <li>• Redução de custos de produção</li> <li>• Aumento da renda dos produtores rurais</li> </ul>
Dimensão Tecnologia		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
<p>Baixo investimento em tecnologias para o bem-estar animal (programa de biossegurança)</p> <p>Manejo e descarte dos resíduos inadequados</p>	<p><b>Ação 7:</b> Realizar cursos e capacitações sobre o manejo, bem estar e sanidade animal</p> <p><b>Ação 8:</b> Realizar cursos de capacitação resíduos da produção e o impacto ambiental</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manejo adequado da produção</li> <li>• Melhoria da qualidade da carne</li> <li>• Aumento da produtividade</li> <li>• Melhoria no manejo sustentável da produção</li> </ul>
Dimensão Gestão		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
<p>Alto custo do transporte que afetam especialmente os produtores independentes</p> <p>Poucas opções de fábricas de ração para produtores independentes</p>	<p><b>Ação 9:</b> Fortalecer o espírito de cooperativismo entre os produtores independentes</p> <p><b>Ação 10:</b> Instituir infraestrutura de transporte coletivo</p> <p><b>Ação 11:</b> Praticar transporte colaborativo</p> <p><b>Ação 12:</b> Instituir central de transporte</p> <p><b>Ação 13:</b> Estimular a abertura de fábricas de ração para suprimir a demanda existente na região</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução de custos com o transporte</li> <li>• Coordenação e agilização da entrega da produção</li> <li>• Atendimento aos produtores independentes</li> <li>• Redução dos custos de produção</li> </ul>
Dimensão Insumos		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Elevado custo dos insumos para o ração	<b>Ação 14:</b> Organizar formas coletivas de compra de insumos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução dos custos de produção</li> <li>• Aumento da competitividade</li> <li>• Aumento da lucratividade no setor</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

Com o intuito de complementar a análise, o Quadro 32, tem o propósito de apresentar uma síntese geral das principais oportunidades identificadas para a cadeia produtiva da avicul-

tura de corte, as ações propostas para maximizar cada uma destas potencialidades e os resultados esperados a partir do estabelecimento das ações.

Quadro 32. Síntese das Potencialidades para a cadeia produtiva da avicultura de corte

Dimensão Ambiente Institucional		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Fortalecer a AVIZON e outras associações da região	<b>Ação 15:</b> Fortalecer a representação e as ações da associação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estruturação de centros de capacitação</li> <li>• Implantação de empresas de tecnologia e agroindústrias na região</li> </ul>
Dimensão Tecnologia		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
O sistema integrado que prevalece na região auxilia os produtores no que se refere à comercialização da sua produção e os frigoríficos na compra dos seus insumos	<b>Ação 16:</b> Fortalecer a integração da cadeia produtiva, fortalecendo crédito, reduzindo custo de insumos e ampliando a assistência técnica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecimento da cadeia produtiva da avicultura nos municípios do Território</li> <li>• Redução de custos de produção</li> <li>• Maior eficiência</li> <li>• Ampliação dos ganhos econômicos</li> </ul>
Dimensão Estrutura de Mercado		
Potencialidades	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Presença da maior agroindústria do estado próximo a região	<b>Ação 17:</b> Incentivar o fortalecimento dessa agroindústria e a atração de outras para a região	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da competitividade da avicultura na região</li> <li>• Geração de emprego e renda</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

No Quadro 33, a seguir, são apresentadas as ações agrupadas de acordo com os agentes que têm capacidade para contribuir na execução das ações propostas, visando o desenvolvimento da cadeia produtiva da avicultura de corte na região do PEDET.

**Quadro 33. Ações Propostas para a cadeia produtiva da avicultura de corte e agentes responsáveis**

Ações	Agentes
<b>Ação 1:</b> Ampliar a atuação de órgãos fiscalizadores	Secretarias de Agricultura dos Municípios; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)
<b>Ação 2:</b> Desenvolver nos municípios projetos de orientação e adequação ambiental da avicultura e das propriedades onde elas estão instaladas	Secretarias de Agricultura dos Municípios; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)
<b>Ação 3:</b> Estabelecer parceria entre os organismos de fiscalização e os municípios para melhorar o acesso às informações e construir programas de adequação à legislação em conjunto	Governos Municipais e Secretarias de Agricultura dos Municípios; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)
<b>Ação 4:</b> Adequar às áreas de proteção ambiental, realizando procedimentos de proteção do solo e das águas nas propriedades	Produtores rurais e Secretarias de Agricultura dos Municípios; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)
<b>Ação 5:</b> Disponibilizar profissionais especializados para dar suporte à obtenção de crédito	Agente financeiros e Governos Municipais
<b>Ação 6:</b> Ampliar o uso de crédito do sistema financeiro para que o investimento e o custeio não fiquem somente a cargo do capital próprio	Agentes Financeiros e produtores rurais
<b>Ação 7:</b> Realizar cursos e capacitações sobre o manejo, bem estar e sanidade animal	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG)
<b>Ação 8:</b> Realizar cursos de capacitação resíduos da produção e o impacto ambiental	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG)
<b>Ação 9:</b> Fortalecer o espírito de cooperativismo entre os produtores independentes	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG) e Sindicato Rural; juntamente com os representantes das associações de produtores de ave (AVIZON)
<b>Ação 10:</b> Instituir infraestrutura de transporte coletivo	Produtores rurais juntamente com os representantes das associações de produtores de ave (AVIZON)
<b>Ação 11:</b> Praticar transporte colaborativo	Produtores rurais juntamente com os representantes das associações de produtores de ave (AVIZON)
<b>Ação 12:</b> Instituir central de transporte	Governos Municipais, produtores rurais juntamente com os representantes das associações de produtores de ave (AVIZON)
<b>Ação 13:</b> Estimular a abertura de fábricas de ração para suprimir a demanda existente na região	Governos Municipais, Estadual e Federal em parceria com com os representantes das associações de produtores de ave (AVIZON)
<b>Ação 14:</b> Organizar formas coletivas de compra de insumos	Produtores rurais juntamente com os representantes das associações de produtores de ave (AVIZON)
<b>Ação 15:</b> Fortalecer a representação e as ações da associação	Produtores rurais juntamente com os representantes das associações de produtores de ave (AVIZON)
<b>Ação 16:</b> Fortalecer a integração da cadeia produtiva, fortalecendo crédito, reduzindo custo de insumos e ampliando a assistência técnica	Todos os agentes envolvidos diretamente com as atividades da cadeia produtiva
<b>Ação 17:</b> Incentivar o fortalecimento dessa agroindústria e a atração de outras para a região	Todos os agentes envolvidos diretamente com as atividades da cadeia produtiva

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

## 9. Cadeia do Artesanato

No cenário brasileiro, o artesanato vem se destacando como importante meio de geração de trabalho e renda. Além disso, o artesanato contribui para promover o resgate cultural e o fortalecimento da identidade regional. Uma das características das atividades desse setor é que elas promovem a ocupação de mão de obra com baixa escolaridade, sobretudo feminina, possibilitando conjugar a produção artesanal com as atividades de cuidado da casa e dos filhos, o que torna relevante seu papel para a promoção da cidadania, principalmente em comunidades com baixo índice de desenvolvimento Humano (IDH).

O setor artesanal brasileiro movimentava R\$ 50 bilhões de reais por ano, o que representa 3 % do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Estima-se que no Brasil 8,5 milhões de pessoas estejam

envolvidas com esta atividade<sup>1</sup>. Na região do PEDET, destaca-se a produção de artesanatos feitos com palha de milho, palha de bananeira, palha de café, madeira, barro, pedra sabão, pintura a óleo e outros materiais. Apesar da grande diversidade existente, o foco desta análise será o artesanato feito em palha de milho, palha de café e fibra de bananeira. Estes foram escolhidos por serem subprodutos da produção agrícola que seria descartada. A utilização deste subproduto contribui para o desenvolvimento sustentável, com impactos econômicos (geração de renda), culturais (expressão da identidade), sociais (possibilita a socialização e troca de informações entre os artesãos) e ambientais (reaproveitamento de materiais que seriam descartados).

No Quadro 34 estão expostos os entraves, as ações propostas e os resultados esperados para a cadeia produtiva do artesanato.

**Quadro 34. Síntese dos Entraves para a cadeia produtiva do artesanato**

Dimensão Ambiente Institucional		
Entraves	Ações Propostas	Resultados Esperados
Desconhecimento das linhas de crédito para artesanato	<b>Ação 1:</b> Divulgar e capacitar os artesãos quanto à existência e formas de acesso às linhas de créditos e programas de incentivo a atividade artesanal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acesso a um volume maior de crédito</li> <li>• Capitalização dos artesãos da região</li> </ul>
Desconhecimento das Políticas Públicas para artesanato	<b>Ação 2:</b> Promover ações de divulgação das políticas públicas e formas de acessá-las	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento da cadeia produtiva do artesanato</li> </ul>
Poucas ações efetivas para divulgar o artesanato	<b>Ação 3:</b> Fornecimento de subsídios para a divulgação do artesanato como patrimônio cultural	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior divulgação dos produtos artesanais e dos municípios</li> </ul>
	<b>Ação 4:</b> Criar sites de divulgação dos produtos artesanais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior divulgação dos produtos</li> <li>• Aumento nas vendas</li> </ul>
	<b>Ação 5:</b> Estimular a participação dos artesãos em feiras e eventos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da comercialização dos produtos artesanais da região</li> </ul>
Poucas iniciativas de mobilização de cursos visando potencializar a produção artesanal	<b>Ação 6:</b> Promover cursos de capacitação: moda, qualidade do produto, precificação e outros	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria da qualidade dos produtos</li> <li>• Aumento do valor agregado ao produto</li> <li>• Aumento da renda dos artesãos</li> </ul>
Inexistência de um agente mobilizador para inserir o artesanato nas políticas culturais voltadas para os Pontos de Cultura	<b>Ação 7:</b> Capacitar gestores e lideranças municipais quanto ao acesso aos programas governamentais de incentivo ao artesanato e a cultura	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inserção do artesanato nas políticas culturais dos pontos de cultura nos municípios</li> </ul>
Necessidade de qualificar a mão de obra e motivar os artesãos a se engajarem mais nas atividades	<b>Ação 8:</b> Oferecer cursos de capacitação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilidade de mão de obra qualificada</li> <li>• Maior número de artesão engajados nas atividades</li> </ul>
Dimensão Tecnologia		
Entraves	Ações Propostas	Resultados Esperados
Baixa utilização de tecnologia	<b>Ação 9:</b> Investir em aquisição de equipamentos e insumos que possibilitem diversificar a produção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilização de tecnologia e novas técnicas de produção</li> <li>• Melhoria da qualidade dos produtos</li> <li>• Redução dos custos de produção</li> <li>• Aumento da lucratividade da produção</li> </ul>
	<b>Ação 10:</b> Acessar linhas de crédito para investir em compra de equipamentos e insumos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimento em aquisição de equipamentos</li> </ul>
	<b>Ação 11:</b> Propiciar condições para que haja inclusão digital do artesão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inclusão digital dos artesãos</li> <li>• Divulgação dos produtos artesanais da região no meio virtual</li> </ul>

(Continua)

Quadro 34. Síntese dos Entraves para a cadeia produtiva do artesanato

(Continuação)

Dimensão Tecnologia		
Entraves	Ações Propostas	Resultados Esperados
Produto com acabamento precário e sem diferenciação	<b>Ação 12:</b> Investir na identidade visual dos produtos e dos locais de exposição (logomarca, etiqueta, embalagem, web design, material impresso e audiovisual etc)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhoria da qualidade dos produtos</li> <li>Produtos mais atrativos</li> </ul>
	<b>Ação 13:</b> Criar marca, melhorar o acabamento dos produtos e a qualidade da matéria prima	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhoria da qualidade dos produtos</li> <li>Melhor inserção no mercado</li> </ul>
	<b>Ação 14:</b> Firmar parcerias com instituições como SEBRAE e SENAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>Maior número de artesãos capacitados</li> <li>Disponibilidade de mão de obra qualificada</li> </ul>
Distanciamento da identidade regional	<b>Ação 15:</b> Contratar um designer para explorar a identidade regional dos produtos, promovendo sua diversificação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhoria no designer dos produtos</li> <li>Melhor inserção dos produtos no mercado</li> </ul>
	<b>Ação 16:</b> Incorporar informações de moda nos produtos, com criação de coleções	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento de uma marca regional de visibilidade</li> </ul>
Dimensão Estrutura de Mercado		
Entraves	Ações Propostas	Resultados Esperados
Pouco espaço para comercialização	<b>Ação 17:</b> Ampliar o mercado consumidor por meio da promoção da participação dos artesãos em feiras e eventos regionais, estaduais e nacionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento no volume de vendas</li> <li>Fidelização de clientes</li> <li>Aumento da renda dos artesãos</li> </ul>
	<b>Ação 18:</b> Estabelecer parcerias com grandes redes ou fábricas (móveis, alimentos, etc.) para incorporar o artesanato à atividade destas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliação dos espaços para comercialização dos produtos</li> <li>Aumento no volume de vendas</li> </ul>
	<b>Ação 19:</b> Firmar parcerias com outras instituições: ONG's, cooperativas e associações e programas de responsabilidade social de indústrias	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliação dos espaços para comercialização dos produtos</li> <li>Aumento no volume de vendas</li> </ul>
Preço baixo e poucas vendas: faltam cursos sobre precificação	<b>Ação 20:</b> Fornecer assistência técnica: oferecimento de cursos sobre design de produto, moda, associativismo, precificação, comercialização e outros	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhoria da qualidade dos produtos</li> <li>Estabelecimento de preços competitivos</li> </ul>
Falta de incentivo para expandir os negócios	<b>Ação 21:</b> Investir em certificação para facilitar a comercialização e exportação dos produtos artesanais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Expansão dos negócios por meio da exportação</li> <li>Ampliação do mercado consumidor</li> </ul>
Dimensão Coordenação-Relação entre os Elos da Cadeia		
Entraves	Ações Propostas	Resultados Esperados
O Trabalho em sua maioria é informal	<b>Ação 22:</b> Formalizar a atividade como microempreendedor	<ul style="list-style-type: none"> <li>Formalização da atividade</li> </ul>
Produto de baixa competitividade	<b>Ação 23:</b> Providenciar condições para emitir notas fiscais e vender os produtos utilizando cartão de crédito	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento no volume de vendas</li> </ul>
	<b>Ação 24:</b> Incentivar o associativismo e cooperativismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Redução dos custos de produção</li> <li>Inserção dos produtos artesanais em feiras de maior abrangência (Nacional e internacional)</li> <li>Captação de recursos advindos de programas e projetos governamentais</li> </ul>
Falta articulação dos agentes da cadeia: produtores, SEBRAE, SENAR	<b>Ação 25:</b> Incentivar o trabalho conjunto das instituições envolvidas com o fomento do artesanato	<ul style="list-style-type: none"> <li>Trabalhos realizados de forma articulada, envolvendo os vários agentes da cadeia produtiva</li> <li>Construção de um plano de desenvolvimento regional</li> </ul>
Dimensão Insumos		
Entraves	Ações Propostas	Resultados Esperados
Falta de recursos para adquirir materiais para agregar valor ao produto	<b>Ação 26:</b> Acessar políticas de crédito	<ul style="list-style-type: none"> <li>Maior disponibilidade de recursos para investimento nas atividades artesanais</li> </ul>
	<b>Ação 27:</b> Submeter projetos a editais específicos do governo federal para artesanato	
	<b>Ação 28:</b> Estabelecimento de parcerias com empresas e ONG's	
Utilização de materiais de má qualidade	<b>Ação 29:</b> Disponibilizar assistência técnica aos artesãos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhora da qualidade da matéria prima utilizada</li> <li>Melhoria da qualidade dos produtos</li> <li>Aumento da competitividade do artesanato da região</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

Com o intuito de complementar a análise, o Quadro 35, tem o propósito de apresentar uma síntese geral das principais oportunidades identificadas para a cadeia produtiva do artesanato, as ações propostas para maximizar cada uma destas potencialidades e os resultados esperados a partir do estabelecimento das ações.

Com o intuito de complementar a análise, o Quadro 36, tem o propósito de apresentar uma síntese geral das principais oportunidades identificadas para a cadeia produtiva do artesanato, as ações propostas para maximizar cada uma destas potencialidades e os resultados esperados a partir do estabelecimento das ações.

**Quadro 35. Síntese das Potencialidades para a cadeia produtiva do artesanato**

Dimensão Ambiente Institucional		
Potencialidades	Ações Propostas	Resultados Esperados
Existência de programas de incentivo ao artesanato, como o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) e o Programa SEBRAE de Artesanato	<p><b>Ação 30:</b> Capacitar os artesãos quanto à existência e formas de acesso aos programas de incentivo a atividade artesanal</p> <p><b>Ação 31:</b> Motivar a participação democrática dos artesãos na elaboração e gestão de projetos, bem como no acesso a programas e políticas públicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento do número de artesãos que possui acesso às políticas e programas de incentivo ao artesanato</li> <li>• Maior facilidade de acesso às políticas públicas</li> </ul>
Existência de Linhas de crédito: Pronaf C, D, E e Programa Caixa de Apoio ao Artesanato Brasileiro	<b>Ação 32:</b> Divulgar e capacitar os artesãos quanto à existência e formas de acesso às linhas de créditos e programas de incentivo a atividade artesanal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior facilidade de acesso ao crédito e aos programas de incentivo à atividade artesanal</li> </ul>
Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República (SMPE/PR)	<b>Ação 33:</b> Criar políticas de incentivo fiscal que devem beneficiar a produção, comercialização e divulgação do artesanato em eventos, publicações, etc.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento das atividades artesanais</li> <li>• Fortalecimento da cadeia produtiva do artesanato na região</li> </ul>
Alguns municípios contam com assistência técnica realizadas pelo SEBRAE, SENAR e EMATER	<b>Ação 34:</b> Incentivar a ampliação das ações aos demais municípios da região para a prestação de assistência técnica e realização de cursos e capacitações	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilidade de mão de obra qualificada</li> <li>• Melhoria da qualidade dos produtos</li> </ul>
Presença dos Pontos de Cultura e do Centro de Pesquisa e Promoção Cultural da Zona da Mata	<p><b>Ação 35:</b> Submeter projetos a editais específicos de incentivo às atividades artesanais</p> <p><b>Ação 36:</b> Elaborar estratégias de ação para o desenvolvimento das atividades artesanais nos municípios</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Captação de recursos para investir na capacitação da mão de obra e em melhoria das técnicas empregadas no artesanato</li> <li>• Desenvolvimento das atividades artesanais nos municípios</li> </ul>
Dimensão Estrutura de Mercado		
Potencialidades	Ações Propostas	Resultados Esperados
Alguns municípios comercializam o artesanato em feiras nacionais, regionais e locais	<b>Ação 37:</b> Buscar apoio do PAB para organização de feiras em nível regional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior divulgação dos produtos</li> </ul>
Potencial de crescimento do artesanato na região	<p><b>Ação 38:</b> Criar estratégias para potencializar a comercialização do artesanato: vinculação do artesanato com os produtos industriais e o fluxo turístico</p> <p><b>Ação 39:</b> Incentivar a realização de festividades, feiras e eventos locais</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescimento das atividades artesanais nos municípios</li> <li>• Atrair para os municípios mercado consumidor do artesanato</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

**Quadro 36. Ações Propostas para a cadeia produtiva do artesanato e agentes responsáveis**

Ações	Agentes
<b>Ação 1:</b> Divulgar e capacitar os artesãos quanto à existência e formas de acesso às linhas de créditos e programas de incentivo a atividade artesanal	Associação/Cooperativa, Prefeitura (Secretárias da cultura) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER - MG), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
<b>Ação 2:</b> Promover ações de divulgação das políticas públicas e formas de acessá-las	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Prefeitura, ONG's e lideranças locais
<b>Ação 3:</b> Fornecimento de subsídios para a divulgação do artesanato como patrimônio cultural	
<b>Ação 4:</b> Criar sites de divulgação dos produtos artesanais	
<b>Ação 5:</b> Estimular a participação dos artesãos em feiras e eventos	Governos Municipais

(Continua)



Quadro 36. Ações Propostas para a cadeia produtiva do artesanato e agentes responsáveis (Continuação)

Ações	Agentes
<b>Ação 6:</b> Promover cursos de capacitação: moda, qualidade do produto, precificação e outros	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Prefeitura, ONG's e lideranças locais
<b>Ação 7:</b> Capacitar gestores e lideranças municipais quanto ao acesso aos programas governamentais de incentivo ao artesanato e a cultura	Governos Municipais, Estadual e Federal, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), ONG's e lideranças locais
<b>Ação 8:</b> Oferecer cursos de capacitação	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Prefeitura, ONG's e lideranças locais
<b>Ação 9:</b> Investir em aquisição de equipamentos e insumos que possibilitem diversificar a produção	Artesãos e lideranças locais
<b>Ação 10:</b> Acessar linhas de crédito para investir em compra de equipamentos e insumos	
<b>Ação 11:</b> Propiciar condições para que haja inclusão digital do artesão	Governos Municipais, Estadual e Federal
<b>Ação 12:</b> Investir na identidade visual dos produtos e dos locais de exposição (logomarca, etiqueta, embalagem, web design, material impresso e audiovisual etc)	Governos Municipais e artesãos
<b>Ação 13:</b> Criar marca, melhorar o acabamento dos produtos e a qualidade da matéria prima	
<b>Ação 14:</b> Firmar parcerias com instituições como SEBRAE e SENAR	
<b>Ação 15:</b> Contratar um designer para explorar a identidade regional dos produtos, promovendo sua diversificação	
<b>Ação 16:</b> Incorporar informações de moda nos produtos, com criação de coleções	Governos Municipais, Estadual e Federal
<b>Ação 17:</b> Ampliar o mercado consumidor por meio da promoção da participação dos artesãos em feiras e eventos regionais, estaduais e nacionais	
<b>Ação 18:</b> Estabelecer parcerias com grandes redes ou fábricas (móveis, alimentos, etc.) para incorporar o artesanato à atividade destas	
<b>Ação 19:</b> Firmar parcerias com outras instituições: ONG's, cooperativas e associações e programas de responsabilidade social de indústrias	Governos Municipais e artesãos
<b>Ação 20:</b> Fornecer assistência técnica: oferecimento de cursos sobre design de produto, moda, associativismo, precificação, comercialização e outros	Governos Municipais, Estadual e Federal, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), ONG's e lideranças locais
<b>Ação 21:</b> Investir em certificação para facilitar a comercialização e exportação dos produtos artesanais	Governos Municipais e artesãos
<b>Ação 22:</b> Formalizar a atividade como microempreendedor	Governos Municipais, Estadual e Federal, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e lideranças locais
<b>Ação 23:</b> Providenciar condições para emitir notas fiscais e vender os produtos utilizando cartão de crédito	Governos Municipais, Estadual e Federal, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
<b>Ação 24:</b> Incentivar o associativismo e cooperativismo	Governos Municipais, Estadual e Federal
<b>Ação 25:</b> Incentivar o trabalho conjunto das instituições envolvidas com o fomento do artesanato	
<b>Ação 26:</b> Acessar políticas de crédito	Artesãos e Agentes Financeiros
<b>Ação 27:</b> Submeter projetos a editais específicos do governo federal para artesanato	Governos Municipais e Estadual
<b>Ação 28:</b> Estabelecimento de parcerias com empresas e ONG's	Artesãos
<b>Ação 29:</b> Disponibilizar assistência técnica os artesãos	Governos Municipais
<b>Ação 30:</b> Capacitar os artesãos quanto à existência e formas de acesso aos programas de incentivo a atividade artesanal	Governos Municipais, Estadual e Federal, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e lideranças locais
<b>Ação 31:</b> Motivar a participação democrática dos artesãos na elaboração e gestão de projetos, bem como no acesso a programas e políticas públicas	

(Continua)

**Quadro 36. Ações Propostas para a cadeia produtiva do artesanato e agentes responsáveis (Conclusão)**

Ações	Agentes
<b>Ação 32:</b> Divulgar e capacitar os artesãos quanto à existência e formas de acesso às linhas de créditos e programas de incentivo a atividade artesanal	Governos Municipais, Estadual e Federal, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), lideranças locais e Agentes Financeiros
<b>Ação 33:</b> Criar políticas de incentivo fiscal que devem beneficiar a produção, comercialização e divulgação do artesanato em eventos, publicações, etc.	Governos Municipais, Estadual e Federal
<b>Ação 34:</b> Incentivar a ampliação das ações aos demais municípios da região para a prestação de assistência técnica e realização de cursos e capacitações	Governos Municipais, Estadual e Federal, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)
<b>Ação 35:</b> Submeter projetos a editais específicos de incentivo às atividades artesanais	Governos Municipais e Artesãos
<b>Ação 36:</b> Elaborar estratégias de ação para o desenvolvimento das atividades artesanais nos municípios	Governos Municipais
<b>Ação 37:</b> Buscar apoio do PAB para organização de feiras em nível regional	Governos Municipais e Estadual
<b>Ação 38:</b> Criar estratégias para potencializar a comercialização do artesanato: vinculação do artesanato com os produtos industriais e o fluxo turístico	Governos Municipais e Artesãos
<b>Ação 39:</b> Incentivar a realização de festividades, feiras e eventos locais	Governos Municipais e lideranças locais

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

## 10. Cadeia do Turismo

O turismo tem se apresentado como importante atividade para a economia brasileira. Estima-se que, em 2012, o setor representou 8,9% do PIB Nacional e gerou 8,1% dos empregos do país. O setor turístico abriga em sua cadeia produtiva aproximadamente “90% de micro e pequenas empresas, sendo que somente as agências de viagem movimentam mais de R\$ 60 bilhões por ano no Brasil”<sup>5</sup>. Minas Gerais tem se destacado como o 2º estado do Brasil com maior número de municípios com potencial turístico. Em relação ao fluxo de turistas do país, o estado recebe 10% do turismo doméstico e 6% do turismo internacional<sup>6</sup>.

Na cadeia produtiva do turismo na região do PEDET há uma grande diversidade de segmentos turísticos: lazer, aventura, negócios, cultural, científico, entre outros. A cadeia principal converge, segundo o SEBRAE, para atividades classificadas como alojamento e alimentação, que são “articuladas e alimentadas pela infraestrutura turística, pelas agências receptivas e operadoras de viagens e pelos organizadores de eventos”. Já a comercialização “é resultado de atividades de promoção e marketing”.

No Quadro 37 estão expostos os entraves, as ações propostas e os resultados esperados para a cadeia produtiva do turismo.

**Quadro 37. Síntese dos Entraves para a cadeia produtiva do turismo**

Dimensão Ambiente institucional		
Entraves	Ações Propostas	Resultados Esperados
Falta conhecimento das políticas e programas de apoio ao turismo, bem como das linhas de crédito disponíveis	<p><b>Ação 1:</b> Realizar cursos, oficinas e palestras de divulgação das políticas e linhas de crédito</p> <p><b>Ação 2:</b> Capacitar os agentes da cadeia quanto ao acesso às linhas de crédito e políticas públicas</p> <p><b>Ação 3:</b> Capacitar gestores municipais, lideranças locais e instituições do setor sobre as formas de acesso as políticas públicas de incentivo ao turismo</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Facilidade no acesso as políticas públicas e ao crédito</li> <li>Desenvolvimento do turismo na região do PEDET</li> </ul>
Dimensão Infraestrutura		
Entraves	Ações Propostas	Resultados Esperados
Baixo número de estabelecimentos para refeições e hospedagem	<b>Ação 4:</b> Incentivar a instalação e criação de novos empreendimentos nos ramos de alimentação e hotelaria	<ul style="list-style-type: none"> <li>Oferecimento de infraestrutura adequada para atender a demanda turística</li> </ul>

(Continua)

Quadro 37. Síntese dos Entraves para a cadeia produtiva do turismo

(Conclusão)

Dimensão Infraestrutura		
Entraves	Ações Propostas	Resultados Esperados
Poucos agentes de turismo	<b>Ação 5:</b> Capacitar agentes de turismo e atrair novos profissionais do ramo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Disponibilidade de mão de obra qualificada</li> <li>Facilidade de divulgação dos roteiros turísticos da região</li> </ul>
Alto índice de violência nas festividades dos municípios	<b>Ação 6:</b> Ampliar o policiamento nas festividades	<ul style="list-style-type: none"> <li>Diminuição da violência nas festividades</li> <li>Atração de públicos maiores</li> </ul>
Faltam espaços para realização de eventos	<b>Ação 7:</b> Construir centros de convenções ou áreas comuns <b>Ação 8:</b> Investir em melhoria na infraestrutura dos espaços existentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de espaços adequados destinados para eventos nos municípios</li> <li>Melhoria na infraestrutura dos parques de exposição e espaços para eventos</li> <li>Atração de maior público nas festividades</li> </ul>
Dimensão Estrutura de Mercado		
Entraves	Ações Propostas	Resultados Esperados
Muitos empreendimentos não investem em sites e outras formas de divulgação	<b>Ação 9:</b> Investir em sites de divulgação e em outros meios de comunicação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Maior divulgação dos produtos</li> <li>Diversificação das estratégias de divulgação dos pontos turísticos</li> </ul>
Falta informação referente aos tipos de turismo que podem ser desenvolvidos nos municípios	<b>Ação 10:</b> Realizar estudos de viabilidade de implantação do turismo de aventura e turismo rural	<ul style="list-style-type: none"> <li>Diversificação da oferta turística nos municípios</li> </ul>
Apesar da diversidade de opções turísticas seu potencial é pouco explorado. Alguns municípios têm potencial para a exploração do turismo de aventura, porém não foi efetivado	<b>Ação 11:</b> Investimento municipal no potencial turístico dos municípios	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atração de turistas para os municípios</li> <li>Aumento da renda dos empreendedores da região</li> </ul>
Em muitos municípios não há eventos culturais, festas, feiras e encontros	<b>Ação 12:</b> Incentivar a realização de eventos, festas e feiras <b>Ação 13:</b> Ampliar as opções de lazer aos jovens	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atração de turistas para os municípios</li> <li>Fixação dos jovens nos municípios</li> </ul>
Alguns eventos tradicionais não tiveram continuidade por falta de incentivo e apoio da prefeitura	<b>Ação 14:</b> Incentivar as manifestações culturais <b>Ação 15:</b> Realizar trabalho de valorização da identidade e da cultura nos municípios	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resgate de eventos e festas tradicionais</li> <li>Resgate de eventos e festas tradicionais</li> </ul>
Dimensão Coordenação-Relação entre os Elos da Cadeia		
Entraves	Ações Propostas	Resultados Esperados
As ações dos agentes da cadeia do turismo são isoladas, o que enfraquece os grupos	<b>Ação 16:</b> Incentivar o estabelecimento de parcerias entre os agentes da cadeia visando ações coordenadas <b>Ação 17:</b> Montar roteiros turísticos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecimento da cadeia produtiva do turismo</li> </ul>
Falta maior divulgação dos pontos turísticos	<b>Ação 18:</b> Fazer divulgações de calendário de festividades dos municípios de forma integrada, dentro e fora da região <b>Ação 19:</b> Divulgar os roteiros turísticos em sites	<ul style="list-style-type: none"> <li>Maior divulgação dos pontos turísticos</li> <li>Atração de mais turistas para a região</li> <li>Fortalecimento da cadeia produtiva do turismo</li> </ul>
Falta de conhecimento do potencial turístico do município por parte dos moradores, o que prejudica o sentimento de pertencimento e identidade com o local	<b>Ação 20:</b> Divulgar o potencial turístico dentro do município <b>Ação 21:</b> Incentivar a exploração do potencial turístico municipal	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de empreendimentos turísticos</li> <li>Aumento do número de pessoas da própria região usufruindo dos serviços de turismo local</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

Com o intuito de complementar a análise, o Quadro 38, tem o propósito de apresentar uma síntese geral das principais oportunidades identificadas para a cadeia produtiva do turismo, as ações propostas para maximizar cada uma destas potencialidades e os resultados esperados a partir do estabelecimento das ações.

No Quadro 39, a seguir, é apresentado as ações agrupadas de acordo com os agentes que tem capacidade para contribuir na execução das ações propostas, visando o desenvolvimento da cadeia produtiva da avicultura de corte na região do PEDET.

Quadro 38. Síntese das Potencialidades para a cadeia produtiva do turismo

Dimensão Ambiente institucional		
Potencialidades	Ações Propostas	Resultados Esperados
Existência de Legislação e Políticas Públicas na área do turismo	<b>Ação 22:</b> Realizar cursos, oficinas e palestras de divulgação das políticas e linhas de crédito e capacitação dos agentes da cadeia quanto ao acesso às linhas de crédito e políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Facilidade no acesso as políticas públicas e ao crédito</li> <li>Aumento no acesso a políticas públicas e ao crédito</li> </ul>
Existência de Instituições públicas e privadas de apoio: EMATER, SENAR, SEBRAE	<b>Ação 23:</b> Capacitar gestores municipais e instituições do setor sobre as formas de acesso as políticas públicas de incentivo ao turismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Facilidade no acesso às políticas públicas</li> </ul>
Linhas de Crédito disponíveis como o PRONAF C, D, E	<b>Ação 24:</b> Ampliar os municípios atendidos pelo SEBRAE, SENAR E EMATER <b>Ação 25:</b> Ampliar o acesso a assistência técnica	<ul style="list-style-type: none"> <li>Oferecimento de capacitações e prestação de assistência técnica</li> <li>Disponibilidade de mão de obra qualificada</li> </ul>
Alguns municípios recebem o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)-Turístico	<b>Ação 26:</b> Prestar assistência técnica quanto às linhas de crédito disponíveis para o turismo e as formas de acessá-las	<ul style="list-style-type: none"> <li>Facilidade no acesso ao crédito</li> <li>Capitalização dos artesãos da região</li> </ul>
Cartilhas: “Orientações para o Planejamento e Gestão Municipal do Turismo em Minas Gerais”	<b>Ação 27:</b> Incentivar os municípios que ainda não foram contemplados com o ICMS- Turístico a propor ações para se enquadrarem nas exigências para aquisição do benefício <b>Ação 28:</b> Divulgar entre as lideranças municipais a existência de cartilhas com orientações para planejamento do turismo nos municípios	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliação do número de municípios da região do PEDET contemplados com o ICMS- Turístico</li> <li>Maior organização da atividade turística nos municípios</li> </ul>
Dimensão Infraestrutura		
Potencialidades	Ações Propostas	Resultados Esperados
Diversidade de pontos turísticos: Cachoeiras, lagoas, represas, picos, montanhas, monumentos, estação ferroviária, igrejas, fatos históricos, personagens ilustres, fazendas, sítios, chácaras, hotéis fazendas, Pesque-e-pague, etc	<b>Ação 29:</b> Incentivar a prática de variados tipos de turismo: turismo rural, turismo de aventura, turismo religioso, etc	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar o fluxo de turistas nos municípios</li> <li>Aumento da renda dos empreendedores do ramo de turismo</li> </ul>
Existência de Parques Estaduais na região do PEDET: Parque Estadual Serra do Brigadeiro, Parque Estadual do Itacolomi	<b>Ação 30:</b> Investir na melhoria das estradas de acesso aos parques <b>Ação 31:</b> Investir em mais áreas de campi, locais para alimentação, banheiros, coleta seletiva de lixo, etc	<ul style="list-style-type: none"> <li>Facilidade no acesso aos parques</li> <li>Melhoria da infraestrutura turística dos parques</li> </ul>
Estudo de viabilidade de implantação de Trem Turístico: “Trem da Serra de Minas”	<b>Ação 32:</b> Ampliar a divulgação dos roteiros turísticos <b>Ação 33:</b> Incentivar o turismo de base comunitária nas comunidades do entorno dos parques	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atração de turistas</li> <li>Ampliação de opções de tipos de turismo oferecidos aos turistas</li> </ul>
	<b>Ação 34:</b> Promover estudos para ampliar os municípios beneficiados	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atração de turistas para a região</li> </ul>
Dimensão Estrutura de Mercado		
Potencialidades	Ações Propostas	Resultados Esperados
Existência de sites onde são divulgados os roteiros turísticos dos circuitos e parques	<b>Ação 35:</b> Ampliar a divulgação, através das redes virtuais, das festividades, roteiros e pontos turísticos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliação de divulgação dos roteiros turísticos</li> </ul>
Diversidade de opções turísticas: turismo de aventura, turismo rural, turismo de base comunitária (TBC), turismo ecológico, turismo religioso, etc	<b>Ação 36:</b> Investir em infraestrutura para receber os turistas com restaurantes, estradas bem cuidadas, pousadas, coleta seletiva de lixo, etc	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhoria da infraestrutura turística</li> <li>Oferecimento de roteiros mais atrativos para os turistas</li> </ul>

(Continua)

Quadro 38. Síntese das Potencialidades para a cadeia produtiva do turismo

(Conclusão)

Dimensão Estrutura de Mercado		
Potencialidades	Ações Propostas	Resultados Esperados
Diversidade de Festividades: Festas cívicas, carnaval, festas religiosas, festas rurais (Festa do Café, Festa do Café com leite, Torneio Leiteiro, etc.)	<b>Ação 37:</b> Ampliar o número de festividades durante o ano	<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantia de fluxo turístico durante todo o ano</li> </ul>
Dimensão Coordenação-Relação entre os Elos da Cadeia		
Potencialidades	Ações Propostas	Resultados Esperados
Ações executadas pelas associações dos circuitos turísticos	<b>Ação 38:</b> Promover ações para estruturação de roteiros turísticos nos municípios <b>Ação 39:</b> Realizar de curso de capacitação em hotelaria e hospedagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliação da oferta de roteiros turísticos na região</li> <li>Melhoria dos serviços de hotelaria e hospedagem</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

Quadro 39. Ações Propostas para a cadeia produtiva do turismo e agentes responsáveis

Ações	Agentes
<b>Ação 1:</b> Realizar cursos, oficinas e palestras de divulgação das políticas e linhas de crédito	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Governos Municipais (Secretaria da Cultura), ONG's e Instituições de ensino superior
<b>Ação 2:</b> Capacitar os agentes da cadeia quanto ao acesso às linhas de crédito e políticas públicas	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Governos Municipais (Secretaria da Cultura), Instituições de ensino superior e Agentes Financeiros
<b>Ação 3:</b> Capacitar gestores municipais, lideranças locais e instituições do setor sobre as formas de acesso as políticas públicas de incentivo ao turismo	Governos Municipais, Estadual e Federal, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Instituições de ensino superior e Agentes Financeiros
<b>Ação 4:</b> Incentivar a instalação e criação de novos empreendimentos nos ramos de alimentação e hotelaria	Governos Municipais, Estadual e Federal
<b>Ação 5:</b> Capacitar agentes de turismo e atrair novos profissionais do ramo	Governos Municipais, Estadual e Federal, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Instituições de ensino superior
<b>Ação 6:</b> Ampliar o policiamento nas festividades	Governos Municipais, Estadual e Polícia Militar
<b>Ação 7:</b> Construir centros de convenções ou áreas comuns <b>Ação 8:</b> Investir em melhoria na infraestrutura dos espaços existentes	Governos Municipais e Estadual
<b>Ação 9:</b> Investir em sites de divulgação e em outros meios de comunicação	Governos Municipais e empresários do ramo
<b>Ação 10:</b> Realizar estudos de viabilidade de implantação do turismo de aventura e turismo rural	Governos Municipais, Estadual e Federal
<b>Ação 11:</b> Investimento municipal no potencial turístico dos municípios	Governos Municipais
<b>Ação 12:</b> Incentivar a realização de eventos, festas e feiras <b>Ação 13:</b> Ampliar as opções de lazer aos jovens <b>Ação 14:</b> Incentivar as manifestações culturais <b>Ação 15:</b> Realizar trabalho de valorização da identidade e da cultura nos municípios	Governos Municipais, Estadual e Federal
<b>Ação 16:</b> Incentivar o estabelecimento de parcerias entre os agentes da cadeia visando ações coordenadas	Governos Municipais, Estadual e Federal, iniciativa privada, estabelecimentos comerciais, estabelecimentos hoteleiros e estabelecimentos de alimentação

(Continua)

Quadro 39. Ações Propostas para a cadeia produtiva do turismo e agentes responsáveis (Conclusão)

Ações	Agentes
<p><b>Ação 17:</b> Montar roteiros turísticos</p> <p><b>Ação 18:</b> Fazer divulgações de calendário de festividades dos municípios de forma integrada, dentro e fora da região</p> <p><b>Ação 19:</b> Divulgar os roteiros turísticos em sites</p> <p><b>Ação 20:</b> Divulgar o potencial turístico dentro do município</p>	Governos Municipais e empresários do ramo
<p><b>Ação 21:</b> Incentivar a exploração do potencial turístico municipal</p>	Governos Municipais, Estadual e Federal e empresários do ramo
<p><b>Ação 22:</b> Realizar cursos, oficinas e palestras de divulgação das políticas e linhas de crédito e capacitação dos agentes da cadeia quanto ao acesso às linhas de crédito e políticas públicas</p> <p><b>Ação 23:</b> Capacitar gestores municipais e instituições do setor sobre as formas de acesso as políticas públicas de incentivo ao turismo</p>	Governos Municipais, Estadual e Federal, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Instituições de ensino superior e Agentes Financeiros
<p><b>Ação 24:</b> Ampliar os municípios atendidos pelo SEBRAE, SENAR e EMATER</p>	Governos Municipais, Estadual e Federal
<p><b>Ação 25:</b> Ampliar o acesso a assistência técnica</p>	Governos Municipais, Estadual e Federal e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG)
<p><b>Ação 26:</b> Prestar assistência técnica quanto às linhas de crédito disponíveis para o turismo e as formas de acessá-las</p>	Governos Municipais, Estadual e Federal e Agentes Financeiros
<p><b>Ação 27:</b> Incentivar os municípios que ainda não foram contemplados com o ICMS- Turístico a propor ações para se enquadrarem nas exigências para aquisição do benefício</p>	Governos Municipais
<p><b>Ação 28:</b> Divulgar entre as lideranças municipais a existência de cartilhas com orientações para planejamento do turismo nos municípios</p>	Governos Municipais, associações de municípios e líderes locais
<p><b>Ação 29:</b> Incentivar a prática de variados tipos de turismo: turismo rural, turismo de aventura, turismo religioso, etc.</p>	Governos Municipais, Estadual e Federal, associações de municípios, líderes locais e empresários do ramo
<p><b>Ação 30:</b> Investir na melhoria das estradas de acesso aos parques</p>	Governos Municipais, Estadual e Federal
<p><b>Ação 31:</b> Investir em mais áreas de campi, locais para alimentação, banheiros, coleta seletiva de lixo, etc</p>	Empresários do ramo
<p><b>Ação 32:</b> Ampliar a divulgação dos roteiros turísticos</p>	Governos Municipais, Estadual e Federal, associações de municípios, líderes locais e empresários do ramo
<p><b>Ação 33:</b> Incentivar o turismo de base comunitária nas comunidades do entorno dos parques</p> <p><b>Ação 34:</b> Promover estudos para ampliar os municípios beneficiados</p>	Governos Municipais, Estadual e Federal
<p><b>Ação 35:</b> Ampliar a divulgação, através das redes virtuais, das festividades, roteiros e pontos turísticos</p> <p><b>Ação 36:</b> Investir em infraestrutura para receber os turistas com restaurantes, estradas bem cuidadas, pousadas, coleta seletiva de lixo, etc</p> <p><b>Ação 37:</b> Ampliar o número de festividades durante o ano</p> <p><b>Ação 38:</b> Promover ações para estruturação de roteiros turísticos nos municípios</p>	Governos Municipais, Estadual e Federal, associações de municípios, líderes locais e empresários do ramo
<p><b>Ação 39:</b> Realizar de curso de capacitação em hotelaria e hospedagem</p>	Governos Municipais, Estadual e Federal, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Instituições de ensino superior

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

Existem entraves e potencialidades que tangenciam as ações de todas as cadeias produtivas presentes na região. Deste modo, no Quadro 40

estão apresentados os entraves, as ações propostas e os resultados esperados comuns a todas as cadeias produtivas citadas.

Quadro 40 - Entraves comuns a todas as cadeias produtivas

Dimensão Ambiente Institucional		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Obstáculos para acesso a linhas de créditos	<p><b>Ação 1:</b> Disponibilizar profissionais especializados para dar suporte à obtenção de crédito</p> <p><b>Ação 2:</b> Apoiar a ampliação da CRESOL BASER (Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da produção</li> <li>• Melhora dos indicadores de produtividade</li> <li>• Redução de custos</li> <li>• Elevação da renda</li> </ul>
Dimensão Tecnologia		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Baixa integração dos agentes envolvidos em uma mesma cadeia produtiva em torno de projetos de inovação tecnológica	<b>Ação 3:</b> Estimular ações conjuntas de pesquisa, desenvolvimento e inovação, entre os vários agentes presentes na região do PEDET	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Viabilização de projetos para um futuro polo de desenvolvimento tecnológico</li> </ul>
Dimensão Estrutura de Mercado		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Falta de incentivos para a atração de novas agroindústrias e para a manutenção das já existentes	<b>Ação 4:</b> Impulsionar a implantação e fixação das agroindústrias por meio de incentivos fiscais, programas públicos, entre outras ações	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Geração de emprego e renda</li> </ul>
Dimensão Gestão		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Gestão da atividade produtiva deficitária	<p><b>Ação 5:</b> Difundir a importância da gestão da produção agropecuária</p> <p><b>Ação 6:</b> Disponibilizar capacitação aos produtores rurais e microempreendedores</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria na gestão da produção agropecuária</li> </ul>
Dimensão Infraestrutura		
Entraves	Ações Propositivas	Resultados Esperados
Má conservação das rodovias e das estradas rurais	<p><b>Ação 7:</b> Desenvolver programas de manutenção e melhoria de estradas, que promovam ações diversas como alargamento, cascalho, sinalização e asfaltamento</p> <p><b>Ação 8:</b> Avaliar a possibilidade de estruturação do modal ferroviário para escoar a produção regional</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria no escoamento da produção</li> <li>• Redução dos custos de produção</li> </ul>
Dificuldade de comunicação na zona rural	<b>Ação 9:</b> Melhorar a qualidade do sinal de telefonia e internet na zona rural	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de negociações via telefone</li> <li>• Capacitação dos produtores por meio de cursos online</li> </ul>
Inexistência de agências bancárias em alguns municípios	<b>Ação 10:</b> Incentivar sistemas que permitam viabilizar a gestão financeira, aproximando entidades financeiras	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior controle por parte dos produtores de suas obrigações financeiras</li> <li>• Menor desperdício de tempo com deslocamento para municípios com agências bancárias</li> </ul>
Inexistência de tecnologia de informação que apoie as ações do campo	<b>Ação 11:</b> Desenvolver sistemas de gestão de compra coletiva e de informações via celulares	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantia de maior acesso a informações que beneficiem o produtor e a sua atividade como um todo</li> </ul>
Escassez de energia elétrica em localidades rurais	<b>Ação 12:</b> Ampliar a extensão da energia elétrica e o número de transformadores nos municípios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Permite a instalação de pequenas agroindústrias de agricultores familiares</li> <li>• Melhoria do manejo da produção</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

É possível observar que os maiores entraves estão relacionados a infraestrutura dos municípios em estudo. Os resultados apresentados corroboram com a discussão pleiteada no terceiro capítulo deste documento. Investimentos maciços no que diz respeito a infraestrutura da região devem ser realizados para que as atividades agropecuárias prosperem e contribuam para o desenvolvimento econômico local.

Não obstante, foi identificada uma potencialidade comum todas as cadeias produtivas da região (Quadro 41).

A presença de instituições de ensino é um fator fortalecedor da atividade agrícola na região. Para que os resultados esperados sejam alcançados é preciso que essa potencialidade seja explorada. Os agentes que tem capacidade para

contribuir na execução das ações propostas estão dispostos no Quadro 42.

O fortalecimento do setor agrícola é imprescindível para se alcançar o desenvolvimento econômico local. Para tanto, os entraves deverão ser

superadas por meio de uma ação conjunta de todos os agentes que atuam direta ou indiretamente com o setor. Na mesma vertente, as potencialidades deverão ser maximizadas com o intuito de ser alcançados bons resultados.

**Quadro 41. Potencialidade comum a todas as cadeias produtivas**

Potencialidade	Dimensão Infraestrutura Ação Proposta	Resultados Esperados
Presença de 2 universidades federais e de 7 faculdades privadas no Território	<b>Ação 13:</b> Estabelecer ações de incentivo a educação e treinamento, por meio de cursos técnicos de cursos de curta duração para todos os agentes das cadeias produtivas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Disponibilidade de mão de obra qualificada</li> <li>Melhoria do manejo da produção</li> <li>Melhoria da competitividade do setor agrícola na região</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

**Quadro 42. Ações Propostas comuns as cadeias produtivas e agentes responsáveis**

Ações	Agentes
<b>Ação 1:</b> Disponibilizar profissionais especializados para dar suporte à obtenção de crédito	Governos Municipais, Estadual e Federal, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Instituições de ensino superior e Agentes Financeiros
<b>Ação 2:</b> Apoiar a ampliação da CRESOL BASER (Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária)	Banco do Brasil/BNDES e CRESOL em parceria com os Governos Municipais
<b>Ação 3:</b> Estimular ações conjuntas de pesquisa, desenvolvimento e inovação, entre os vários agentes presentes na região do PEDET	Governos Municipais, Estadual e Federal, lideranças locais e instituições de ensino
<b>Ação 4:</b> Impulsionar a implantação e fixação das agroindústrias por meio de incentivos fiscais, programas públicos, entre outras ações	Governos Municipais, Estadual e Federal
<b>Ação 5:</b> Difundir a importância da gestão da produção agropecuária	Governos Municipais, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Instituições de ensino
<b>Ação 6:</b> Disponibilizar capacitação aos produtores rurais e microempreendedores	Governos Municipais, Estadual e Federal e lideranças locais
<b>Ação 7:</b> Desenvolver programas de manutenção e melhoria de estradas, que promovam ações diversas como alargamento, cascalho, sinalização e asfaltamento	Governos Municipais, Estadual e Federal e Instituições de ensino, pesquisa e extensão
<b>Ação 8:</b> Avaliar a possibilidade de estruturação do modal ferroviário para escoar a produção regional	Governos Municipais, Estadual e Federal
<b>Ação 9:</b> Melhorar a qualidade do sinal de telefonia e internet na zona rural	Governos Municipais, Estadual e Federal e Agentes Financeiros
<b>Ação 10:</b> Incentivar sistemas que permitam viabilizar a gestão financeira, aproximando entidades financeiras	Produtores rurais, lideranças locais, associações, cooperativas e sindicatos rurais
<b>Ação 11:</b> Desenvolver sistemas de gestão de compra coletiva e de informações via celulares	Governos Municipais, Estadual e Federal
<b>Ação 12:</b> Ampliar a extensão da energia elétrica e o número de transformadores nos municípios	Governos Municipais, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Instituições de ensino
<b>Ação 13:</b> Estabelecer ações de incentivo a educação e treinamento, por meio de cursos técnicos de cursos de curta duração para todos os agentes das cadeias produtivas	

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Produto V.

**Notas:**

1. A empresa Equipe CPT de Cursos Presenciais pertence ao Grupo CPT, que é constituído de diversas empresas na área de educação. O Grupo trabalha com difusão de conhecimento há mais de 28 anos, tendo um universo de mais de 1,4 milhão de alunos. Sua sede é na cidade de Viçosa - MG.
2. Estimativa feita em setembro.
3. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE FLORESTAS PLANTADAS (ABRAF). Anuário estatístico ABRAF 2013, ano base 2012. Brasília, 2013.
4. Fonte: <http://g1.globo.com/economia/pme/noticia/2013/09/cursos-de-artesanato-ajudam-quem-quer-montar-pequeno-negocio.html>
5. SEBRAE. Retrato do Turismo Rural no Brasil com Foco nos Pequenos Negócios. Brasília, 2013, p.10. Disponível em: [http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/9e845a6d413535b25fd040f6c5ea079e/\\$File/5142.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/9e845a6d413535b25fd040f6c5ea079e/$File/5142.pdf)
6. Os dados que tivemos acesso foram de 2012. Entretanto, esses índices elevaram com a copa do mundo que aconteceu em 2014, pois Minas recebeu milhares de turistas nacionais e internacionais, já que vários jogos aconteceram em Belo Horizonte.



# Associações de municípios AMAPI e AMMAN

## Capítulo

# 5

*A Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Rio Piranga (AMAPI) e a Associação dos Municípios da Zona da Mata (AMMAN) têm por objetivo primordial a integração administrativa, econômica e social dos Municípios que as compõem, buscando a solução de problemas comuns nas áreas administrativa, econômica, social e físico-territorial dos municípios associados. A missão dessas associações de municípios é “fomentar o associativismo promovendo, coordenando e apoiando ações que visem ao desenvolvimento autossustentado e à inserção eficaz e definitiva de cada município no contexto de crescimento socioeconômico e cultural da região e do Estado.”<sup>1</sup> As áreas técnicas de sua atuação, conforme expresso no site da AMAPI, envolve: Assessoria Jurídica e Ambiental; Assessoria técnica (planos, programas e projetos de desenvolvimento); Capacitação de servidores públicos municipais; Central de informações; e, Outras atividades correlatas.*

## 1. Caracterização das associações dos municípios e suas atribuições

A AMAPI envolve 26 Municípios e a AMMAN 24 municípios. Juntas, essas associações agregam 50 municípios que totalizam mais de 400 mil habitantes. Ambas integram a Associação Mineira dos Municípios (AMM) e a Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

A região de abrangência da AMAPI e AMMAN, conforme apresentado no Produto I (Termo de Referência, 2013), teve um surto de desenvolvimento econômico, no final do século XIX, ligado à produção de café, que a tornava a região mais rica e próspera de Minas Gerais. Entretanto, a Grande Depressão de 1929, resultante da quebra da Bolsa de Valores de Nova York, e as condições adversas no cenário internacional a partir de 1930 desmoronou a política brasileira ancorada na comercialização do café, colocaram um fim a esse ciclo econômico.

Sem perspectivas de melhoria, os produtores da Zona da Mata mineira, em sua maioria, substituíram os cafezais pelas pastagens. Remanescentes dessa cultura permaneceram nas localidades onde havia condições propícias de altitude e clima. Em Ervália, por exemplo, a cultu-

ra do café sobreviveu e ganhou impulso a partir dos anos 1990, com incorporação de práticas mais tecnificadas de cultivo e com maior rentabilidade econômica.

Com a crise do café, a Zona da Mata deixou de ser agroexportadora e entrou em decadência econômica porque não conseguiu construir um eixo econômico alternativo e nenhuma atividade rural conseguiu se estabelecer de forma competitiva.

A cana de açúcar, que chegou a ter importância econômica nas imediações de Ponte Nova, também entrou em declínio a partir dos anos 1970, quando perdeu a competitividade para as lavouras de São Paulo. Atualmente, a cana de açúcar ainda persiste com importância econômica restrita a poucos municípios, principalmente em Urucânia, que conserva a única remanescente das grandes usinas da região. Recentemente, na Microrregião de Ponte Nova, se instalou um importante polo de suinocultura. Produtores de municípios, como São Miguel do Anta e Coimbra, dedicam-se à avicultura e outros, como Canaã, Coimbra, Viçosa e Porto Firme à fruticultura.

Em função da perda relativa da dinâmica econômica e dos problemas estruturais que enfrentam, esses municípios vêm sofrendo, nas últimas décadas, um processo contínuo de despovoamento, principalmente de jovens, que não veem pers-

pectivas de trabalho e renda. Soma-se a isso o alto índice de pobreza nesse conjunto de municípios. Nesse cenário, uma parcela significativa da população se mantém basicamente com recursos advindos dos programas de transferências de renda do governo federal, nas suas diversas modalidades.

A baixa perspectiva de desenvolvimento da região perpassa pela baixa qualidade das estradas, falta de assistência técnica, falta de mão de obra qualificada, problemas de saúde e educação, além de problemas ambientais. Adicionalmente tem-se o baixo protagonismo social de uma população que está acostumada ao assistencialismo e que não é motivada e buscar formas de articulação em busca de solução para os problemas que as acometem. Diante do somatório de problemas econômicos e sociais enfrentados, os municípios se isolam em seus problemas, quando, ao contrário, deveriam buscar parcerias e soluções conjuntas, visando ao desenvolvimento da região.

Nesse cenário crítico, a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Rio Piranga (AMAPI) e a Associação dos Municípios da Zona da Mata (AMMAN), enquanto instituições políticas integradoras, têm um papel fundamental para romper o ciclo de pobreza, baixo agenciamento político da população, esvaziamento populacional e baixo desenvolvimento da região em estudo.

A AMAPI e AMMAN integram a Associação Mineira de Municípios (AMM), uma entidade de maior abrangência, que congrega 43 associações de municípios, compostas, em seu conjunto, por 853 municípios do estado de Minas Gerais<sup>2</sup>. A AMM é um instrumento de fomentação das discussões relacionadas com a promoção do município como polo de desenvolvimento da federação, buscando a valorização das ações e das políticas públicas regionais. Suas atividades são voltadas para a articulação política junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, na busca do fortalecimento da causa municipalista, nas esferas estadual e federal.

A AMM, por sua vez, integra a maior entidade municipalista da América Latina, a Confederação Nacional de Municípios (CNM), fundada em 8 de fevereiro de 1980, que envolve

4500 municípios em todo o Brasil. O objetivo da CNM é integrar as associações estaduais, fazer a representação político-institucional dos municípios brasileiros junto a órgãos públicos e privados, ao Governo Federal e ao Congresso Nacional e fortalecer a gestão municipal e a autonomia dos Municípios. Para isso, a CNM formula as diretrizes do movimento municipalista nacional, acompanha as ações dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e intervém em prol dos interesses dos municípios, buscando promover a descentralização político-administrativa dos municípios em relação aos estados e à União<sup>3</sup>.

Na esfera da representação política-institucional, a CNM busca consolidar o funcionamento das associações microrregionais de municípios, além de buscar a solução de problemas socioeconômicos comuns às federações, associações estaduais e associações microrregionais. Para isso, seus representantes participam de diversos conselhos, comitês e órgãos de discussão e acompanhamento de políticas públicas junto ao Governo Federal. No Congresso Nacional, a CNM acompanha sistematicamente a pauta de votações, intervém no processo legislativo das matérias que causam impacto aos municípios e fazem articulação política junto aos parlamentares por meio da participação em audiências públicas, reuniões e mobilizações. A Confederação promove congressos, encontros, cursos, conferências e eventos, visando discutir os problemas

enfrentados pelos municípios brasileiros, promover a troca de experiência entre as federações e/ou associações estaduais e buscar soluções política e técnica dos problemas comuns aos municípios. Além disso, a CNM promove o intercâmbio entre entidades de outros países com o objetivo de aperfeiçoar as ideias do municipalismo e da cidadania, representando os municípios brasileiros em diversos organismos e associações internacionais, tais como a *Federación Latino Americana de Ciudades, Municipios y Asociaciones de Gobiernos Locales* (FLACMA) e a Organização Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU)<sup>4</sup>.

A CNM também oferece assessoria política, técnica, administrativa e jurídica aos municípios, visando fortalecer a gestão municipal e buscar

***Nesse cenário crítico, a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Rio Piranga (AMAPI) e a Associação dos Municípios da Zona da Mata (AMMAN), enquanto instituições políticas integradoras, têm um papel fundamental para romper o ciclo de pobreza, baixo agenciamento político da população, esvaziamento populacional e baixo desenvolvimento da região em estudo.***

sua excelência (com modernização, inclusão digital, atendimento às demandas sobre legislação tributária e outras leis municipais básicas, promovendo a uniformização e a eficiência de arrecadação nos municípios). Com isso, ela subsidia os gestores municipais com informações técnicas atualizadas e de fácil compreensão, de forma a auxiliar na criação de políticas públicas adequadas à realidade local e na reorganização da máquina administrativa de forma responsável. Para tanto, a CBM estabelece convênios com instituições públicas e privadas para que sejam realizadas pesquisas, estudos técnicos e projetos nas diversas áreas de atuação dos Municípios: Agricultura e pecuária, Contabilidade, Cultura Educação, assistência social, Finanças, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento urbano, Governo eletrônico, Internacional, Meio Ambiente, Jurídico, Saúde, habitação, Transito e mobilidade<sup>5</sup>.

As associações de municípios se embasam na premissa de um município solitário é um ente isolado e enfraquecido quando precisa proteger sua autonomia ou procurar apoio em nível nacional. Por outro lado, quando os municípios se unem e apoiam-se mutuamente, eles desfrutam do benefício de compartilhar experiências, assessorar-se tecnicamente e enfrentar determinados problemas comuns em nível regional, com vistas a aglutinar forças para negociar com outras instâncias governamentais<sup>6</sup>. Nesse contexto, o associativismo municipal é uma prática que tem por finalidade promover o fortalecimento dos municípios como nível de governo e facilitar a prestação de certos serviços públicos, que seriam inviáveis obterem isoladamente, especialmente no caso de municípios menores<sup>7</sup>.

Para o desenvolvimento na região em estudo, torna-se fundamental que a AMMAN E AMAPI busquem suporte junto à AMM e CBN para articular as estratégias que beneficiem o conjunto de municípios em estudo. Seguindo as diretrizes expostas no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (SEPLAG/MG, 2011)<sup>8</sup>, elaborado para o período de 2011 a 2030, as ações precisam ser planejadas e executadas pela perspectiva da Governança Estratégica em Rede, mote da discussão a seguir.

## 2. Governança para viabilizar a gestão participativa

Embora a governança, entendida como a capacidade de conceber e implementar políticas, seja um termo antigo, a partir da década de 1990,

o termo incorporou novos significados, preconizando uma nova gestão dos assuntos públicos, fundada na participação da sociedade civil<sup>9</sup>.

Isso se deu porque a maior complexidade dos processos políticos e administrativos impuseram uma realidade caracterizada pela dependência mútua entre governo e sociedade, pois nenhum ator isolado detém o controle dos recursos, da velocidade das mudanças e do processo como um todo<sup>10</sup>.

Diante da crescente complexidade envolvida na governabilidade, acadêmicos e praticantes defendem que os tradicionais modos de governo marcados por estruturas altamente verticalizadas (hierarquias rígidas, leis, regras e ordens inflexíveis), cedem lugar a redes interativas e horizontais de governabilidade, compostas por uma multiplicidade de atores (organizações da sociedade civil, órgãos estatais descentralizados e instituições de mercado) que participam coletivamente dos processos de tomada de decisão política e da formulação e implementação de políticas públicas<sup>20</sup>.

O sistema de governança estratégica em rede, com a interação de múltiplos atores em diversas áreas de atuação política traz o desafio de gerenciar uma pluralidade de atores, bem como a necessidade de difusão da informação, mediante um investimento em um processo educativo e formativo que forneça as bases para a participação política da sociedade. Esse investimento se faz necessário porque, quando os indivíduos compreendem a situação e se sentem coparticipantes dos processos de mudanças, eles se engajam mais e contribuem para a efetivação do desenvolvimento.

Sob essa perspectiva, o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (SEPLAG/MG, 2011), elaborado para o período de 2011 a 2030, enfatiza que a governança em rede envolve um conjunto de interações entre o governo e a sociedade, ancoradas na gestão para a cidadania, voltadas para uma visão de futuro relativa ao desenvolvimento regional. Para isso, o PMDI propõe a articulação de 3 aspectos envolvidos na governança estratégica em rede: (1) o planejamento deve considerar as especificidades regionais; (2) as políticas públicas precisam ter gestão transversal e intersetorial; e (3) o cidadão precisa ser considerado como protagonista do desenvolvimento regional. Nessa proposta, a governança estratégica em rede se subdivide em dois eixos de trabalho: gestão regionalizada e gestão participativa.

A premissa básica da gestão regionalizada considera a governança a partir do foco regional, viabilizando a devida interlocução dos integrantes

governamentais entre si e destes com a sociedade civil organizada. Para isso, propõe a construção de instâncias colegiadas de governança por regiões de planejamento, denominadas Comitês Regionais. No caso do território em estudo, estes comitês podem ser constituídos pela AMMAN e AMAPI, ou por representantes regionais. Esses comitês são integrados por representantes do governo, que se reúnem para discutir as necessidades e especificidades de cada região, priorizando as estratégias adequadas a cada contexto. Visando subsidiar a implementação da estratégia governamental sob a perspectiva regional, os Comitês Regionais são orientados pelas diretrizes de articulação horizontal e sistêmica dos órgãos e entidades governamentais, pela colaboração institucional e pela intersectorialidade (SEPLAG/MG, 2011).

Nesse processo, a AMAPI e AMMAN podem criar subgrupos, sendo que cada um deles se comprometerá a assumir determinadas metas a serem estabelecidas no contexto do PEDET. Esses subgrupos serão subcoordenados por um líder, que terão a função de articular e executar as atividades entre os gestores públicos de seu grupo de municípios, traduzindo para a diretoria das associações as suas demandas e os possíveis direcionamentos vislumbrados.

A gestão participativa, por sua vez, constitui-se na construção de um espaço legítimo de interface entre a sociedade civil organizada e o Governo do Estado, em cada uma das regiões de planejamento. Esse espaço consiste em encontros com integrantes da Sociedade Civil Organizada, em cada região, a fim de tornar conhecida a estratégia organizada nas Redes de Desenvolvimento Integrado, ou seja, as políticas que serão ali implementadas. Mais do que alinhar informações entre o Governo e a sociedade, a gestão participativa possibilita a priorização das estratégias a partir da percepção da sociedade local, permitindo-lhe uma participação ativa e não mais apenas uma receptora de políticas públicas (SEPLAG/MG, 2011).

Como produto desse processo, vislumbra-se não só a concreta atuação da sociedade civil organizada em cada região, em torno das prioridades estratégicas regionais, mas também, a constituição de um grupo de representantes que contribua para viabilizar a continuidade do diálogo entre Governo e sociedade (SEPLAG/MG, 2011). Amparados nessa visão de governança estratégica em rede, traremos, a seguir as limitações ao desenvolvimento, apresentadas no Produto IV e V do PEDET, que podem ser solucionados mediante ações pertinentes à AMAPI e AMMAN.

Ainda, uma importante papel a ser desempenhado pela AMAPI e AMMAN seria o desenvolvimento de uma sistemática de monitoramento e avaliação das ações propostas e desenvolvidas pelos municípios associados. O monitoramento e a avaliação envolvem a geração e a disponibilização de informações visando melhoria e correção de rumos de programas e projetos, proporcionando um melhor desempenho de processos, ações e do envolvimento dos municípios. Outro aspecto positivo para melhoria das ações dos municípios associados é a divulgação de informações, pelas associações, de forma clara, precisa e tempestiva visando ao alcance dos resultados pretendidos pelos gestores municipais e pela sociedade em geral<sup>11</sup>.

### **3. Ações propostas para a AMMAN e AMAPI para o desenvolvimento regional**

#### **3.1. Investimento em infraestrutura**

A infraestrutura foi enfatizada como uma das maiores ameaças ao desenvolvimento territorial, em especial a infraestrutura de transporte e institucional. Aspectos como a necessidade de melhoria das condições das estradas rodoviárias, melhor sinalização e pavimentação das vias e a necessidade de ampliação das ferrovias foram citadas como necessidades que demandam a intervenção de organismos dos governos estadual e federal. Conforme já mencionado, tais fatores têm como externalidades negativas a elevação dos custos de transportes de insumo e do escoamento da produção, além do risco de acidentes ampliado pelas condições inadequadas de algumas das vias de acesso.

O fornecimento de energia e comunicação adequado também constitui elemento fundamental para o bom desempenho das atividades produtivas. Soma-se a isso a inexistência de agências bancárias em alguns municípios, o que tem comprometido o desenvolvimento da região.

A AMAPI e a AMMAN, enquanto associações voltadas para a articulação política e o desenvolvimento da região, podem mobilizar os atores da região, como governo estadual, prefeitos, vereadores e lideranças comunitárias e empresariais da região para definir quais vias e localidades necessitam de investimentos, delineando as prioridades e ações para os diferentes tipos de necessidades. É necessário desenvolver programas de manutenção e melhoria de estradas, com ações diversas como alargamento, cascalho, sinalização e asfaltamento das estradas, além de avaliar a

possibilidade de estruturação do modal ferroviária para escoar a produção regional e melhorar a qualidade do sinal de telefonia e internet na zona rural e possibilitar o lazer e as negociações via telefone e internet.

Após a definição das necessidades, é necessário levar as demandas aos organismos de competência e políticos da região, notadamente os prefeitos, deputados e empresários da iniciativa pública e privada, como a CEMIG e a Oi telecomunicações. Nesse processo, os municípios devem fazer uma pressão conjunta e exigir uma agenda de cumprimento dessa necessidade, visando articular uma estratégia integrada para solucionar os problemas de infraestrutura de estradas e telecomunicações que comprometem o desenvolvimento.

Além disso, é necessário buscar, junto ao Banco do Brasil, a implantação de sistemas que permitam viabilizar a gestão financeira, aproximando entidades financeiras ou sistemas virtuais (como pagamento/recebimento via celular). Essa iniciativa possibilita o maior controle por parte dos produtores de suas obrigações financeiras, e menor desperdício de tempo com deslocamento para ir até os municípios que possuem agências bancárias.

### ***3.2. Formação de competências profissionais***

Um problema vivenciado no território em estudo é o êxodo rural com despovoamento do campo, principalmente entre os jovens. O trabalho informal, precário e inseguro em termos de direitos trabalhistas, como a colheita sazonal do café e da cana-de-açúcar e a ausência de perspectivas de trabalho e renda, leva-os a procurar um emprego fixo na cidade. Adicionalmente tem-se a ausência de lazer, telefonia celular e internet no meio rural que os desmotiva a permanecer ali. A ausência de perspectivas profissionais e de lazer para os jovens que ficam no campo leva-os a sentirem desmotivados. Esse conjunto de fatores compromete a disponibilidade de mão de obra nas propriedades e envolve um ciclo de problemas que compromete a estabilidade das cadeias produtivas e o desenvolvimento dos municípios e da região.

O desenvolvimento regional sustentável requer a articulação de uma série de organismos, com ênfase naqueles voltados para a qualificação de pessoas, o fomento técnico e tecnológico e o apoio às formas de empreendedorismo, inovação e geração de competências. Como a educação em quantidade e qualidade é um fator determinante

para o desenvolvimento humano e crescimento econômico, a situação dos municípios em estudo aponta a necessidade de formação de competências, com oferecimentos de cursos técnicos e de cursos de curta duração, tanto para os produtores agropecuários e funcionários das agroindústrias. Pessoal capacitado tecnicamente e gerencialmente poderão dar apoio técnico aos empreendimentos dos municípios do Território em estudo, contribuindo para ampliar os negócios, acarretando a contratação de mais mão de obra da região.

Alguns setores da região, como a produção leiteira, é amplamente afetada pela

baixa qualificação técnica. Com isso, é necessário criar mecanismos para melhor aproveitar o potencial de utilização da produção dos laticínios existentes na região do PEDET, visando expandir a comercialização dos produtos em nível nacional e internacional. Para isso, é necessária capacitação técnica quanto ao manejo animal e quanto à gestão da propriedade rural, visando aumentar a produtividade e a lucratividade da atividade.

Para resolver os problemas relativos à insuficiência e a baixa qualidade da mão de obra disponível na região, a AMAPI e AMMAN podem promover a articulação dos governos locais e os órgãos voltados para a educação e treinamento de jovens por intermédio de parcerias público-privadas entre Empresários, Governos Municipais, órgãos como o Senai, Senar, Senac, Sebrae, Emater, Embrapa, Epamig, Institutos Federais, Universidades Federais, Universidades Estaduais e Faculdades Privadas, comércio indústrias e agroindústrias. O desenvolvimento de ações globais que potencializem a estrutura de educação e treinamento dos municípios integrantes do PEDET evitará a saída dos trabalhadores rurais do campo para procurar emprego fixo na cidade, além de viabilizar o desenvolvimento regional.

Dentre as ações necessárias sugere-se mobilizar a vinda do Sebrae, Senar e Senai para os municípios, implantar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) nos municípios que ainda não o possuem, visando treinar jovens lideranças empreendedoras no próprio município, além de criar condições para que os jovens possam estudar e trabalhar no município. Para o aproveitamento das oportunidades de treinamento via PRONATEC, sugere-se realizar um levantamento das prioridades, buscando conhecer quais cursos seriam necessários para que os mesmos possam ser pactuados com as unidades de formação da região. Além disso, é necessário articular a implantação de escolas técnicas em nível de Ensino Médio, visando qualificar pessoas para fornecer apoio técnico às propriedades da região.

Para solucionar os problemas técnicos que acometem os produtores e industriais da região, sugere-se ainda que as associações AMMAN e AMAPI façam um levantamento das principais necessidades de treinamento, com articulação entre o setor privado, sociedade e organismos públicos e privados. A proposta é criar um espaço do tipo “Clínica Tecnológica”, patrocinado pelo Sebrae, onde os empresários, produtores e empreendedores possam levar suas dúvidas, demandas e solicitações, tendo a oportunidade de receber atendimento personalizado e qualificado que forneça soluções para os problemas enfrentados.

A “Clínica Tecnológica” envolve encontros nos quais o consultor assume o papel de mediador da mesa, estimulando a troca de ideias entre consultores e empresários, visando o enfrentamento de problemas e a busca de soluções específicas. Diante das colocações ocorre a intervenção do consultor. A construção desse espaço tem potencial de resolubilidade em questões de pequena e média complexidade, em especial nas demandas ligadas a gestão, processos produtivos, formação de preços, qualidade de serviços e produtos, além de logística e outras demandas administrativas.

Dentre as várias vantagens da Clínica Tecnológica SebraeTec, está a autossuficiência que propicia, induzindo o empresário a buscar soluções e a equacionar os seus problemas, abrindo perspectivas de melhoria e de inovação para a

empresa, além de ser um instrumento voltado à formação da cultura da inovação nas micro e pequenas empresas.

### ***3.3. Inovação, investimento e marketing***

O baixo nível da atividade produtiva dos municípios é acompanhado pelo baixo nível de inovação, investimento e marketing nos empreendimentos da região do PEDET. Portanto, para que haja o processo de desenvolvimento, uma das ações refere-se à busca por informações sobre as inovações implantadas em empreendimentos similares dos grandes municípios como Belo Horizonte. A UFV possui o CENTEV e o IPPDS que podem pesquisar sobre tais inovações.

Além disso, há baixa integração dos agentes envolvidos em uma mesma cadeia produtiva em torno de projetos de inovação tecnológica. Uma proposição para superar esse entrave é estimular ações conjuntas de pesquisa, desenvolvimento e inovação entre os vários agentes presentes na região do PEDET, buscando o apoio da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES). A maior integração entre os agentes possibilitará a viabilização de projetos de polo de desenvolvimento tecnológico.

Por meio de articulação entre os municípios e lideranças políticas locais, a AMAPI e AMMAN podem viabilizar o oferecimento de cursos para atualização de práticas de gerenciamento das empresas, buscando apoio de instituições já conhecidas (Sebrae, Senai, entre outros) e de instituições acadêmicas. Na UFV, há o IPPDS que organiza cursos de gestão, conforme a demanda, e o CENTEV que oferece cursos para atualização de práticas em gestão financeira.

Além disso, o baixo investimento em marketing gera marcas de produtos pouco conhecidas até mesmo na própria região. Para isso, propõe-se incentivar a criação e o fortalecimento das marcas dos produtos já existentes, a partir de ações que valorizem a produção das indústrias e agroindústrias no Território Estudado e facilitem a comercialização dos produtos dentro e fora da região do PEDET, mediante uma ação integrada entre os

***A AMMAN e AMAPI poderiam buscar, junto ao Governo Estadual em parceria com os Governos Municipais, formas de fortalecimento da cadeia produtiva do leite nos municípios do Território em estudo, o que permitirá a expansão dos negócios existentes e atrairá novos investidores.***

membros da AMAPI e AMMAN, EMATER, Senar, EPAMIG e Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA).

### 3.4. Política tributária

A tributação é um dos principais entraves na alavancagem das atividades produtivas e de comercialização na região. A alta complexidade do impacto da tributação sobre os fatores de produção, a renda e o trabalho, interfere na formação do preço do produto e da margem. A carga tributária implica em aumento nos custos de serviços de infraestrutura, dos custos trabalhistas, das taxas de juros, dentre outros custos que oneram a produção e reduzem a competitividade em nível doméstico e internacional. Portanto, para promover o aprimoramento das questões tributárias, gerando sustentabilidade das cadeias produtivas, com vistas à geração de renda e emprego deve-se estimular a discussão e aprimoramento das questões tributárias.

Visando superar esse entrave, torna-se necessário a promoção de estudos adicionais para mensurar as formas de incidência e impactos tributários nos fatores de produção, patrimônio, renda e na formação do preço nas diversas operações relacionadas às cadeias produtivas existentes.

Ao longo de cada cadeia produtiva, a tributação sobre produção e circulação de mercadorias e serviços abrange tributos que podem incidir sobre o patrimônio, a renda, o consumo e o trabalho de formas distintas. Como a incidência de impostos em cada segmento da cadeia produtiva envolve, no caso dos estados e municípios, legislações e jurisdições diferentes, a tributação pode intensificar ou desestimular a competitividade das empresas. Neste caso, se faz necessário identificar e avaliar as múltiplas relações entre indústria de insumos, agropecuária, agroindústria e mercado e verificar as diversas formas de incidência tributária ao longo das cadeias produtivas.

No caso da cadeia da cana-de-açúcar, por exemplo, há incidência de elevada carga tributária para todas as suas indústrias: usinas, destilarias e alambiques. Assim, é necessário revisar o

regime tributário incidente sobre a cadeia da cana, avaliando a possibilidade de realizar um acordo que beneficie as indústrias. Assim, avaliar as políticas de incentivo e a forma que os Estados e Municípios têm lidado com estas questões estabelecendo medidas protecionistas para o setor.

Para equacionar esta questão, a AMMAN e a AMAPI pode articular com a prefeitura dos municípios estudos de verificação da intensidade do impacto da tributação ao longo das etapas de processamento das diversas cadeias produtivas da região. O IPPDS pode promover esses estudos, a fim de buscar formar de suprir os gargalos, identificar incentivos econômicos adotados por outros Estados e Municípios concorrentes; Elaborar diagnósticos e identificar impactos tributários nos diversos setores nas operações de produção e comercialização;

Identificar as inter-relações entre os setores primários e secundários para identificar o efeito da não cumulatividade dos tributos; Identificar as formas de estabelecimento dos tributos pelos Estados e a existência de convênios estabelecidos; Elaborar simulações para identificar impacto dos tributos nas diversas opções de modalidades tributárias; Identificar possíveis variações nos custos de produção em relação à sistemática de aplicação dos tributos; Elaborar diagnósticos nas diversas cadeias produtivas nos setores de sua formação para avaliar o impacto dos tributos e sugerir propostas de incentivos fiscais; Identificar as possíveis

formas de aproveitamento de crédito para o ICMS nas modalidades de opção tributária.

Após esses estudos, a AMMAN e a AMAPI podem buscar estratégias conjuntas de reduzir o número de etapas de processamento nas cadeias produtivas e, conseqüentemente, reduzir os tributos em cada cadeia produtiva. Outra iniciativa seria buscar formas de viabilizar junto ao governo de Minas, possibilidades de reduzir a carga tributária, visando atrair investimentos para a região do PEDET e alcançar o desenvolvimento. A redução da carga tributária sob as cadeias produtivas poderá atrair a instalação de novas indústrias, além de fortalecer as já existentes, o que gerará mais emprego e renda para os municípios do Território Estudado.

*Após esses estudos, a AMMAN e a AMAPI podem buscar estratégias conjuntas de reduzir o número de etapas de processamento nas cadeias produtivas e, conseqüentemente, reduzir os tributos em cada cadeia produtiva. Outra iniciativa seria buscar formas de viabilizar junto ao governo de Minas, possibilidades de reduzir a carga tributária, visando atrair investimentos para a região do PEDET e alcançar o desenvolvimento.*

### 3.5. Incentivo à implantação de indústrias e agroindústrias

Desenvolvimento requer a criação de valor adicionado, com criação de novas formas de obtenção de renda e geração de emprego. Considerando que o setor industrial é pouco desenvolvido na região, pode-se verificar algumas possibilidades de fomento de atividade relativas à indústria de cosméticos, indústria de vestuário e indústria de reciclagem. Essas indústrias são alternativas interessantes para as condições da região, por comportar tecnologia de mais fácil aprendizado; requerer menor volume de capital para investimento; e, utilizar muita mão de obra, gerando muitos empregos.

De acordo com o perfil da região, em que a maioria dos municípios tem a agropecuária como principal atividade econômica, faz-se necessário incentivar a atração de novas agroindústrias para a região. Além disso, impulsionar a tradição mineira de produção de leite e de laticínios por meio de mecanismos que integrem a melhora na qualidade da gestão destas atividades, focando na redução de custos, utilização do potencial produtivo dos laticínios e aumento na qualidade dos produtos, pode ser uma ação promissora.

A AMMAN e AMAPI poderiam buscar, junto ao Governo Estadual em parceria com os Governos Municipais, formas de fortalecimento da cadeia produtiva do leite nos municípios do Território em estudo, o que permitirá a expansão dos negócios existentes e atrairá novos investidores. É importante fortalecer os programas existentes, visando implementar os programas de sucesso em municípios que não possuem nenhum tipo de ação promotora para a cadeia do leite, o que elevará a capacitação dos produtores e a produtividade e, conseqüentemente, a disponibilidade de leite para a indústria laticinista.

No caso da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, faltam políticas claras que estabeleçam definições específicas para o caso do etanol. Assim, é necessário elaborar uma política de longo prazo focada em ações específicas para o etanol no Brasil, que busque favorecer a produção desta fonte de energia limpa, o que permitirá ao produtor de etanol realizar planos de ação tendo conhecimento dessas regras, o que facilitará a sua tomada de decisão. Além disso, há uma competição desigual do etanol com o petróleo. Nesse sentido, propõe-se estabelecer ações focadas na produção de energia limpa com incentivos gradativos que irão reduzindo ao longo do tempo, o que dará condições para que o etanol possa competir com petróleo no mercado nacional.

Diante desses entraves, é necessária uma ação junto ao governo federal, que envolve os representantes da AMMAN e AMAPI, membros de órgãos representativos do setor, como o Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado de Minas Gerais (SIAMIG), Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Minas Gerais (SINDAÇÚCAR-MG), Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais e Associação Mineira dos Produtores de Cachaça de Qualidade (AMPAQ).

A AMMAN e AMAPI também podem fazer gestão junto à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) para impulsionar a produção de cachaça por meio da constituição de um consórcio de compras e de exportação. A formação desse consórcio e a exportação da cachaça fortalecerão a atividade, permitindo elevar os investimentos, aumentar a produção, o que gerará a necessidade de contratar mão de obra, além de elevar a competitividade dos alambiques, garantindo sua sobrevivência e possibilitando auferir ganhos maiores para seus negócios individuais.

Em relação à produção de carnes, um grande entrave é a fiscalização deficitária na região, que acomete a cadeia da avicultura, bovinocultura de corte e suinocultura. Para suprir essa fragilidade, é necessário que sejam elaboradas propostas de ampliação da atuação dos órgãos responsáveis pela legislação sanitária que regulamentam esse setor com maior fiscalização e conscientização das prefeituras sobre seu papel quanto a difusão da informação sobre legislação e regulamentação sanitária e capacitações técnicas para sua aplicação. Dessa forma é necessária uma ação integrada entre AMMAN e AMAPI, prefeituras e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (SEAPA) e Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) em busca de soluções para o setor.

Em relação à cadeia produtiva do café, para fortalecer a estrutura de governança proporcionada pelo Conselho das Entidades do Café das Matas de Minas, é necessário que o conselho, juntamente com a AMMAN e AMAPI requeiram uma ação coletiva e coordenada, no sentido de elevar a qualidade do produto, possibilitar o fortalecimento dessa marca regional e facilitar a formulação e a gestão de políticas públicas específicas e o acesso aos mercados. É importante que os municípios do PEDET busquem o maior envolvimento dos produtores na busca pelo sucesso da marca, fortalecimento de organizações para a compra de in-



sumos e comercialização da produção, obtenção de menores custos de produção e melhores preços para a comercialização, o que é fundamental para a melhoria da renda dos cafeicultores.

Em relação à cadeia produtiva da fruticultura, os principais problemas enfrentados poderiam ser solucionados com as propostas relativas ao associativismo e cooperativismo, bem como aos programas PAA e PNAE, acesso ao crédito, assistência técnica e tecnologia, aumento da produção, bem como implantação da Ceasa.

Em relação à cadeia produtiva da madeira, diversos fatores contribuem para reduzir a capacidade de alguns produtores oferecerem produtos competitivos ao mercado, que influenciam a competitividade da cadeia produtiva da madeira, tais como: alto custo de produção (mão de obra, insumos e tecnologia); dependência da compra de insumos em outros municípios (principalmente nos pequenos municípios); topográfica desfavorável à mecanização; preço baixo pago pela madeira e pelo carvão vegetal; infraestrutura para escoar produção ruim, principalmente estradas; impostos muito elevados no Estado; legislação florestal mineira muito restritiva. Essa situação gera um quadro de incertezas e inseguranças nos produtores quanto aos investimentos na propriedade, o que reverbera na oferta insuficiente de produtos com qualidade e preços competitivos para abastecer o mercado local.

Visando ampliar a produtividade da madeira e superar os entraves, a AMMAN e AMAPI poderiam articular com as lideranças políticas da região a construção de uma política pública de manejo sustentável, atrelada a boas linhas de crédito BNDES via Banco do Brasil específicas para o setor. Além disso, poderiam incentivar a politização do segmento ambientalista articulando parcerias e relações institucionais entre os agentes da cadeia produtiva com o apoio da EMATER. A articulação, parcerias e relações institucionais entre os agentes da cadeia produtiva podem estar atreladas a programas de responsabilidade social de empresas como ArcelorMittal®, CENIBRA® e Gerdau®. Ademais, é necessário estabelecer parcerias com instituições de pesquisa para promover o melhoramento Genético e desenvolver tecnologias de manejo florestal.

Para o fortalecimento da cadeia produtiva da madeira é necessário uma integração do cultivo florestal com a indústria de transformação, para a produção de carvão vegetal, celulose e móveis, entre outros destinos. A movelaria se apresenta como uma boa oportunidade de absorção

de madeira. A busca pela AMAPI e AMMAN por incentivos fiscais, como já relatado, poderia incentivar a instalação na região uma fábrica de MDF, substituindo a importação, economizando transporte e criando empregos e desenvolvimento regional, tanto no campo como na cidade. Os incentivos fiscais também poderiam motivar a instalação na região de um polo moveleiro com base no eucalipto, como o caso das empresas de Santa Catarina, que estruturaram um polo moveleiro com base em Pinus.

Viabilizar a implantação de indústria de mosaicos de madeira para revestimento de parede a partir as aparas de madeira, resultante das atividades das madeireiras ou do descarte de móveis, tomando como exemplo a iniciativa da empresa Oca Brasil<sup>12</sup>. Outra iniciativa interessante seria viabilizar a implantação de indústria de Pellets e Briketts, como alternativa a lenha, a partir de fragmentos de madeira e pó de serrarias adicionados a resíduos de couro, casca de arroz, amendoim, café, babaçu, bagaço de cana e uva poderia ser uma iniciativa promissora<sup>13</sup>.

No processo de implantação de indústrias e agroindústria na região do PEDET, é importante considerar o potencial do reaproveitamento e reciclagem de materiais, tanto em nível artesanal quanto industrial. Reconhecendo o potencial do reaproveitamento de materiais que iriam para o lixo, o governo brasileiro financiou um estudo, mediante o qual se concluiu que a maioria dos produtos pode ser reciclada, movimentando uma indústria de mais de R\$ 8 bilhões por ano. Esse estudo resultou, em 2010, na Política Nacional de Resíduos Sólidos que se fundamenta na visão do resíduo sólido como valor social (que possibilita trabalho, renda e exercício da cidadania) e econômico (constituindo-se em matéria prima secundária em substituição às primárias extraídas das minas, florestas e rios). Além disso, minimiza os danos à natureza e a reciclagem incentiva o desenvolvimento científico e social.

Para que haja êxito nos negócios, com amplo potencial de venda no Brasil e exterior, é importante o investimento em certificações, como a Certificação internacional LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*) que possui 7 dimensões a serem avaliadas: Espaço Sustentável; Eficiência do uso da água; Energia e Atmosfera; Materiais e Recursos; Qualidade ambiental interna; Inovação e Processos; e, Créditos de Prioridade Regional. Seus pré-requisitos, quando atendidos, garantem uma pontuação que define o nível da certificação que pode variar de 40 pontos (nível certificado) a 110 pontos (nível platina).

Em resumo, as principais proposições para o desenvolvimento da agroindústria nos 33 municípios em análise, que podem contar com iniciativas e apoio da AMAPI e AMMAN são:

- Desenvolver um programa de atração de indústria de confecção do vestuário, cosméticos e reciclagem, bem como de agroindústrias de café, frutas, açúcar, suínos, aves, carnes com incentivos fiscais.
- Apoiar a busca por parceiros para Implantar frigoríficos para a piscicultura em municípios com elevado potencial hídricos.
- Apoiar e orientar a constituição de agroindústrias familiares, com modelo inspirado na Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense.
- Fornecer condições para ampliar a produção leiteira nos municípios da região, visando elevar o potencial de produção dos laticínios existentes, que tem operado abaixo da sua capacidade.
- Investir na construção de estruturas comunitárias descentralizadas que possuam equipamentos para armazenagem, classificação, beneficiamento e comercialização do café e outros produtos, bem como para armazenamento de leite e ensilagem.
- Fornecer capacitação aos produtores rurais sobre tecnologias de produção, bem como para o uso de máquinas de cartão de crédito e emissão de notas fiscais.
- Articular a participação dos produtores em feiras e eventos regionais e nacionais.

Nesse sentido, a AMMAN e AMAPI podem articular como o Governo Estadual, Governos Municipais e empresários da região mecanismos para impulsionando a implantação e fixação das agroindústrias por meio da formação de programas públicos que atendam as especificidades das cadeias identificadas como estratégicas para o território estudado. A presença de parques agroindustriais estruturados nos municípios do território em estudo aumentará a produção agropecuária e industrial, com geração de emprego, o que evitará a saída dos jovens do município.

No processo de atração de indústrias e agroindústrias é importante que a AMAPI e AMMAN busquem junto ao governo de Minas a redução da carga tributária, visando atrair in-

vestimentos para a região do PEDET e alcançar o desenvolvimento. Além disso, as associações de municípios podem estabelecer parcerias com o Sebrae e Senar para capacitar os produtores e comerciantes.

### ***3.6. Cooperativismo, associativismo e Arranjo Produtivo Local***

Das poucas associações e cooperativas existentes no território em estudo, várias delas encontram-se dispersas, sem estabelecer articulações efetivas. Em sua maioria, os produtores são fragilizados pela falta de informações sobre os benefícios das cooperativas e das associações, bem como sobre as formas de organização e gestão das mesmas. Devido a experiências anteriores mal sucedidas, muitos proprietários dos municípios do PEDET possuem resistência aos empreendimentos cooperativos e associativos. Com isso, agem geralmente de forma solitária em termos de compra de insumos, produção, transporte e comercialização dos produtos. Isso enfraquece os produtores e o setor produtivo, reduz a margem de lucro e compromete o desenvolvimento da região. Ademais, em alguns setores, como o de leite, há atritos e ruídos na relação entre produtores e agroindústrias. Os produtores reclamam do preço pago a seus produtos, e as agroindústrias reclamam da qualidade e do volume da matéria-prima entregue.

Devido à falta de articulação, os produtores de frutas, por exemplo, enfrentam dificuldades associadas às capacitações técnicas, gerenciais e mercadológicas que geram limitações na produção com falta de quantidade e qualidade. A baixa produtividade dos produtores, irregularidade na oferta e conseqüentemente baixa produção, acabam impactando nas agroindústrias processadoras de frutas na região, que são pouco competitivas em relação a quantidade, qualidade e preço, levando as agroindústrias a comprar frutas de outras regiões produtoras, principalmente de São Paulo.

Parte dessas dificuldades pode ser resolvida pela cooperação municipal ou regional de fruticultores, visando compartilhar custos, treinamento de mão de obra, transferência de tecnologia, comercialização, suprimento de crédito, etc. Um dos grandes problemas que comprometem o desenvolvimento da produção de frutas, hortaliças e legumes é a falta de trabalhos integrados para a compra de insumos e comercialização. O baixo índice de associativismo e cooperativismo e a venda isolada encarecem a compra de insumos,

dificultam a obtenção de maior margem de lucro, deixando os produtores e as empresas de processamento dependentes de intermediários.

Dentre algumas das oportunidades pouco exploradas pelas associações está o mercado institucional, em especial o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cujos problemas perpassam diversas cadeias produtivas da região, com a de leite, carnes, hortigranjeiros e fruticultura. Em alguns municípios do PEDET os produtores não acessam os programas, por falta de incentivo e informação. Em outros, a participação nesses programas é baixa, principalmente quando não há uma associação que possibilita a organização da produção com fornecimento de alimentos ao longo de todo o ano. Além da falta de informação, os produtores enfrentam dificuldade para conseguir a documentação e se adequar à legislação do PAA; problemas relativos ao cumprimento da legislação sanitária do PAA, como na utilização de sacos virgens para transportar os produtos; demora das escolas em fazer os pedidos e consequente perda de produção.

Diante disso, a AMMAN e AMAPI podem buscar, junto ao Ministério da Agricultura (MDA) e Poder Público Municipal, estratégias para aprimorar os procedimentos do PNAE e do PAA nos municípios e disponibilizar equipes técnicas para capacitar e dar o suporte necessário para o acesso dos agricultores a estes programas, além de buscar formas de acelerar o pagamento aos agricultores. Poderiam ainda viabilizar formas de inserção eficaz dos municípios no PAA e PNAE, buscando a capacitação de técnicos, produtores e parceiros para implementar e executar com eficácia esses programas através da organização da sociedade civil em cooperativas e associações, fornecendo orientação aos agricultores e suas organizações de como obter acesso aos programas, como planejar o processo de produção, além da logística do transporte e da comercialização.

A ampliação da organização, cooperação, formalização dos agricultores e investimento em empreendedorismo local, resultaria em um melhor desempenho destes programas em todos os municípios da região do PEDET, com ampliação do volume de produção e entrega de alimentos para os programas PAA e PNAE. Assim, os agri-

cultores teriam espaço garantido no mercado, conseguindo bom preço pelas mercadorias.

A AMMAN e AMAPI podem buscar junto à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG) e Sindicato da Indústria de Laticínio de Minas Gerais (SILEMG), representantes das associações municipais de produtores de leite, EMATER e prefeituras estratégias para o fortalecimento do espírito de cooperativismo e o associativismo entre os produtores independentes e gerar informações de forma transparentes entre os elos de cada cadeia produtiva, que permitam fortalecer a relação entre agroindústria e produtor. Por meio do cooperativismo os produtores poderão ter assistência técnica, pessoal para assessorar os seus empreendimentos, aumenta a produção, melhorar a qualidade dos produtos, baixar os custos com insumos e transporte, garantir poder de barganha com as agroindústrias, favorecer a comercialização e obter maior margem de renda.

***A ampliação da organização, cooperação, formalização dos agricultores e investimento em empreendedorismo local, resultaria em um melhor desempenho destes programas em todos os municípios da região do PEDET,***

Os produtores familiares dos municípios do PEDET também enfrentam dificuldades de acesso a linhas de créditos, o que impede a melhoria da quantidade produzida e a qualidade de sua matéria-prima por falta de equipamentos. A AMMAN e AMAPI podem buscar junto ao Banco do Brasil (BB) a disponibilização de profissionais especializados para dar suporte à obtenção de crédito; apoiar a ampliação da

CRESOL BASER (Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária); e, melhorar a instrução dada aos agricultores. Os resultados esperados com essa iniciativa é a ampliação da disponibilidade de recursos para custeio e investimento, que permitirão o aumento da produção, a melhora dos indicadores de produtividade, a redução de custos e a elevação da renda.

É importante buscar mecanismos de apoio à formação de associações e cooperativas. Após a formação desses empreendimentos, eles poderiam se incubados pela Incubadora de Empresas de Base Tecnológica (IEBT/CENTEV/UFV), visando fornecer o apoio necessário para alavancar esses empreendimentos. A IEBT é responsável por coordenar ações empreendedoras; oferecer orientação, apoio gerencial e consultorias especializadas às empresas tecnologicamente inovadoras; bem como incentivar a transferência de tecnologia entre a UFV e os novos negócios

vinculados. Dentre as metas da IEBT é possibilitar a criação e maturação de empresas por meio de uma infraestrutura de apoio, fornecendo às empresas nascentes condições favoráveis e com baixo custo para o seu desenvolvimento e consolidação. Além disso, a IEBT realiza a sinergia entre as empresas incubadas, as instituições de ensino e pesquisa, as empresas privadas, os órgãos governamentais, as associações de classe, os agentes financeiros e o mercado consumidor.

Outra ação efetiva da AMMAN e AMAPI seria articular com as lideranças políticas, notadamente os governos estaduais e municipais, para estimular a criação de entidades representativas para os segmentos da cadeia produtiva de frutas na região e implantar as Centrais de Abastecimento CEASA para locais estratégicos da região. A implantação do CEASA motivaria o investimento dos produtores da hortifruticultura, que teriam um mercado certo para seus produtos, além de contribuir para as agroindústrias, supermercados, hotéis e restaurantes, que teriam facilidade em adquirir os produtos para o seu abastecimento.

Adicionalmente, a criação de um Arranjo Produtivo Local para algumas cadeias, como a de suinocultura, avicultura, bovinocultura de corte e de leite, poderia equacionar os diversos pontos de desvantagem ocasionados pela baixa produção de insumos para a ração. Para isso, é importante uma ação da AMMAN e AMAPI junto a órgãos públicos em parceria com as empresas e produtores do setor visando a implantação de unidades receptoras de milho e farelo de soja e ações de fomento à produção de milho na região.

### **3.7. Legislação ambiental**

A legislação ambiental oferece obstáculos para atuação tanto da agroindústria quanto dos produtores na região do PEDET que geralmente é desconhecida por grande parte dos agricultores. Para que os mesmo possam se adequar é necessário que sejam realizadas capacitações que difundirão as informações sobre os aspectos dessa legislação que afetam direta ou indiretamente os agentes dessa cadeia.

Com isso, é necessário que a AMMAN e AMAPI busquem junto às Secretarias de Agricultura dos Municípios; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e instituições de ensino, pesquisa e extensão desenvolver nos municípios projetos de orientação e adequação ambiental. Estabelecer parceria entre os organismos de fiscalização e os

municípios para melhorar o acesso a informações e construir programas de capacitações e difusão da informação sobre a legislação ambiental, além de buscar mecanismos para facilitar a adequação das áreas de proteção ambiental, realizando procedimentos de proteção do solo e das águas nas propriedades. Os resultados esperados com essa iniciativa é a manutenção das áreas de produção, melhora da produtividade, recuperação de nascentes, ampliação da disponibilidade de água nas propriedades, adequação das áreas de proteção ambiental, colocando a propriedade em conformidade com Cadastro Ambiental Rural (CAR).

### **3.8. Artesanato e turismo**

O artesanato tem relevância no desenvolvimento regional, pois envolve aspectos econômicos (geração de trabalho e renda), sociais (sociabilidade entre os artesãos), culturais (informações sobre a cultura do grupo, identidade e saberes transmitidos através das gerações, por possuir variações e características peculiares conforme o ambiente e a região), políticos (motivação de reuniões dos artesãos em uma associação, acesso a políticas públicas e busca de melhorias para o grupo) e ambientais (reutilização e reaproveitamento de produtos, evitando o extrativismo e o acúmulo de resíduos nos lixões).

A produção de artesanato pode se dar a partir do extrativismo mineral ou vegetal com finalidade específica para a produção artesanal, como o caso de artesanatos feitos em pedras ou madeiras. Entretanto, há diversos produtos artesanais que são feitos a partir de produtos que são frequentemente vistos como resíduos da produção, sem fins comerciais, como as palhas de milho, bananeira e café. A confecção de artefatos criativos com os “resíduos da produção” é uma forma de completar a utilização da cadeia produtiva, utilizando praticamente 100% da matéria prima extraída, evitando o descarte.

O artesanato constitui uma forma de trabalho criativo que é significativo principalmente para as mulheres, pois frequentemente é realizado no âmbito doméstico, possibilitando a geração de renda conjugada com as atividades domésticas e familiares. Em momentos de desemprego, as atividades artesanais, desenvolvidas no recinto doméstico, muitas vezes constituem a única fonte de renda familiar. Há vários casos de mulheres que desenvolvem atividades de artesanato, enquanto seu cônjuge participa do mercado formal. Porém, quando o cônjuge fica desempregado, é comum ele aderir ao artesanato praticado pela esposa, cuja atividade, muitas vezes, torna-se lucrativa.

Em relação ao artesanato, essa cadeia agrega valor aos destinos turísticos por possibilitar ao turista levar uma lembrança local para amigos e familiares. Na região do PEDET o artesanato é variado, destaca-se a produção de peças feitas com madeira, barro, pedra sabão, cobre, bambu, taboa, palha de milho, palha de bananeira, palha de café, pintura a óleo, tecidos e outros materiais.

Apesar da grande diversidade e potencialidade, o artesanato enfrenta fragilidades que precisam ser rompidas. A maioria dos artesãos exerce sua atividade de maneira informal, não fazendo parte de associações e/ou cooperativas, o que dificulta a análise da situação dos mesmos no território do PEDET e compromete a articulação e a parceria entre os artesãos. Frequentemente, os produtos artesanais são repetitivos, monótonos e não trazem diferenciação de cores e formas, nem trazem informação de moda. Muitos produtos não possuem etiqueta, marca, ou sites de divulgação e venda dos produtos. Além disso, a mão de obra absorvida pelas atividades artesanais é desqualificada e os artesãos não são motivados a se engajar na atividade. Com isso, muitos produtos não apresentam qualidade satisfatória.

No que se refere à comercialização, o mercado consumidor local é pequeno e há pouca participação dos artesãos em feiras e eventos para divulgar o produto e a identidade regional a ele associada. Os artesãos esperam práticas assistencialistas em detrimento do protagonismo e associativismo, falta esclarecimento sobre do papel das associações e cooperativas.

Diante desse cenário a AMMAN e AMAPI podem aproveitar os programas e políticas públicas de amparo ao setor, as linhas de crédito disponíveis e os saberes regionais para buscar estratégias para alavancar o setor e buscar parcerias com programas de responsabilidade social de empresas. As estratégias conjuntas, com a formação e cooperativas e associações, permite colocar os artesãos em contato com outras realidades mediante a participação em feiras, cursos e oficinas, além de favorecer a compra conjunta de insumos, a comercialização coletiva em feiras e lojas voltadas para produtos étnicos. Além disso, poderia motivar os artesãos a se formalizarem como microempreendedores e providenciar a confecção carteirinha do

artesão, criando condições para emissão de notas fiscais e vender os produtos utilizando cartão de crédito.

Nesse processo, é necessária a contratação de designer para investir na identidade visual e qualidade dos produtos, com criação de marcas, desenvolvimento de coleções, desenvolvimento de etiquetas e embalagens que identificam os produtos e os produtores, incorporação nos produtos informações de moda, além de capacitar os artesãos para melhorar o acabamento dos produtos e motivar a conjugação de materiais locais com materiais industrializados (fitas, miçangas, zípers e outros), além de adequar os produtos para obter certificações para exportação. Torna-se ainda necessário contratar um profissional para elaborar sites, visando comercializar os produtos pela internet dos produtos e divulgar da identidade dos artesãos e do município. A parceria com as industriais pode potencializar a vinculação do artesanato com os produtos industriais e o fluxo turístico.

***O artesanato pode e deve ser conjugado ao setor de turismo por ser considerado patrimônio cultural, sendo que uma das ações de atuação compartilhada é a inserção do artesão e seu local de produção, enquanto roteiro turístico***

Para ampliar o mercado consumidor, AMMAN e AMAPI podem motivar as prefeituras a criarem mecanismos para viabilizar a participação dos artesãos em feiras e eventos regionais, estaduais e nacionais, visando divulgar o produto e a identidade regional a ele associada, além de viabilizar uma parceria com designers e webdesigner. A AMMAN e AMAPI, em parceria com a Secretaria de Cultura podem também criar mecanismos para fomentar o turismo,

as festividades, atividades turísticas, feiras e eventos locais nos circuitos turísticos e parques estaduais presentes no PEDET, o que poderá aumentar o fluxo de consumidores dos produtos artesanais.

O artesanato pode e deve ser conjugado ao setor de turismo por ser considerado patrimônio cultural, sendo que uma das ações de atuação compartilhada é a inserção do artesão e seu local de produção, enquanto roteiro turístico<sup>14</sup>.

Utilizando-se dos benefícios advindos do Programa do Artesanato Brasileiro, a AMMAN e AMAPI poderiam criar estratégias para motivar os artesãos a criar organizações representativas do setor para o mercado competitivo, promovendo a profissionalização e a comercialização dos produtos, apoiando a participação dos artesãos em feiras e eventos para comercialização da produção, além

de viabilizar o oferecimento de curso de capacitação para artesãos e trabalhadores manuais. As ações do Programa visam consolidar o artesanato brasileiro enquanto setor econômico de forte impacto no desenvolvimento das comunidades.

A cadeia do turismo tem se apresentado como importante atividade para a economia brasileira. Minas Gerais tem se destacado como o 2º estado do Brasil com maior número de municípios com potencial turístico, por contar com uma variedade de atrativos que dificilmente são encontrados em um só destino. O estado foi um dos pioneiros na criação dos circuitos turísticos, sendo que alguns deles foram implantados antes mesmo do Programa de Regionalização do Turismo. Eles constituem um modelo inovador de gestão e podem ser considerados espaços de cooperação entre os municípios, iniciativa privada e sociedade civil (SILVA et al, 2012).<sup>15</sup>

A cadeia principal converge para atividades classificadas como alojamento (hotéis, pousadas, pensões, albergues e camping) e alimentação (restaurantes, lanchonetes, feiras e similares), que são “articuladas e alimentadas pela infraestrutura turística, pelas agências receptivas e operadoras de viagens e pelos organizadores de eventos”. Além disso, a presença de bancos e casas de câmbio, serviços de telefonia e internet, aeroportos, infraestrutura de saúde (postos e hospitais), interferem nessa cadeia, proporcionando segurança e comodidade aos turistas.

Na cadeia produtiva do turismo da região do PEDET há uma grande diversidade de segmentos turísticos: histórico, religioso, rural, de aventura, ecoturismo lazer, aventura, desportivo, negócios, cultural, científico, entre outros que são marcados pela hospitalidade, festividades, natureza exuberante, gastronomia e artesanato diferenciado. A região abriga cachoeiras, lagoas, represas, picos, montanhas, monumentos, estação ferroviária, igrejas, fatos históricos, personagens ilustres, parques fazendas, sítios, chácaras, hotéis fazendas, pesque-e-pague, alambiques para a produção de cachaça artesanal, que oferecem visitas guiadas, além de dois parques estaduais, quatro circuitos turísticos e o projeto Turístico Estrada Real.

Em função do seu potencial, as atividades turísticas têm sido incentivadas pelo Ministério do Turismo, Ministério da Cultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário, e várias secretarias em âmbito federal, estadual e municipal. Há diversos programas que oferecem apoio aos vários segmentos turísticos, como o ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura etc.

Apesar de seu potencial, o setor do turismo enfrenta diversos entraves para a efetivação de sua cadeia produtiva. A fim de fortalecer o turismo regional e incentivar a profissionalização e a estruturação dos destinos utilizando as políticas públicas que beneficiam o setor do turismo, a AMMAN e AMAPI podem promover a articulação dos diversos agentes externos, que atuam em âmbito nacional, estadual, regional e municipal: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Turismo, Ministério da Cultura, Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), (elaboram programas de Incentivo ao Turismo), Associação das Agências de Viagens de Minas Gerais (ABAV/MG), Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo), IEF (administra e fiscaliza os Parques Estaduais), SEBRAE (dá apoio aos pequenos negócios), SENAR, EMATER (formação profissional e atividades de promoção social), prefeitos e empreendedores individuais.

Essas atividades podem promover a integração contínua entre os municípios que têm afinidades culturais, visando desenvolver uma agenda cultural com fortalecimento da identidade regional e ampliação da abrangência turística. Devem ser promovidas ações de incentivo às manifestações culturais com o intuito de levar as pessoas a reconhecerem o potencial das festas para formação de parcerias, integração, venda de produtos, com movimentação econômica do município e fortalecimento da identidade grupal, além de estimular os jovens a permanecerem no município.

Para isso, torna-se necessário: Fazer estudos para identificar o potencial turístico nos municípios e regiões e resgatar a história e a identidade cultural do município, criando mecanismos para divulgá-los, visando romper com a ideia preconcebida de o município, a propriedade e os fazeres e saberes da população não têm valor; Divulgar as políticas, programas e linhas de crédito de apoio ao turismo, visando ampliar o potencial turístico da região; Investir em uma infraestrutura para receber os turistas com estradas, parques e jardins, estabelecimentos para refeições, hospedagem, áreas de campi, agências de turismo, coleta seletiva de lixo, hospitais, serviços de telefonia e internet suficientes e de qualidade, além da promoção de cursos de capacitação em hotelaria e hospedagem; Criar centros de convenções ou reativar áreas para realização de eventos em desuso ou subutilizadas, visando ampliar a realização de eventos culturais nos municípios (festas, festivais feiras e encontros) e reativar os eventos tradicionais que haviam perdido a continuidade; Investir

em policiamento e mecanismos para evitar a violência em festas; Investir em marketing e divulgação do potencial turístico da região, com montagem de roteiros e calendário de festividades, informando os eventos e os pontos turísticos, mediante a criação de sites, vídeos documentários e panfletos; Investir na produção de artesanato que traga a identidade cultural regional, cujos materiais e etiquetas divulguem a identidade cultural do município; Fazer parceria com a indústria para divulgar o turismo e a identidade regional em rótulo ou etiquetas que acompanham os produtos industriais. Exemplo: criar embalagens de palha de milho ou de bananeira para os produtos industriais; Investir em Turismo de Base Comunitária (TBC)<sup>16</sup>; Implantar bondinhos e trem turístico que integre os circuitos da região; e Viabilizar junto aos políticos e empresários da região a construção de um aeroporto da Zona da Mata.

#### 4. Considerações finais

Apesar de a AMMAN e a AMAPI englobarem um número apreciável de municípios que favorece o exercício de reivindicações para a microrregião, o poder de influência nas esferas estaduais e federais é pouco exercido devido à baixa capacidade de mobilização entre os gestores públicos. Dos 26 municípios associados a AMAPI, 16 são membros ativos, que participam das atividades e se comprometem com a busca para o desenvolvimento da região. Já dos 24 associados da AMMAN, somente 10 são membros ativos, sendo que, nem todos os membros das duas associações estão participando do PEDET.

A dificuldade de mobilização entre os próprios gestores municipais demonstra os desafios de se estabelecer e consolidar a cultura de cooperação nesta região, com a implantação de associações, cooperativas e arranjos produtivos locais, essenciais para o desenvolvimento desta região. Além de cooperarem entre si, é necessário que a AMMAN e a AMAPI se articulem com outras organizações que atuam na microrregião, e também com os outros níveis de governo estadual e federal. Por isso, é importante que as associações busquem obter uma maior coesão interna e procurem compreender os aspectos que atrapalham esta articulação.

Estando as associações fortalecidas, elas poderão desempenhar papel de extrema importância, uma vez que, ao encaminhar demandas e participar da elaboração e implementação de planos estaduais e regionais, as associações colaboram para a integração do planejamento e a adequação do mesmo às realidades e aos interesses locais<sup>17</sup>.

Por esta razão, os governos estaduais e federais tem investido no associativismo municipal. Em Minas Gerais, o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU), lançou em novembro de 2013, a segunda etapa do “Programa de Fortalecimento e Revitalização das Associações de Municípios de Minas Gerais”. O investimento de R\$ 20 milhões para este programa destinaria cerca de 500 mil reais para cada associação microrregional, que poderiam ser utilizados na aquisição de maquinários, equipamentos, veículos, construção e ou ampliação da sede da entidade (AMM, 2013).

A AMAPI e a AMMAN estão entre as 40 associações de municípios, que receberão o repasse de recursos, o que constitui uma excelente oportunidade para a essas associações

adotarem medidas que visem ao seu fortalecimento e modernização, articulando suas ações com órgãos e entidades do Estado. A expectativa é que a aplicação apropriada destes recursos intensificará as ações destas associações e, consequentemente, beneficiará a todos os municípios participantes do PEDET.

A proposta é congrega todos os interessados no desenvolvimento dessa região em torno de uma agenda de reivindicação comum. A partir dessa agenda, projetos legislativos, proposta de leis, incentivos reais e emendas orçamentárias poderiam ser direcionados para concretizar as demandas manifestadas.

Na busca pelo desenvolvimento regional, as associações AMAPI e AMMAN devem ser fortalecidas para que se transformem efetivamente em agências fomentadoras do desenvolvimento da região. Além disso, é imprescindível o estreitamento das relações entre os municípios da AMAPI e AMMAN. Tendo em vista o papel que as associações de municípios com essas associações de municípios, que desempenham um papel relevante no processo de desenvolvimento do PEDET.

Para o êxito dessas associações, elas devem desvincular suas ações de mandatos das Prefeituras, pois o desenvolvimento requer o cumprimento de metas de longo prazo, que extrapolam o período de um mandato de governo. Além disso, é necessário elaborar um planejamento, que incluam metas, ações e cronograma de execução, mencionando quais ações serão cumpridas coletivamente e individualmente para cada município. Essas metas devem ser discutidas em reuniões das duas associações, que devem se unir, a fim de que os projetos tenham mais condições de serem implementados.

A partir de projetos elaborados no âmbito municipal e regional, é fundamental que as administrações municipais, AMAPI e AMMAN busquem apoio de deputados federais e estaduais eleitos com maior expressividade de votos na região, bem como da Associação Mineira de Municípios (AMM) e a Confederação Nacional de Municípios (CNM), a fim de levar suas reivindicações para a promoção do desenvolvimento da região e obter financiamento para projetos e políticas públicas municipais e regionais. Para tanto, é imprescindível a imparcialidade político-partidária das propostas, visando congrega políticos de diferentes partidos em torno da causa maior que é

o desenvolvimento sustentável territorial. Torna-se ainda necessária a condução do processo com auxílio de organismos externos com conhecimento técnico na área, como o IPPDS e a UFV.

No processo de desenvolvimento, é importante a criação de um fórum permanente de desenvolvimento regional, liderado pela AMMAN e AMAPI, com cronograma de execução, monitoramento das ações e metas previstas, além da realização de seminários regionais com a participação de autoridades regionais e municipais, executivos, lideranças políticas e representantes das grandes empresas.

No processo de governança é necessário um trabalho conjunto entre os atores públicos e privados de um município, devendo haver cooperação regional entre os municípios de identidades semelhantes. Dever existir, ainda, uma ação conjunta entre a população local, os atores produtivos e as esferas governamentais, o que possibilitará a consolidação de um modelo de desenvolvimento “de baixo para cima”, amparado por pactos que transcendam a economia e que congrega variáveis culturais, ambientais, políticas e sociais, numa perspectiva de sustentabilidade em suas distintas dimensões.

## Notas

1. Fonte: <http://www.amapi-mg.org.br/>. Acesso em 01/12/2014.
2. Fonte: <http://portal.cnm.org.br/amm-mg/constitucional/links.asp>. Acesso em 01/12/2014.
3. Fonte: <http://www.cnm.org.br/>. Acesso em 01/12/2014.
4. Fonte: <http://www.cnm.org.br/>. Acesso em 01/12/2014.
5. Fonte: <http://www.cnm.org.br/>. Acesso em 01/12/2014.
6. BUTZKE, L. O papel das associações de municípios na dinâmica de planejamento regional e urbano em Santa Catarina. Estudo de caso sobre a trajetória da associação dos municípios do Alto Vale do Itajaí. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2007.
7. MELLO, D. L. de. Associativismo como instrumento de desenvolvimento dos governos locais: a experiência brasileira e de outros países. *Revista de Administração Pública - RAP*. Rio de Janeiro, 31. 61-66, Nov/dez 1997.
8. PLANO MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO (PMDI) 2011-2030. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG/MG, 2011.
9. UFJF. Agenda de Desenvolvimento da Zona da Mata. UFJF: Juiz de Fora, 2011. <http://www.ufjf.br/secom/files/2011/09/Agenda-documento-Final-I-10-06-2011.pdf>
10. RODRIGUES, Miguel. Governança em rede: da metáfora ao objecto de investigação. *Administração Pública Interface*. N.º165, EDIÇÃO 55, Setembro 2010. 24-30.
11. ESCOBAR, Cecília Maria de Souza. Governança estratégica em Redes de políticas públicas: a experiência do Programa Bolsa Família. Dissertação (mestrado em Ciência Política) Universidade de Brasília, 2008. Disponível em [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5114/1/2008\\_CeciliaMDeSescobar.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5114/1/2008_CeciliaMDeSescobar.pdf).
12. Ver MARTINS, Humberto F. e MARINI, CAIO. Um guia de Governança para Resultados na Administração Pública. Publix Editora, 2010.
13. Ver matéria “Resíduos de madeira vão para a parede e agradam o consumidor “ em <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,EMI135454-18055,00-RESIDUOS+DE+MADEIRA+VAO+PARA+A+PAREDE+E+AGRADAM+O+CONSUMIDOR.html>.
14. Ver <http://revistadinheirorural.terra.com.br/noticia/agrotecnologia/residuo-e-fonte-de-energia-sustentavel> e também <http://www.veingle.com/s/briquetes/2.html>. Acesso em 1 de dezembro de 2014.
15. RAMOS, Silvana Pirillo. Políticas e processos produtivos do artesanato brasileiro como atrativo de um turismo cultural. *Revista Rosa dos Ventos 5 (I) 44-59*, jan-mar, 2013. <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/download/1741/1187>
16. SILVA, Fernanda Cristina; LIMA, Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. A cooperação intermunicipal nos circuitos turísticos de Minas Gerais. *Revista Acadêmica*, Vol. VII, nº1, Rio de Janeiro, 2012.
17. O turismo de base comunitária se consolidou no Brasil como uma proposta de desenvolvimento para o turismo na escala local e centrado nos recursos (humanos, naturais e de infraestrutura das comunidades interessadas, visando promover a conservação ambiental, a valorização da identidade cultural e a geração de benefícios diretos para as comunidades receptoras. (Fonte: FABRINO, NatháliaHallack. Turismo de Base Comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos. Brasília, 2013, 185 p.)
18. IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal. *Gestão Municipal Manual dos Prefeitos*. Rio de Janeiro, 2013.



# Políticas públicas disponíveis

*Essa parte do relatório tem o objetivo de apontar as políticas públicas disponíveis no município para o empresariado rural e urbano e para as prefeituras. Uma característica comum dessas políticas é que o sucesso delas na geração de benefícios privados e públicos depende fundamentalmente da ação do prefeito e dos secretários municipais. Por exemplo, o volume de crédito para a agricultura familiar depende da gestão de prefeitos, secretários de agricultura e outras lideranças agrícolas demandando dos gerentes das instituições financeiras o montante necessário de recursos. Ao mesmo tempo, é muito importante motivar e organizar o serviço da Emater, dos sindicatos e das associações de produtores e até mesmo contratar empresas para facilitar o serviço bancário na realização de cadastro, das cartas de aptidão e dos contratos. Reconhecendo a relevância dessa atuação estratégica das prefeituras, listam-se abaixo as políticas disponíveis e seu funcionamento.*

**Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf):** O Pronaf tem recursos de R\$24,1 bilhões para a safra 2014-2015 para serem aplicados no Grupo A (assentamentos), no Grupo B (microcrédito) e no Grupo C (agricultores familiares) a taxas de juros variando de 0,5 % ao ano até 3,5 % ao ano. Esse é um recurso importante para dinamizar os municípios uma vez que mais de 90% das propriedades rurais se enquadram nessas categorias da agricultura familiar e poderiam ser beneficiadas pelo crédito do Pronaf. Vale a pena enfatizar que o volume disponibilizado desses recursos depende das solicitações das lideranças municipais.

**Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE):** São dois programas distintos com um importante ponto em comum: compram alimentos dos produtores familiares, garantindo uma demanda estável e a renda aos produtores.

**Crédito para a Agricultura Comercial:** Os produtores rurais que não se enquadram nos critérios do Pronaf poderão solicitar crédito agrícola tradicional pagando uma taxa de juros um pouco maior, variando de 4% a 6,5 % ao ano. Vale ressaltar novamente que o volume de recursos disponibilizado depende das demandas do prefeito, do secretário de agricultura, dos sindicatos, das cooperativas e de outras lideranças junto aos agentes financeiros.

**Crédito Fundiário:** Esse é um tipo de crédito que permite a compra de terra por associações de produtores ou mesmo por produtores isolados. O prazo para pagamento do empréstimo é de vinte anos e, dependendo do valor do empréstimo, a taxa de juros varia de 2% a 5% ao ano. Em todos os municípios, há um mercado de terra ativo, isto é, há pessoas querendo vender suas propriedades

e outras querendo comprar. Mas é fundamental que haja crédito disponível para dinamizar o mercado, pois terra é um ativo caro.

**PMAT Automático - Investimento:** O objetivo desse programa é apoiar projetos de investimentos da Administração Pública Municipal voltados à modernização da administração tributária e à melhoria da qualidade do gasto público, visando a proporcionar aos Municípios uma gestão eficiente que gere aumento de receitas e/ou redução do custo unitário dos serviços prestados à coletividade. Os beneficiários pretendidos pelo programa são os municípios brasileiros.

**PMAT Automático - Máquinas e Equipamentos:** O objetivo dessa parte do programa é apoiar a aquisição de máquinas e equipamentos relacionados a projeto de investimento da Administração Pública Municipal voltados à modernização da administração tributária e à melhoria da qualidade do gasto público, visando a proporcionar aos Municípios uma gestão eficiente que gere aumento de receitas e/ou redução do custo unitário dos serviços prestados à coletividade. Os beneficiários do programa são os Municípios Brasileiros.

**Programa Caminho da Escola:** Renovar e ampliar a frota de veículos de transporte escolar destinada ao transporte diário de alunos da educação básica da rede pública residentes, prioritariamente, na zona rural dos sistemas estadual, distrital e municipal, por meio de financiamento, exclusivamente por meio de Instituições Financeiras Credenciadas.

**Programa de Melhoria do Ensino das Instituições de Educação Superior - Programa IES:** Apoiar a melhoria da qualidade do ensino

no das Instituições de Educação Superior (IES) Públicas e Privadas, com ou sem fins lucrativos, inclusive beneficentes de assistência social, que atendam a pré-requisitos.

**Programa de Intervenções Viárias - PROVIAS:** O objetivo do programa é a contratação de operações de crédito para aquisição de máquinas e equipamentos novos, produzidos no país e credenciados no BNDES, destinados a intervenções em vias públicas, rodovias e estradas. Apenas entes da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, podem ser beneficiários do PROVIAS.

**Programa BNDES de Apoio à Qualificação Profissional do Trabalhador - BNDES Qualificação:** Esse programa tem os objetivos: Promover a implantação, expansão, modernização e, prioritariamente, a ampliação do número de vagas de instituições de ensino que ofereçam cursos de formação profissional inicial e continuada, educação profissional técnica de nível médio e educação tecnológica; - Apoiar projetos de implantação e modernização de infraestrutura destinados à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas instituições mencionadas acima, que tenham como objetivo a solução de gargalos tecnológicos em áreas de conhecimento específicas. São beneficiários do programa: Instituições privadas integrantes dos Serviços Sociais Autônomos que atuem com formação profissional inicial e continuada, educação profissional técnica de nível médio e educação tecnológica; Instituições públicas que atuem com formação profissional inicial e continuada, educação profissional técnica de nível médio e educação tecnológica; e Instituições privadas não integrantes dos Serviços Sociais Autônomos que atuem com educação profissional técnica de nível médio.

**Emater, Senar, Sebrae, Banco do Brasil, Cooperativas de Crédito, sindicatos:** Essas organizações, devidamente apoiadas e motivadas, oferecem assistência técnica e treinamento aos produtores rurais e urbanos e são de grande relevância para o aumento de produtividade e qualidade da produção com impacto na renda dos produtores. São também importantes na viabilização de maiores volumes de recursos do crédito rural para o produtores.

Uma listagem mais ampla dessas organizações é apresentada abaixo.

**O Sistema S:** O Sistema S é composto por organizações e instituições, todas referentes ao setor produtivo, que tem como objetivo melhorar e promover o bem estar de seus funcionários, na saúde e no lazer, por exemplo, como também disponibilizar uma boa educação profissional. Vale ressaltar que as instituições do Sistema S não são públicas, mas recebem subsídios do governo. As receitas arrecadadas pelas contribuições ao Sistema S são repassadas a entidades, na maior parte de direito privado, que devem aplicá-las conforme previsto na respectiva lei de instituição. As entidades em questão são as seguintes:

- 1. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA):**
  - SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
- 2. Confederação Nacional do Comércio:**
  - SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
  - SESC - Serviço Social do Comércio
- 3. Sistema Cooperativista Nacional:**
  - SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
- 4. Confederação Nacional da Indústria:**
  - SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
  - SESI - Serviço Social da Indústria
- 5. Confederação Nacional do Transporte:**
  - SEST - Serviço Social de Transporte
  - SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
- 6. Micro e Pequenas Empresas:**
  - SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- 7. Outras áreas:**
  - Fundo Aeroviário - Fundo Vinculado ao Ministério da Aeronáutica
  - DPC - Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha
  - INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Como agentes estratégicos, as entidades que compõem o Sistema S podem contribuir sobremaneira com a capacitação dos profissionais da região do PEDET impulsionando assim o aumento no número de postos de trabalho e a geração de renda.

**Minha Casa Minha Vida:** O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias de baixa renda, compreendendo os seguintes subprogramas: (i) Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU que tem por objetivo promover a produção ou aquisição de novas unidades habitacionais, ou a requalificação de imóveis urbanos, para famílias de baixa renda; (ii) Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR que tem por objetivo subsidiar a produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais cuja renda familiar anual bruta não ultrapasse R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

**Luz para todos:** O Programa Luz para todos é coordenado pelo Ministério das Minas e Energia e tem como objetivo acabar com a exclusão elétrica do país. O Programa contempla o atendimento das demandas no meio rural através de uma das três alternativas: (i) Extensão de Rede; (ii) Sistemas de Geração Descentralizada com Redes Isoladas; e (iii) Sistemas de Geração Individuais.

# Avaliação de situação - Oficinas de governança local

## Capítulo

# 7

*A realização das oficinas de Governança Local compõe uma série de ações que tiveram o objetivo de subsidiar a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial (PEDET). Em parceria com a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Rio do Piranga (AMAPI), Associação dos Municípios da Microrregião da Zona da Mata Norte (AMMAN), Assembleia Legislativa de Minas Gerais e a Universidade Federal de Viçosa (UFV), o Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (IPPDS) reuniu membros do poder público e a sociedade civil dos 33 municípios que compõem o território estudado.*

Foram realizadas dois encontros nos dias 10 e 16 de julho de 2014 nas cidades de Ponte Nova e Viçosa, respectivamente. Essa atividade foi coordenada pelo professor Bruno Tavares e pela professora Suely de Fátima Ramos Silveira e contou com o apoio de uma equipe de estagiários responsáveis pela função de moderadores e relatores. Estiveram presentes participantes dos municípios de Ponte Nova, Guaraciaba, Santo Antônio do Gramma, Jequeri, Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce, Piedade de Ponte Nova, Acaiaca, Urucânia, Abre Campo, Viçosa, Coimbra, Cajuri, Canaã, Paula Candido, Pedra do Anta e Araponga.

As oficinas foram executadas com o intuito de levantar informações, sugestões, ideias visando à participação política e social. A dinâmica sugerida está fundamentada na governança territorial democrática. Esta perspectiva fundamenta-se na promoção de uma (re) aproximação entre a política e a administração pública, com participação popular, tendo como foco a relação entre os interesses sociais e a ação política. O contexto de múltiplos atores atuando coletivamente para a construção do bem comum evidencia a relevância da organização policêntrica, apontando para a abertura de espaços onde são apresentados e debatidos múltiplos interesses, buscando uma convergência de ações dos diferentes atores em prol do desenvolvimento local.

Para a execução das oficinas a metodologia utilizada contou com quatro etapas que nor-

tearam os debates entre os atores que estiveram presentes:

- 1. Construção da visão de futuro:** em conjunto os participantes indicaram o futuro desejado para o município e para a região, tendo como questão norteadora “Meu município e minha região no ano de 2025?”. O moderador de cada grupo solicitou que os participantes escrevessem em uma folha branca os pontos nos quais iriam compor a região desejada e, em seguida, que fossem declarados (ou apresentados) ao grupo. Após esse debate foi sugerido pelo moderador que os participantes dos grupos chegassem a pontos de convergência, ou seja, ao fim dessa etapa foi elaborada uma lista com os pontos de maior relevância segundo a percepção dos próprios participantes do grupo.
- 2. Mapeamento da governança estrutural:** os participantes, a partir da discussão, identificaram as entidades (organizações privadas, do setor público e organizações sociais) e as respectivas funções e importância para o desenvolvimento econômico local. Essa etapa buscou a identificação objetiva da contribuição da ação das diferentes entidades. A relação dos atores e suas funções permitiu visualizar os potenciais nós das redes, isto é, os principais atores cujas ações se dirigem para finalidades semelhantes ou complementares.
- 3. Análise situacional:** os participantes identificaram os fatores locais de desenvolvimento, destacando os elementos nos quais o desenvolvimento pode se fundamentar e quais aqueles que devem ser superados, tendo em vista a re-

ção desejada e manifestada na primeira etapa. Para tanto, foi elaborada uma matriz de situação do município (Quadro 1) considerando os fatores que conduzem ou favorecem e os fatores que inibem o desenvolvimento dos municípios. Durante a execução dessa etapa foi fornecida para a equipe uma cartolina na qual o moderador do grupo colou papéis que continham os pontos elencados pelos participantes. Cada quadrante possuía uma cor de papel a ser pregado para facilitar a visualização.

**4. Identificação de prioridades e das ações coletivas potenciais:** Por meio do debate os participantes elencaram suas prioridades dentro dos quadrantes 1, 2 e 4, ou seja, através da votação eles escolheram os pontos que julgaram ser mais importantes para refletir, agir e utilizar como apoio para o desenvolvimento da região. Depois de identificadas as prioridades os participantes pontuaram as atividades a serem empreendidas e as ações por meio das quais as entidades participantes poderão contribuir para desencadear o desenvolvimento local. Como forma de condução da atividade propôs-se uma espiral, ou seja, as prioridades foram discutidas uma a uma, colocando em debate os processos e os desejos associados a cada uma. Assim, uma prioridade só foi colocada em discussão quando foi finalizada aquela que se encontrava em debate e assim sucessivamente.

Ao final da oficina, realizou-se uma plenária na qual o moderador de cada grupo apresentou um resumo dos principais tópicos debatidos de modo a divulgar para a comunidade presente os resultados das discussões e validar as anotações e relatos apreendidos pelos moderadores junto aos participantes.

Este capítulo foi dividido em três partes de modo a seguir divisão proposta pela metodologia utilizada para realização das oficinas: (i) Mapeamento da governança estrutural; (ii)

Análise situacional; (iii) Construção da visão do futuro. Em relação ao Mapeamento da governança estrutural serão apresentados os principais atores citados pelos participantes. Tais atores foram organizados a partir da formação de grupos onde suas características se assemelham e os distingue dos demais grupos.

A apresentação da Análise situacional seguirá a sequência da formação dos quadrantes que compõem a Matriz de Situação do Município (ver Quadro 1). Para a análise dos quadrantes foi utilizada a análise de conteúdo, sendo, portanto, constituídas categorias nas quais buscou-se agrupar as falas dos participantes. Ao todo foram construídas 19 categorias para 149 trechos relatados pelos participantes.

Na Construção da visão do futuro serão observados os relatos dos participantes quando à região desejada e também os principais pontos apontados como entraves, sendo então apontados possíveis desdobramentos para o futuro.

## 1. Mapeamento da governança estrutural

Os participantes, a partir da discussão nos grupos, identificaram as entidades (organizações privadas, do setor público e organizações sociais) com potencial para promover ou contribuir para o desenvolvimento econômico local. A relação dos atores e suas funções permitiu visualizar os potenciais nós das redes, isto é, os principais atores cujas ações se dirigem para finalidades semelhantes ou complementares.

Foi possível notar que a identificação das entidades indicou organizações públicas, privadas e também do “terceiro setor” (público não estatal). Nesse caso têm-se as entidades de direito privado

Quadro 1 - Matriz de Situação do Município

		Situação do município	
		Ausentes	Presentes
Fatores de desenvolvimento	Favorecem	<p><b>Quadrante 2:</b> Construções necessárias Elementos a serem desenvolvidos no local</p>	<p><b>Quadrante 1:</b> Pontos fortes que podemos explorar Forças locais que poderão sustentar as demais</p>
	Inibem	<p><b>Quadrante 3:</b> Resistência e monitoramento Elementos que podem ser ignorados, ainda que monitorados</p>	<p><b>Quadrante 4:</b> Pontos fracos que precisamos superar Situações problema que deverão ser resolvidas</p>

formadas por grupos de pessoas que buscam a realização de um objetivo comum sem a finalidade lucrativa. A inexistência da finalidade lucrativa o distingue das entidades caracterizadas como apenas privadas, suscitando portanto, a criação dessa nova categoria de entidades. Abaixo serão apresentadas as categorias e as entidades que as compõem.

### 1.1. Poder Público

De maneira geral, o poder público é responsável por garantir o bem estar da população. Sendo assim, as entidades públicas exercem um papel primordial na vida dos cidadãos uma vez que são grandes responsáveis por apoiar e promover o desenvolvimento em parceria com os outros setores.

Durante os debates a administração pública foi citada em todas as suas instâncias com destaque ao poder público local. Desde o processo de descentralização da gestão pública brasileira, houve a ampliação da participação do poder público municipal no que diz respeito a ações em prol do desenvolvimento socioeconômico local. Portanto, torna-se viável elencar o governo municipal como promotor direto do desenvolvimento econômico local.

Entidades responsáveis pela assistência técnica agropecuária também foram citadas nos debates, dentre elas estão a Emater, Embrapa e Epamig. A Emater possui sede em todos os municípios (dos participantes das oficinas) e, portanto, tem relação direta com os produtores, fato que justifica a grande frequência que a mesma foi citada como um possível órgão promotor do desenvolvimento econômico da região. As demais entidades foram citadas, entretanto, com menor destaque.

### 1.2. Setor Privado

As iniciativas privadas são aquelas que atuam sem a participação do governo e que, em sua maioria, visam lucro. Ainda que atuem em um ambiente em que o governo exerce soberania e influencie nas decisões tomadas pelas organizações privadas, essas organizações são sustentadas pelo capital próprio e pelos acionistas.

Nos debates foram citadas, com destaque, algumas das grandes indústrias e empresas presentes na região, dentre elas estão: Haskell, Saudali, Laticínios Porto Alegre, Pif-Paf, Sucos Tial e Fazenda Dom Bosco. Além disso, foram citados ainda os bancos e as instituições de ensino, ambos privados. Nesse último caso, não foram citadas organizações/entidades em específico.

Cabe destacar que o setor privado, em especial as organizações citadas pelos participantes,

possuem papel importante na região, não só pela representatividade e visibilidade, mas pela promoção de empregos e movimentação de mercadorias, tanto em importação, como em exportação. Porém, é preciso que os produtores sejam valorizados, bem como a matéria prima por eles fabricada.

### 1.3. Entidade sem fins lucrativos

As entidades sem fins lucrativos são aquelas que possuem fins não econômicos. Em termos de desenvolvimento local, essas entidades ocupam uma importância crescente, atuando de maneira complementar às entidades públicas e compondo um corpo relevante de atores que influenciam e operam transformações sociais.

As entidades sem fins lucrativos destacados pelos participantes foram os sindicatos rurais, as associações, cooperativas, igrejas e Conselhos Regionais. Coube destaque para os Sindicatos Rurais, que pelas características da região, estão mais presentes.

Foram destacadas ainda nos debates as entidades que compõem o Sistema S, tais como o Senar, Senai, Senac, Sebrae entre outros. Esse sistema é composto por organizações e instituições, todas referentes ao setor produtivo, que tem como objetivo melhorar e promover o bem estar de seus funcionários, na saúde e no lazer, por exemplo, como também a disponibilizar uma boa educação profissional. Vale ressaltar que as instituições do Sistema S não são públicas, mas recebem subsídios do governo.

A análise da governança estrutural apresenta uma região dotada de diferentes atores dotados de competências complementares. Neste sentido, observa-se uma configuração favorável em termos de número e diversidade de organizações. As relações entre estas entidades é o objeto da próxima seção.

## 2. Análise situacional

Como já afirmado anteriormente, para a análise situacional foi utilizada a análise de conteúdo com matriz aberta, isto é, as categorias não foram identificadas a priori, mas a partir dos relatos dos participantes. A partir desse técnica foram criadas categorias que visaram agrupar a fala dos participantes de modo a apresentar as principais convergências encontradas.

Para a construção das categorias de todos os quadrantes da matriz buscou-se refletir uma ordem em que as situações estão presentes no território. Assim, fatores externos foram pensados em um primeiro momento e em seguida foram criadas

categorias que contenham os fatores internos e, em alguns casos, que são característicos da região.

Antes, porém, de se iniciar a análise dos quadrantes que fizeram parte da dinâmica da oficina, apresenta-se o Quadro 2, contendo todas as categorias utilizadas em cada quadrante e uma breve descrição de tais categorias:

### 2.1. Quadrante 1 – Pontos fortes que podemos explorar

O Quadrante 1 da Matriz de situação do território, se refere aos pontos fortes que podemos explorar, ou seja, são fatores que favorecem ao desenvolvimento e estão presentes no município.

Além disso, o quadrante ainda poderá sustentar os demais, pois são através das forças já existentes que se poderá construir o alicerce para o desenvolvimento.

#### 2.1.1. Localização

Como afirmado no anteriormente, a categoria “Localização” refere-se à localização estratégica do território. Nesta categoria, os participantes das oficinas se convergem quando destacam a proximidade do território com os grandes centros e com o mercado consumidor. Entende-se, portanto, que a localização favorece os produtores e mercados tanto em escoamento da produção quanto na compra de matéria prima, por exemplo.

Quadro 2 – Categorias de análise dos quadrantes

Quadrante	Categoria	Descrição
<b>Quadrante 1</b>	Localização	Refere-se à localização do território em relação a outros territórios considerados relevantes para o desenvolvimento local
	Fatores Edafo-Climáticos	Expressa os fatores de clima e solo que caracterizam a região.
	Instituições/Organizações/Entidades	Refere às instituições, organizações e entidades que estão presentes e que podem ser caracterizadas como importantes para o contexto institucional do território.
	Ações do Poder Público	Refere-se às ações do Poder Público tanto local, quanto estadual e federal que refletem de forma direta e/ou indireta no território.
	Potenciais Agropecuários	Trata-se das vocações ou potenciais agrícolas e pecuárias que estão presentes no território e podem ser fatores de desenvolvimento.
<b>Quadrante 2</b>	Participação Social	Essa categoria expressa a necessidade de maior envolvimento da sociedade com as ações públicas.
	Papel dos atores	Trata-se das funções que deverão ser realizadas por todos os atores em prol do desenvolvimento econômico da região.
	Questões Ambientais	Nessa categoria foram abordados aspectos relacionados a mudança nas atitudes da população a favor dos desafios ambientais que precisam ser superados para que seja alcançada a melhoria na qualidade de vida.
	Qualificação Profissional	Aspectos relacionados às competências técnicas e profissionais da população do território.
	Infraestrutura	Nessa categoria foram contemplados fatores que fazem parte da infraestrutura em geral do território, desde infraestrutura logística ao planejamento urbano.
	Segundo Setor	Essa categoria congrega os relatos referentes à importância de indústrias e agroindústrias com o intuito de promover o desenvolvimento econômico da região.
	Atuação do Poder Público	Refere-se às ações do Poder Público tanto local, quanto estadual e federal que refletem de forma direta e/ou indireta no território.
<b>Quadrante 3</b>	Fatores Ambientais	Esta categoria inclui fatores geoclimáticos e os problemas decorrentes de desequilíbrios ambientais.
	Legislação	Refere-se à legislação ambiental, tributos e entraves causados pelo excesso de burocracia no meio rural.
	Questões Sociais	Categoria que representa os problemas sociais da região causados principalmente pela falta de emprego e renda decorrentes do baixo desenvolvimento econômico em que se encontram os municípios.
<b>Quadrante 4</b>	Capacitação e Qualificação	Inclui a necessidade da capacitação dos responsáveis por conduzir, em especial, questões políticas da região, dos técnicos que prestam assistência aos agricultores bem como da população em geral.
	Infraestrutura logística	Questões que tratam da estrutura logística da região.
	Planejamento do poder Público	Esta categoria versa sobre problemas citados no que se refere à falta de planejamento do poder público da região acarretando problemas sociais como desemprego e violência no meio rural.
	Associativismo e cooperação	Está ligado a falta de tradição ou de cultura associativa e cooperativa.

Além disso, são citados os fatores geográficos em geral, incluindo a boa localização citada anteriormente, o turismo rural e a base histórica da região, que possui característica predominantemente rural.

Ao todo, a categoria foi citada em dez oportunidades e incorpora os pontos citados anteriormente, cabendo destaque para a proximidade com os grandes centros, que obteve três citações.

### **2.1.2. Fatores Edafo-Climáticos**

A categoria “Fatores Edafo-Climáticos” expressa as condições de clima e solo que caracterizam a região. Cabe destacar aqui que o território estudado é de clima predominantemente tropical e a principal atividade econômica é a agropecuária, enfatizando, portanto, a importância do solo.

A categoria teve treze citações e os fatores geográficos, como clima e localização e a vocação/potencial agropecuário foram as que mais se destacaram e convergiram, cabendo quatro menções para cada.

Além destas, os participantes destacaram as terras cultiváveis/solo favorável, o potencial hídrico e os recursos naturais como também presentes na região e que favorecem o desenvolvimento e a produção.

### **2.1.3. Instituições/Organizações/Entidades**

A categoria “Instituições/Organizações/Entidades”, como apresentado no Quadro 2, refere às instituições, organizações e entidades que estão presentes e que podem ser caracterizadas como importantes para o contexto institucional do território.

Nesta categoria, houve destaque para a presença de Centros de Ensino e de empresas de maior porte. Nesse sentido, das treze citações que a categoria obteve, oito continham referência às instituições de ensino e às empresas. Quanto aos Centros de Ensino, os participantes citaram a Universidade Federal de Viçosa, quanto às empresas, os participantes mencionaram Pif-Paf, Laticínios Porto Alegre e Saudali.

Outras instituições, empresas e entidades citadas foram as associações de municípios, os sindicatos de produtores rurais, organizações financeiras que fornecem recursos (CAIXA), a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Rio Piranga (AMMAN) e o Sistema S. No entanto, foram citados apenas uma vez.

### **2.1.4. Ações do Poder Público**

A categoria “Ações do Poder Público” refere-se às ações do Governo nos níveis local, estado-

al e federal que refletem de forma direta e/ou indireta no território. O Poder Público ainda será citado em outros quadrantes, ressaltando, assim, sua importância para a promoção do desenvolvimento.

Nesta categoria não houve uma citação frequente, além disso, foram encontradas cinco citações que correspondem às ações do Poder Público. As citações para esta categoria foram: existência de programas institucionais (PAA1, PNAE2), incentivos para as empresas, forças políticas comprometidas com a causa e o PRONATEC3/capacitação dos jovens nos municípios.

Como o Quadrante 1 se refere aos pontos fortes, percebe-se portanto que os participantes consideram os programas citados anteriormente como importantes para o desenvolvimento, principalmente por estarem ligados às crianças (PNAE) e aos jovens (PRONATEC). O baixo número de referências às ações do poder público chama a atenção e permite questionar a atuação das entidades públicas junto à sociedade em prol do desenvolvimento local.

### **2.1.5. Potenciais Agropecuários**

A categoria “Potenciais Agropecuários” refere-se às vocações ou potenciais agrícolas e pecuárias que estão presentes no território e podem ser fatores de desenvolvimento. Assim como a categoria anterior, não teve muitas citações, apenas quatro. No entanto, com estas citações foi possível identificar as principais produções do território, como, por exemplo, o café. Assim, os relatos foram: café de qualidade, hortifrutigranjeiros em pequena escala, agroindústrias (doces, laticínios, suinocultura) e a diversidade de culturas agrícolas.

Tendo em vista que a principal atividade econômica da região é a agropecuária e os municípios em estudo são em sua maioria rurais, essa categoria mostra-se como importante, pois apresenta os principais potenciais e recursos da região que, se utilizados, poderão ser fontes de emprego e geração de renda.

## **2.2. Quadrante 2 - Construções necessárias**

O Quadrante 2 da Matriz de Situação do Município se refere às construções necessárias, isto é, aos elementos a serem desenvolvidos no local para que seja alcançado o desenvolvimento econômico na região.

### **2.2.6. Participação Social**

Essa categoria expressa a necessidade de maior envolvimento da sociedade com as ações públicas em busca do desenvolvimento da região.

Como construções necessárias para alcançar o desenvolvimento econômico da região foram citadas uma maior participação da sociedade e o fortalecimento dos conselhos gestores.

A promoção de diálogos entre o poder público e a sociedade civil pode garantir melhoria nas ações da gestão pública uma vez que será levado em consideração um conjunto de necessidades que são específicas da região, não tomando como base ações genéricas.

### **2.2.7. Papel dos atores**

Trata-se do comportamento dos atores que atuam direta ou indiretamente na economia regional que podem influenciar o desenvolvimento do território. A articulação desses atores, melhor organização das ações coletivas, maior comprometimento dos atores e a construção de um senso coletivo são fatores essenciais, de acordo com os participantes das oficinas, para a promoção do desenvolvimento econômico proposto por esse trabalho.

### **2.2.8. Questões ambientais**

Nessa categoria foram abordados aspectos relacionados à mudança na atitude da população a favor dos desafios ambientais que precisam ser superados para que seja alcançada a melhoria na qualidade de vida. Em debate, os participantes destacaram aspectos como a conscientização socioambiental, atendimento às exigências ambientais e a proteção das nascentes.

Todos esses aspectos convergem na direção do desenvolvimento. Para que sejam atendidas as exigências ambientais – que engloba também a proteção das nascentes - inicialmente a população deve compreender o quão necessário é a preservação do meio ambiente, isto é, conscientização socioambiental.

### **2.2.9. Qualificação Profissional**

A categoria aqui apresentada reflete a falta de qualificação profissional da população dos municípios que compõem o território. Nessa categoria a necessidade de melhor qualificação da mão de obra empregada na região foi relatada por três grupos, apresentando maior frequência nos debates.

Atualmente, o mercado de trabalho exige que os profissionais estejam cada dia mais qualificados. A excelência dos profissionais fletem no bom desempenho das empresas e em serviços públicos de qualidade, justificando assim a importância da qualificação profissional para o desenvolvimento econômico.

### **2.2.10. Infraestrutura**

Nessa categoria foram contemplados fatores

que fazem parte da infraestrutura em geral do território, desde infraestrutura logística ao planejamento urbano. De modo geral, foram citados aspectos da infraestrutura que afetam diretamente o escoamento da produção regional tais como: a manutenção das estradas e o recapeamento, a reativação e possível ampliação das ferrovias da região para baratear o custo do transporte da produção.

Foi debatido também a falta de planejamento urbano que, de certo modo, implica em atrasos e morosidade na entrega da produção provocando prejuízos tanto para os empresários quanto para a população, dado o caos que os caminhões e outros transportes causam no trânsito nos centros das cidades. A elaboração de planejamento urbano para a região teria influencia direta no desenvolvimento caso este leve em consideração melhorias na infraestrutura de escoamento da produção.

### **2.2.11. Segundo Setor (Setor Privado)**

A importância do segundo setor para o desenvolvimento econômico da região foi destaque nos debates realizados nas oficinas. Portanto, essa categoria propõe o incentivo e atração de indústrias e agroindústrias com o intuito de promover o desenvolvimento econômico da região. As falas sobre esse tema foram recorrentes no decorrer das oficinas. Portanto, tem-se como proposta unânime a importância do incentivo para a instalação de indústrias na região. Foi relatado também o papel agregador que o segundo setor tem para a região uma vez que o mesmo será capaz de criar novos postos de trabalho e criar demanda para a produção primária do território.

### **2.2.12. Atuação do Poder Público**

Refere-se às ações do Poder Público tanto local, quanto estadual e federal que refletem de forma direta e/ou indireta no território. Os debates sobre esse tema giraram em torno do despreparo da administração pública em incentivar e ampliar sua área de atuação, isto é, a má aplicação das políticas e a falta de incentivo às instalações de indústrias na região foram detectadas como entraves ao desenvolvimento. Destacou-se também a falta de incentivo aos potenciais da região como a agricultura familiar e a articulação com os centros de ensino (parceiro potencial para o alcance do desenvolvimento econômico).

## **2.3. Quadrante 3 – Resistência e Monitoramento**

Nesse quadrante foram tratadas situações que estão ausentes e inibem o desenvolvimento da região, uma ameaça a ser controlada sendo



preciso, portanto, o monitoramento constante das mesmas. Vale ressaltar a dificuldade dos participantes em relatar tais situações, ficando muitas vezes só com os exemplos que foram elencados pelos moderadores.

### 2.3.13. Fatores ambientais

Essa categoria refere-se aos fatores geoclimáticos e aos problemas decorrentes de desequilíbrios ambientais. Tendo sido os mais citados pelos participantes a questão das enchentes, estiagem bem como a falta de água, com três citações cada item.

Os demais problemas elencados foram a possível construção de um Mineroduto, sendo relatada a possibilidade de problemas ambientais na região onde fosse instalado causando desequilíbrio no ecossistema. Também foi lembrado o fato de ocorrer na região o cultivo intenso de uma única cultura (monocultura) que gera desgaste do solo e causa dependência econômica devido às oscilações de preço da mesma.

Outra ameaça vista pelos participantes foi a presença de pragas agrícolas, que precisam ser monitoradas e o uso indiscriminado de agrotóxicos no seu controle. Ocorre por parte dos mesmos a preocupação com a adoção de melhores práticas agrícolas e o controle de parasitas por meio de práticas biológicas, o que demonstra preocupação com relação ao desenvolvimento sustentável da região.

Menos citado, porém não menos importante, foi a crise que pode ocorrer em setores de produção consolidados na região como a indústria de laticínios e a suinocultura, gerando desemprego e saída de recursos das cidades onde estariam presentes. Além disso, os entrevistados destacaram o fim da exploração da cana-de-açúcar e de outras matérias primas.

### 2.3.14. Legislação

A categoria legislação foi criada para reunir as questões ligadas aos tributos e entraves causados pelo excesso de burocracia no meio rural, tendo sido o mais citado pelos participantes a alta carga tributária que incide sobre suas propriedades e produção.

O excesso de burocracia e a legislação ambiental também foram vistos como uma ameaça a ser controlada, ou seja, um fator que pode atrapalhar o desenvolvimento da região.

### 2.3.15. Questões sociais

A categoria que trata Questões Sociais reúne itens que mostram a preocupação dos participantes com o aumento da violência no campo, com o uso indiscriminado de drogas e outros entorpecentes bem como o policiamento ineficiente que existe.

Tais problemas estão diretamente ligados à falta de perspectiva para as pessoas no meio rural, a falta de emprego, falta de escolas que contemplem todos os níveis de estudo, de cursos técnicos profissionalizantes e a ausência de áreas de esporte e lazer.

Ocorre, conforme citado pelos participantes, ausência de coletividade, de associações que poderiam representar a população junto às autoridades e pleitear melhores serviços e mais oportunidades no campo. Tudo isso reflete o baixo desenvolvimento econômico em que se encontra a região que carece de ações locais voltadas para a geração de emprego e renda, dando mais oportunidades às pessoas que desejam permanecer no meio rural.

## 2.4. Quadrante 4 - Pontos Fracos que precisamos superar

O quadrante 4 trouxe a discussão os fatores que estão presentes na região e inibem o seu desenvolvimento, são os problemas a serem resolvidas.

### 2.4.16. Capacitação e qualificação

Essa primeira categoria reúne o que foi citado pelos participantes sobre a necessidade de melhor capacitar os responsáveis por conduzir questões políticas da região, dos técnicos que prestam assistência aos agricultores, bem como a população em geral.

Os itens mais citados foram: Falta de qualificação e de capacitação de alguns atores que elaboram projetos (ligados às entidades regionais), bem como a falta de comprometimento da população no que se refere à sua própria capacitação.

Foi citado ainda a necessidade de mão de obra qualificada para dar assistência no campo bem como uma equipe multidisciplinar para o mesmo que poderá contemplar as diversas carências existentes.

Tais dados refletem a preocupação dos presentes em melhorar a qualidade das práticas agrícolas, de gerar conhecimento para a população como um todo e de profissionalização e reconhecimento dos serviços existentes.

### 2.4.17. Infraestrutura logística

Essa categoria reúne os aspectos ligados à infraestrutura logística da região que, segundo relatos, devido a sua precariedade dificulta as exportações e importações de produtos, tornando-os mais caros.

Os itens mais citados foram a falta de planejamento urbano e estradas inadequadas, o que dificulta o transporte e encarece os produtos.

Uma infraestrutura adequada é uma condição indispensável para que a região possa alcançar vantagens competitivas, reduzir os custos de transação, aumentar a produtividade do capital, do trabalho e da economia como um todo. Além de ampliar o poder de compra da população e baratear os preços dos produtos. Diante do exposto tornam-se urgentes maiores investimentos em infraestrutura na região para que a mesma possa reduzir seus custos de transação e gerar mais emprego e renda.

#### **2.4.18. Planejamento do Poder Público**

A referida categoria reúne itens que refletem a pluralidade de opiniões dos participantes sobre planejamento do poder público e políticas públicas.

Foi citado que a falta de planejamento do poder público, políticas públicas mal direcionadas, bem como a falta de articulação entre as entidades políticas e sociedade civil acarretam problemas sociais como desemprego e aumento da violência no campo.

Para os participantes fatores como, por exemplo, as barreiras encontradas na legislação, a falta de interesse dos municípios no desenvolvimento conjunto da região, baixa arrecadação de tributos pelos municípios e a falta de informação/divulgação para as entidades que executam projetos são questões que contribuem para o fato de a região não atrair um parque industrial.

Tendo sido novamente lembrada a falta de segurança da população no meio rural e a ausência de policiamento no mesmo.

Tudo isso leva a reflexão sobre a necessidade de maior integração do poder público nas esferas municipal, estadual e federal no que se refere ao planejamento e implementação de políticas públicas que possam gerar emprego e renda na região bem como a adoção de ações que diminuam a violência no campo.

#### **2.4.19. Associativismo e cooperação**

Esta categoria traz itens que foram citados pelos participantes que demonstram a preocupação com a dificuldade de estabelecer cooperativas e associações na região.

Foi lembrado pelos presentes a falta de cultura para a cooperação e para o associativismo. Cada um age por si e vê o outro como um concorrente, não vislumbrando os benefícios e ações coletivas, o que pode ser um entrave à competitividade dos produtos locais.

### **3. Construção da visão do futuro**

#### **3.1. Imagem coletiva da Visão do Futuro: "Meu território em 2025"**

Os 431.375 habitantes residentes nos 33 municípios que compõe a Microrregião do Vale do Piranga e da Zona da Mata Norte do Estado de Minas Gerais, tiveram seus sonhos concretizados por meio da ação coletiva entre o poder público e a sociedade.

Nos municípios, os gestores públicos são competentes, preparados e mais comprometidos, envolvendo a participação da sociedade, das entidades de classe e das associações, consórcios e cooperativas fortemente consolidadas na região, no processo de desenvolvimento de ações do poder municipal. Por isso, os municípios são desenvolvidos, estruturados e planejados tanto urbano, quanto ruralmente.

A gestão de recursos públicos é feita de modo eficiente e transparente, com maior conhecimento da população sobre as questões do município e seus principais potenciais. A inadimplência na arrecadação de tributos foi combatida. O plano diretor para municípios com menos de 5 mil habitantes é exigido, elaborado e efetivamente executado. As políticas públicas são sustentáveis e permanentes. Ações relativas ao combate às drogas e a violência no meio urbano e rural são seriamente conduzidas, mostrando-se eficientes na redução da criminalidade.

Os gestores públicos municipais integram as ações entre os municípios e promovem a cooperação entre eles na resolução de problemas conjuntos, captação de recursos estaduais e federais, concretização de projetos de planejamento municipal e regional e na busca pela excelência na produção agrícola e industrial para a região. Por isso, estão estabelecidos e instalados na região Arranjos Produtivos Locais (APL's), parques industriais, agroindústrias e centros tecnológicos, com estrutura de produção diversificada que agregam valor às atividades regionais e exploraram o potencial agropecuário da região. As micro e pequenas empresas instaladas na região estão fortalecidas.

Não há burocracia para o acesso de produtores e empresários a recursos, já que estes contam com o apoio das instituições financeiras, entidades privadas, públicas e sociais. A estrutura de produção regional é adequada. As propriedades rurais e a agricultura dispõem de maquinário com nível tecnológico avançado.

A agricultura, a pecuária leiteira, a piscicultura e a suinocultura são desenvolvidas e sustentáveis, com a adoção de políticas de redução constante do impacto ambiental. A produção orgânica é consolidada e dispõe de produtos certificados. O agroturismo é fortalecido. Potenciais turísticos são estruturados, organizados e utilizados como fonte geradora de renda.

A produção agrícola é voltada para mercados institucionais locais e regionais e há a destinação dos alimentos produzidos na região para cesta básica. Empresários e produtores tem pleno conhecimento das diretrizes de programas fomentados em âmbito municipal e regional, aproveitando-os para geração do desenvolvimento econômico local. O mercado dos produtos regionais (cachaça, doces, carnes, leite, temperos, peixes, tomate, feijão, fruticultura, entre outros) é fortalecido e consolidado. A região conta com uma Central de Abastecimento - Ceasa onde são estocados e comercializados os produtos advindos das produções agrícolas e artesanais, aos grandes centros consumidores próximos a região.

As questões de profissionalização e educação no campo foram superadas com a instalação de centros de ensino de renome na região, como SENAI e SENAR. Em parceria com universidades federais, Emater, Epamig e outras entidades públicas e privadas são oferecidas educação voltada para desenvolvimento de pesquisas e tecnologias de produção e comercialização dos produtos agrícolas e artesanais produzidos na região.

Assistência técnica com equipe multidisciplinar é eficientemente realizada. A aplicação de técnicas cientificamente consolidadas em outros

setores da economia no meio rural contribui com o desenvolvimento de produtos e tecnologias eficientes, auxiliam na conscientização da população quanto à necessidade de trabalho coletivo em prol do desenvolvimento econômico municipal e regional e contribui com a permanência da juventude na região e no campo.

O êxodo rural foi extinto. O desenvolvimento econômico regional incentiva a geração de emprego e renda e melhores condições de trabalho. A agricultura familiar é valorizada, com área de plantio expandida, condições dignas de trabalho e renda e melhoria da qualidade de vida. A agricultura ecológica é empregada, havendo cuidado constante com as nascentes e matas nativas presentes na região.

A infraestrutura logística da região para escoamento da produção conta com rodovias e estradas rurais em ótimas condições de pavimentação e com aeroporto regional estruturado e em pleno funcionamento para despacho de cargas.

As legislações são adequadas às demandas dos municípios que compõe o território e enfoca a responsabilidade socioambiental. Projetos de energias alternativas foram implementados e o problema de falta de energia eliminado.

A Microrregião do Vale do Piranga e da Zona da Mata Norte do Estado de Minas Gerais é um ótimo local para se viver, investir e visitar. Os aspectos geoclimáticos e recursos naturais da região proporcionam qualidade de vida respaldada em condições sociais, econômicas e produtivas eficientes, resguardadas por uma gestão pública planejada, democrática, atuante, integrada e eficaz.

*Quer viver os seus sonhos, vem viver com a gente!*

## **Notas:**

1. PPA - Programa de Aquisição de Alimentos
2. PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
3. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

# Anexos

**Quadro 42. Metas do Plano Nacional da Educação para a União, Estados e Municípios:**

Meta	Descrição	Responsável
1	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.	Município
2	Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.	Município
3	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).	Estado e Município
4	Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.	Estado e Município
5	Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.	Município
6	Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.	Estado e Município
7	Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.	Estado e Município
8	Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.	Estado e Município
9	Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.	Estado e Município (?)
10	Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.	Estado e Município
11	Triuplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.	Estado e Município
12	Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.	União e Estado
13	Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.	União e Estado
14	Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.	União e Estado

(Continua)

Anexo 1. Metas do Plano Nacional da Educação para a União, Estados e Municípios

(Conclusão)

Meta	Descrição	Responsável
15	Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.	Estado e Município
16	Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.	Estado e Município
17	Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.	Estado e Município
18	Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.	Estado e Município
19	Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.	Estado e Município
20	Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.	União, Estado e Município

Anexo 2. Classificação dos municípios segundo a eficiência na APS

Município	Escore de Eficiência	Eficiência	Município	Escore de Eficiência	Eficiência
Abre Campo	0,71	Alto	Pedra do Anta	0,68	Alto
Acaiaca	0,677	Alto	Piedade de Ponte Nova	0,699	Alto
Alvinópolis	0,675	Alto	Ponte Nova	0,718	Alto
Amparo da Serra	0,777	Alto	Porto Firme	0,722	Alto
Araponga	0,668	Alto	Raul Soares	0,669	Alto
Barra Longa	0,701	Alto	Rio Casca	0,667	Alto
Cajuri	0,873	Alto	Rio Doce	0,822	Alto
Canaã	0,796	Alto	Santa Cruz do Escalvado	0,778	Alto
Coimbra	0,762	Alto	Santo Antônio do Gramma	0,74	Alto
Diogo de Vasconcelos	0,685	Alto	São Miguel do Anta	0,726	Alto
Dom Silvério	0,565	Médio	São Pedro dos Ferros	0,726	Alto
Ervália	0,753	Alto	Sem-Peixe	0,682	Alto
Guaraciaba	0,697	Alto	Sericita	0,792	Alto
Jequeri	0,678	Alto	Teixeiras	0,785	Alto
Mariana	0,628	Alto	Urucânia	0,669	Alto
Oratórios	0,815	Alto	Viçosa	0,646	Alto
Paula Cândido	0,657	Alto			

Fonte: Adaptado de Matta (2013, p.111-126)





